

RESUMO DAS COMUNICAÇÕES  
DO II CONGRESSO INTERNACIONAL  
**MOSTEIROS CISTERCIENSES**  
6, 7 e 8 de julho de 2018

MOSTEIRO DE CÓS  
ESCOLA SECUNDÁRIA D. INÊS DE CASTRO

COM O ALTO PATROCÍNIO  
DE SUA EXCELÊNCIA  
UNDER THE HIGH PATRONAGE OF THE  
PRESIDENT OF THE PORTUGUESE REPUBLIC



*O Presidente da República*

**Resumos das  
Comunicações  
do**

**II CONGRESSO INTERNACIONAL  
MOSTEIROS  
CISTERCIENSES**

**Título: RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES DO II CONGRESSO  
INTERNACIONAL MOSTEIROS CISTERCIENSES**

**Coordenação editorial:** António Valério Maduro, Rui Rasquilho e José  
Albuquerque Carreiras

**Arranjo da capa:** Gonçalo Fernandes

**Edição:** AMA – Associação dos Amigos do Mosteiro de Alcobaça

© para a produção

**Textiverso**

Rua António Augusto da Costa, 4

Leiria Gare

2415-398 LEIRIA - PORTUGAL

E-mail: [textiverso@sapo.pt](mailto:textiverso@sapo.pt)

Site: [www.textiverso.com](http://www.textiverso.com)



Montagem e concepção gráfica: Textiverso

Impressão: Artipol

1.ª edição: Junho 2018

Edição 1281/18

Depósito Legal: 441475/18

ISBN: 978-989-8812-83-4

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

**Resumos das  
Comunicações  
do**

**II CONGRESSO INTERNACIONAL  
MOSTEIROS  
CISTERCIENSES**

ALCOBAÇA  
JULHO 2018





## *Nota introdutória*

Apresentar previamente aos trabalhos do congresso um resumo de todas as comunicações aí presentes, ou no mínimo o seu título, não será um trabalho inédito mas é por certo pouco usual.

A vantagem deste modelo é a de nos permitir escolher, para participar mais ativamente nas eventuais discussões que possam ter lugar após cada comunicação que diga respeito aos nossos interesses.

São cinco os temas de abordagem científica colocados à disposição dos 64 especialistas nacionais e estrangeiros que na Europa se interessam pelas múltiplas vertentes da ordem de Cister.

A abertura do Congresso conta, para além das intervenções protocolares, com uma conferência proferida pelo Prof. Doutor Amílcar Coelho e uma intervenção pelo Presidente da Comissão Científica Prof. Doutor Aires do Nascimento sob o título *“Sicut stella matutina: o mosteiro de Alcobaça em foco”*.

Para mais fácil consulta ordenamos o livrinho por temas procurando servir mais rapidamente colegas e público em geral, nos dias 6, 7 e 8 de Julho.

Este é o segundo congresso Internacional relativo aos mosteiros da ordem europeia de Cister fundada em 1098 na Borgonha por um grupo de monges beneditinos vindos do Mosteiro de Molesme por iniciativa do abade Roberto.

A iniciativa deve-se à AMA e à APOC com o apoio do ICOMOS e o patrocínio da Câmara Municipal de Alcobaça.

Este é um vigoroso projeto da sociedade Civil no qual participam dos melhores investigadores europeus e que conta com o alto patrocínio de S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da República.

Os colóquios anuais organizados pela AMA com o patrocínio do município tem procurado manter a memória dos sucessivos cenóbios, da Ordem e do seu reflexo após 1834.

O pensamento, a arquitetura, a arte, a agricultura, a indústria, a economia, a hidráulica, a construção naval são temas maiores que

enquadram projetos mais restritos de uma valia incontornável que não podemos deixar de estudar, discutir e divulgar

À nossa associação cabe guardar a memória da ordem em Portugal e do Mosteiro medieval construído por Cister mais a Ocidente, na Europa.

No Ano Europeu do Património Cultural é a vez do mutilado mosteiro de Cós receber uma reunião internacional de investigadores que pretendem desinteressadamente contribuir para preservar e divulgar a memória.

Bom trabalho e até 2023.

***Rui Rasquilho***

Truil, Aljubarrota 2018

## *Comissões*

### **Comissão de Honra**

Dom Manuel Clemente – Cardeal Patriarca de Lisboa

D. Juan Javier Martin Hernandez – OCSO

Dr. Paulo Inácio – Presidente da Câmara Municipal de Alcobça

Sr. Álvaro Santo – Presidente da Junta de Freguesia de Cós, Montes e Alpedriz

Padre José Dionísio – Pároco de Cós

Dr. Elisio Summavielle – Presidente do Centro Cultural de Belém (Sócio Honorário da AMA)

Dr. Maria Augusta Pablo Trindade Ferreira – Antiga Diretora do Mosteiro de Alcobça (Sócia Honorária da AMA)

### **Comissão Científica**

Prof. Doutor Aires do Nascimento – Univ. de Lisboa (Presidente do Congresso)

Prof. Doutor António Valério Maduro – Inst. Univ. da Maia

Prof. Doutor Aurélio Araújo Oliveira – Univ. do Porto

Prof. Doutor Carlos Brochado de Almeida – Univ. do Porto

Prof. Doutor Eduardo Cordeiro Gonçalves – Inst. Univ. da Maia

Prof. Doutor Jorge Custódio – Univ. Nova de Lisboa

Prof. Doutor José Manuel Mascarenhas – Univ. de Évora

Prof. Doutora Margarida Sobral Neto – Univ. de Coimbra

Prof. Doutora Maria Alegria Marques – Univ. de Coimbra

Prof. Doutora Maria do Céu Tereno – Univ. de Évora

Prof. Doutor Nelson Correia Borges – Univ. de Coimbra

Prof. Doutor Paul Benoît – Univ. de Paris I Panthéon-Sorbonne

Prof. Doutor Pedro Gomes Barbosa – Univ. de Lisboa

Prof. Doutor Pegerto Saavedra – Univ. de Sant. de Compostela

Prof. Doutor Saul António Gomes – Univ. de Coimbra

Prof. Doutor Vítor Serrão – Univ. de Lisboa



### **Comissão Executiva**

Dr. Rui Rasquilho – Secretário-Geral, AMA

Eng. José Carreiras – Secretário-Geral Adjunto, APOC

Doutora Inês Silva – Vereadora da Cultura e Educação, CMA

Dra. Isabel Fonseca – Presidente da União das Freguesias de Alcobaça e Vestiaria

Dr. Gaspar Vaz – Diretor do Agrup. de Escolas de Cister – Alcobaça

Dr. Alberto Guerreiro – Museólogo, Museu do Vinho, CMA

Prof. Doutor Amílcar Coelho – Investigador, Pres. UGT Leiria

Doutor Jorge Sampaio – Academia Portuguesa da História

Sr. Jorge Vasco – Direção da ACSIA, Vice-Presidente AMA

Sr. José Eduardo Oliveira – Tesoureiro AMA

Dr. Luís Peres Pereira – Presidente ADEPA

## *Conferência inaugural*

### **Bernardo de Claraval e a vontade de amor à verdade – entre o reconhecimento do cuidado de si mesmo e as práticas da virtude**

Amílcar Coelho, Filósofo

#### **Resumo:**

Entre *Cartas*, *Sermões*, *Sentenças*, *Parábolas* e muitos e diversificados *Tratados Teológicos*, *Filosóficos* e *Doutrinários*, o extraordinário mentor da Abadia Cisterciense de Alcobaça é Autor de uma obra de dezenas de milhares de páginas. Apesar do seu valor indiscutível, o facto dela não ter encontrado ainda um tradutor que lhe conferisse o digníssimo título português de “*Obras Completas de São Bernardo*” acaba por revelar-se um obstáculo quase intransponível quando se pensa no conhecimento e na divulgação que as teorias e as práticas do grande Abade de Claraval muito justamente deviam merecer. Se ao “abandono” e “solidão” da obra acrescentarmos os preconceitos e as desconfianças de algumas das mais progressivas hermenêuticas da *Aufklärung* relativamente às “trevas” do pensamento da Idade Média, tudo isso servido em doses bem recheadas de “historicismo” e de “intelectualismo”, de preferência acompanhado do sempre apetecido e tradicional sabor do combate anticlerical e antimonástico... eis assim formulada a receita quase completa do enorme *esquecimento* e *desprezo* a que foi vetada a *filosofia* de Bernardo de Claraval, em prol, às vezes, não das ideias vivas e polémicas do Pensador, mas somente da visão “culturalista” e “religiosa” do “projecto monástico”, ou, de forma ainda mais simplista, reflectindo-se apenas no peso do “edificado” em detrimento da vertente mais luminosa e fascinante dos conceitos e dos argumentos.

O objectivo da nossa comunicação é proceder ao levantamento crítico do ideário filosófico de Bernardo de Claraval. Os nossos grandes referenciais de enquadramento deste pensamento são a filosofia clássica, helenística e romana, particularmente no que concerne à filosofia estóica (Séneca, Epicteto, Marco Aurélio, Musónio Rufus, etc.), não esquecendo também a filosofia do Apóstolo Paulo e de Aurélio Agostinho. A exemplo destes pensadores,

Bernardo de Claraval não é simplesmente um filósofo à maneira grega, um “moralista” do mundo das ideias, como Platão ou como Sócrates, que estavam interessados sobretudo na dimensão intelectual do homem; o nosso cisterciense ocupa-se não propriamente do conhecimento, mas da *exercitação de si mesmo*, do *cuidado de si mesmo*, do *acesso subjectivo e prático à verdade*, do modo como o homem não pode chegar à luz desse valor supremo sem a sua própria *transfiguração*, *sem se transformar radicalmente em sujeito da verdade*, *sem se submeter voluntariamente às próprias mudanças* (morais, religiosas, etc.) que essa transfiguração sempre exigirá enquanto transformação necessária e concreta, configurada na especificidade da instituição monástica e nos seus instrumentos de aperfeiçoamento ético e moral (meditação, exercícios, espaços, regras, obras, etc.). Em suma, a filosofia de Bernardo de Claraval é uma filosofia de confronto com o problema do mal (do pecado, etc.), tendo em vista o aprofundamento de uma *ética* e de uma *ascética da espiritualidade* (presente em todos os detalhes da visão monástica de Cister). No centro dessa espiritualidade, Bernardo de Claraval não deixará de equacionar a questão fundamental da vontade, isto é, do querer ou do não querer (antropológico e místico), enquanto vontade de amor e de verdade. Reconhecendo-se a si mesmo como ser espiritual (sujeito de verificação), como um construtor prático dos caminhos de aperfeiçoamento e salvação, o “monge” quer ser (como arte de viver o seu próprio monasticismo de oração e trabalho), acima de tudo, um *aprendiz*, um *praticante da virtude*, que Bernardo de Claraval, em muito passos, reivindicará como uma autêntica *sementeira e seara de amor*.

## *Programa*

**SEXTA-FEIRA, 6 DE JULHO**

*MOSTEIRO DE CÓS*

17h00

Receção e entrega de pastas

18h00

Sessão Inaugural

Intervenções

18h45

***Intervenção***

Professor Doutor Aires do Nascimento

*“Sicut stella matutina: o mosteiro de Alcobaça em foco”*

***Conferência inaugural***

Professor Doutor Amílcar Coelho

*“Bernardo de Claraval e a vontade de amor à verdade – entre o reconhecimento do cuidado de si mesmo e as práticas da virtude”*

19h30

Academia de Música de Alcobaça

Vera Santos (*clarinete*) Rui Ramos (*flauta transversal*)

obras de G. F. Händel e J. S. Bach

20h00

Encerramento

**SÁBADO, 7 DE JULHO**

*ESCOLA SECUNDÁRIA D. INÊS DE CASTRO*

9h00 às 13h00

Comunicações em salas simultâneas (20 min)

13h00 às 15h00

Almoço no núcleo museológico da EPADRC (mediante inscrição)

15h00 às 19h00

Comunicações em salas simultâneas (20 min)

**DOMINGO, 8 DE JULHO**

*ESCOLA SECUNDÁRIA D. INÊS DE CASTRO*

9h00 às 13h00

Comunicações em salas simultâneas (20 min)

*MUSEU DO VINHO*

13h00

Almoço de Encerramento na taberna do Museu  
(mediante inscrição)

15h00

Visita ao Museu e a exposição temporária “Amare” de  
Maria de Fátima Silva, com prova de vinhos

*MOSTEIRO DE CÓS*  
**CONCERTO CISTERMÚSICA**

18h00

Grupo Vocal Olisipo

Missa *Pro Defunctis*, de Frei Manuel Cardoso

Música Vocal a seis vozes,

com leitura de poemas por Ana Zanatti

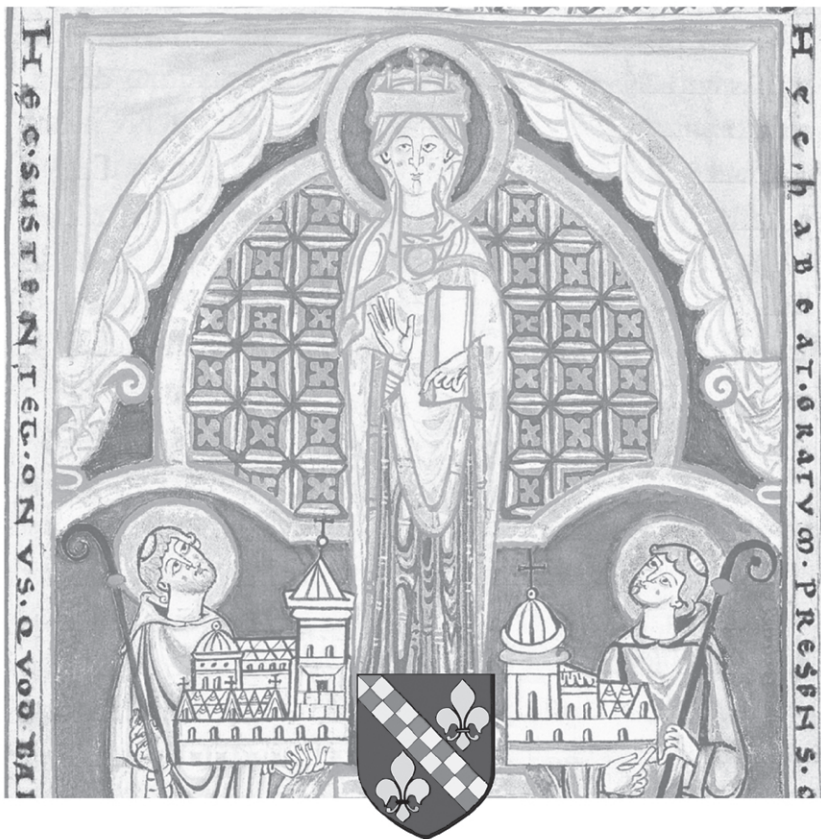
[*No âmbito do Cistermúsica – Festival de Música de Alcobaça*]

*Painéis temáticos*

Dia 7 de julho		
	SALA 1	SALA 2
9 - 11 H	História da Ordem de Cister	Agricultura e Indústria cistercienses
	Ana Martinho	Gonçalo Pedrosa
	Arnaud Baudin	Fernando Miguel Hortensia Larren
	Leonel Fadigas	Alvaro Solano
	Benoît Rouzeau	Pegerto Saavedra
	Guillermo Fernández	Hortensia Larrén Luis Ramos Fernando Miguel
	Ana Louché	Elena Palacios Alejandro Diego
11 - 13 H	História da Ordem de Cister	Património e Arte cistercienses
	José Carreiras	Patrícia Alho
	César Quijano	Joana Monteiro João Monteiro Sofia Ferreira
	Maria do Rosário Morujão	Ricardo Branco Marcella Martins
	Aires Fernandes	Maria Teresa Verão
	Madalena Lima	Leocadio Franco
13 - 15 H	ALMOÇO	
15 - 17 H	História da Ordem de Cister	Património e Arte cistercienses
	Marízia Pereira Maria do Céu Tereno Filomena Monteiro	Clémentine Villien
	Luciano Moreira	Francisco Teixeira
	Carlos Guardado	João Portugal
	Elías Rodríguez	Rui Mendes Miguel Portela
	Pedro Barbosa	Miguel Portela
17 - 19 H	Cister e turismo cultural	Património e Arte cistercienses
	Miguel Santos	Maria do Céu Tereno Filomena Monteiro Marízia Pereira
	Alberto Guerreiro	Filomena Monteiro Maria do Céu Tereno Marízia Pereira
	Miguel Alvarez	Giulia Vairo
	Ana Duque	Jorge Prata
	Carlos Almeida	Maria Teresa Fernandes

Dia 8 de julho		
	SALA 1	SALA 2
9 - 11 H	Espiritualidade cisterciense e o pensamento de S. Bernardo	História da Ordem de Cister
	Miguel Alvarez	Rui Rasquilho
	Eduardo Serafim	Aurélio de Oliveira
	Nuno Oliveira	Alexis Grélois
	Catarina Villamariz	Saúl Gomes
	Isabel Morujão	José Oliveira
	Geise Teixeira	Henrique Rodrigues
11 - 13 H	Agricultura e Indústria cistercienses	Património e Arte cistercienses
	Paul Benoit Christian Bou	António Almeida
	Josephine Rouillard Gwenaél Guillouzouic Paul Benoit	Eduardo Gonçalves
	António Maduro	Fernando Matias Jorge Figueiredo Pedro Lopes
	Jorge Custódio	Eduardo Carrero
	Margarida Neto	Vítor Serrão
13 - 15 H	ALMOÇO	

# Resumos das Comunicações







# História da Ordem de Cister



Fachada do Mosteiro de Alcobaça. Foto Alvão



**Santa Maria de Alcobaça, na sua fundação.**

**Pedro Gomes Barbosa (Universidade de Lisboa)**

**Resumo:**

Procura-se, com esta comunicação, inventariar e tentar apresentar respostas a vários aspectos ainda não resolvidos no que respeita à fundação do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. Questionar a sua construção em “terra erma”, a sua organização inicial, incluindo os seus primeiros abades. A pretensa matança dos monges, pelos almóadas, em 1191. O circuito do Couto de Alcobaça, através da doação de 1153 e da “doação” de 1185. E ainda outras questões que reputamos de importância.

**Le testament d’Alain de Flandre, moine de Clairvaux, abbé de Larrivour et évêque d’Auxerre: quel statut pour un ancien prélat au sein de l’ordre de Cîteaux à la fin du XII<sup>e</sup> siècle?**

**Arnaud Baudin (Université de Paris 1 Panthéon-Sorbonne)**

**Résumé:**

L’abbaye de Larrivour (France, Aube), trentième fille de Clairvaux, est fondée au diocèse de Troyes, sous le vocable de Notre-Dame, le 9 avril 1140 par une colonie conduite par Alain de Flandre. Il ne subsiste quasiment rien des bâtiments du monastère, vendus comme biens nationaux entre février 1792 et février 1793, à l’exception d’un chartrier d’une exceptionnelle richesse et de son cartulaire, composé vers 1220-1230, entrés dans les collections des Archives départementales de l’Aube à l’occasion des saisies révolutionnaires (sous-série 4H). À l’intérieur de ce chartrier figure un document de grand intérêt, le testament qu’Alain dicte en 1182 à son successeur Hardouin, abbé de Larrivour (1152-1189). Écolâtre de Lille « capturé » par saint Bernard, Alain de Flandre entre à Clairvaux en 1131. Premier abbé de Larrivour, il est recommandé par saint Bernard au pape Eugène III et à Louis VII, roi de France, pour le siège épiscopal d’Auxerre sur lequel il est élu le 30 novembre 1152. Il résigne sa charge en 1167 et séjourne alors entre Larrivour et Clairvaux, rédigeant la *Vita secunda sancti Bernardi*. Âgé sans doute d’environ 75 ans et sentant sa fin prochaine, Alain fait mettre en forme ses dernières volontés par le scriptorium de Larrivour, sous le sceau de Hardouin (1152-1189), et sous son propre anneau sigillaire. Il y cède à la communauté de Larrivour un ensemble de biens fonciers, notamment des terres et des

vignes reposant sur deux granges de l'abbaye, ainsi que sept calices et l'ensemble de sa bibliothèque, en échange de messes et de prières dans l'année qui suivra son décès et de la fondation de son anniversaire à Larrivour. Il meurt le 14 octobre 1185 ou 1186 et, selon sa volonté, également exprimée dans ce document, est inhumé dans l'abbatiale de Clairvaux, devant l'autel de tous les saints, à la droite de Geoffroi de la Roche-Vanneau.

Édité dans la *Gallia christiana nova* (t. XII, c. 136), ainsi que dans la *Patrologie latine* (t. CCI, c. 1389-1392), mais jamais étudié, le testament d'Alain de Flandre soulève plusieurs questions autour d'une même problématique, celle du statut conservé au seuil de sa vie par ce personnage de l'Église, moine cistercien, prélat régulier puis séculier, au regard, notamment, du droit canon et des statuts de l'ordre de Cîteaux : quelles sont la nature et l'origine des biens légués par Alain à son ancienne abbaye, en apparence contradiction avec le vœu de pauvreté et le chapitre 33 de la Règle ? Quelle capacité juridique conserve Alain au sein de la communauté cistercienne, postérieurement à sa renonciation au siège d'Auxerre, qui lui permet de pouvoir valider des actes au moyen de son anneau personnel ?

Grâce à la documentation, en grande partie inédite, fournie par le cartulaire et le chartrier de l'abbaye de Larrivour, nous nous proposons de répondre à ces questions en étudiant ce testament, dans sa forme et dans son contenu, en le comparant à d'autres exemples de testaments ecclésiastiques du XII<sup>e</sup> siècle et au regard des quelques actes connus de Larrivour de la période 1167-1185/6 délivrés par Alain ou dans lesquels il est cité comme partie, caution ou témoin.

**Mots-clés:** testament; droit canon; sceau.

**Note biographique:**

Arnaud Baudin est docteur de l'Université de Paris 1 Panthéon-Sorbonne, membre associé du Laboratoire de Médiévisique Occidentale de Paris (LAMOP-UMR 8589) et directeur adjoint des Archives et du Patrimoine de l'Aube. Sa thèse, sous la direction de Michel Parisse, Emblématique et pouvoir en Champagne. Les sceaux des comtes de Champagne et de leur entourage (fin XI<sup>e</sup>-début XIV<sup>e</sup> siècle), a été publiée en 2012. Ses recherches portent sur l'histoire du comté de Champagne au Moyen Âge et sur l'emblématique aristocratique et religieuse à travers les sceaux et les armoiries. Producteur et commissaire scientifique de l'exposition Clairvaux. L'aventure cistercienne

(Troyes, 5 juin-15 novembre 2015), co-directeur du catalogue, ses travaux d'histoire cistercienne portent sur la filiation champenoise de Clairvaux, notamment les abbayes de Trois-Fontaines et de Larrivour. En 2016-2017, il a co-édité avec Alexis Grélois et Laurent Morelle les deux premiers volumes des Actes des colloques du 9e centenaire de Clairvaux (Le Temps long de Clairvaux. Nouvelles recherches, nouvelles perspectives, XII<sup>e</sup>-XXI<sup>e</sup> siècle, Paris, 2017; Les pratiques de l'écrit dans les abbayes cisterciennes (XII<sup>e</sup>-milieu du XVI<sup>e</sup> siècle). Produire, échanger, contrôler, conserver, Paris, 2016). Il travaille actuellement à l'édition du cartulaire de Larrivour (1220-1230) et à l'inventaire des matrices de sceaux et chartes scellées de Champagne dans le cadre du programme SIGILLA.

### **Reformas e observâncias na Ordem de Cister**

**José Albuquerque Carreiras (Instituto Politécnico de Tomar)**

#### **Resumo:**

Fundada no final do século XI, a Ordem Cisterciense começou por ter uma estrutura centralizada, tendo o Capítulo Geral como cabeça de toda a hierarquia monástica. A *Carta Caritatis*, documento fundamental da legislação cisterciense, estabeleceu um original sistema organizativo assente no apoio mútuo entre abadias, as quais constituíam uma rede em que cada abadia dependia de uma abadia mãe que sobre ela mantinha poderes de correcção e deveres de ajuda, traduzidos em visitas periódicas e prestação de cuidados espirituais.

A divisão da Igreja ocidental no século XIV quebrou a concórdia interna entre os cistercienses e assim se iniciou um longo período de decadência, agravado pelo flagelo dos abades comendatários, pela relaxação dos costumes e pelas divisões nacionais.

O século XVII teve uma importância decisiva na renovação espiritual de Cister, começando então a surgir os movimentos reformadores que iriam convulsionar e dividir a Ordem e, com o tempo, forjar a actual organização da família cisterciense.

**Palavras-chave:** Cister; reforma; observância.

#### **Nota biográfica:**

Professor Coordenador do Instituto Politécnico de Tomar. Presidente da Associação Portuguesa de Cister.

## **Poder e território nos coutos de alcobaça**

***Leonel Fadigas (CIAUD-Centro de investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitetura, Univ. de Lisboa)***

### **Resumo:**

O território afirma-se, pela sua natureza de produto humano, como uma expressão dos poderes que nele se organizam e que determinação tanto a sua formatação como o modo como ocorre a sua apropriação e uso. Nele se estabelecem complexos sistemas de relações entre os homens e o meio onde vivem e as circunstâncias que determinam os graus de liberdade no uso e na apropriação dos rendimentos que propicia. A organização social que daqui resulta é uma condição e uma marca de como o território se constrói e estrutura.

Os territórios delimitam-se, formatam-se, alargam-se e estruturam-se de acordo com as necessidades das comunidades que os habitam ou que a eles chegam por descoberta, invasão ou conquista e do maior ou menor poder que sobre eles exercem as elites dominantes.

Por estas razões o território comporta-se e assume-se, a cada momento, como um suporte de vida e de atividades económicas como um registo da organização social, das relações de poder, dos níveis de desenvolvimento económico e das tecnologias disponíveis.

A história da ocupação humana dos territórios não é, no entanto, linear, nem acompanha, mecanicamente, nem os ciclos da evolução social nem a adaptação de quem o ocupa e utiliza às diferentes condições do meio.

A ocupação e a apropriação de um território aconteceram sempre no final de uma peregrinação, como se ali tivesse terminado a dispersão humana pela variedade de habitats disponíveis. Mas os tempos e as circunstâncias condicionaram sempre este processo, muito especialmente quando aconteceram mudanças na sua posse e nas elites dominantes

A leitura do território, por estas razões, um instrumento para a compreensão do como ocorreu a sua organização e evolução, como se estabeleceu, manteve e evoluiu a sua organização social, económica e política quais foram, as diversas políticas de ordenamento territorial, mesmo quando estas não corresponderam a documentos para isso expressamente elaborados.

Neste quadro, o território dos Coutos de Alcobaça é uma mostra clara de como um poder constante, sempre presente e atento, o moldou tanto de um ponto de vista formal e estrutural como de identidade. Realidade a que não são estranhas as evidências de um comportamento feudal de inspiração fran-

cesa que as circunstâncias particulares da doação feitas aos monges de cistercienses permitiram. A organização social medieval, distinguindo bem os privilégios de uns e os encargos e as submissões de outros, assentava na herança romana e goda, expressando uma forte relação com a posse efetiva da terra e, muito especialmente, com as rendas e tributos que propiciava.

O período da reconquista cristã dos territórios que são hoje Portugal permitiu, pela sobreposição das novas realidades decorrentes das ações militares, a integração dos territórios onde a cultura moçárabe era dominante no sistema de matriz senhorial onde o modelo feudal se insinuava.

Um facto que é importante realçar é que D. Afonso Henriques sempre procurou afirmar um centralismo de poder que não era compatível com o feudalismo, mesmo que incipiente dos territórios cristãos que haviam formado o Condado Portucalense. Até porque o poder dos senhores das terras que tinham ajudado o conde D. Henrique a consolidar o seu poder no Condado Portucalense resultava da repartição do esforço de guerra que a escassez de meios não permitia compensar de outra forma. O poder dos concelhos nesta fase inicial do reino de Portugal representa um modelo de administração territorial que muito contribuiu para a estruturação do território onde a ação do rei, como senhor das terras, através dos forais que dele emanavam, mantinham e consagravam, princípios comuns em toda a extensão territorial do reino. Com exceção dos territórios doados a ordens militares e religiosas, e não a senhores da guerra, onde os poderes daqueles tinham alguma autonomia face ao rei. Tal foi caso dos Coutos de Alcobaça, com uma dimensão e limites próximos dos do atual concelho de Alcobaça, doados por D. Afonso Henriques e sua mulher D. Mafalda a “D. Bernardo Abade do mosteiro de Claraval e a vossos irmãos”. Nos Coutos de Alcobaça os abades do Mosteiro por terem o poder secular de administrar o território, faziam-no como coisa sua, libertos da jurisdição régia em moldes muito próximos do feudalismo europeu a que a origem francesa dos primeiros monges provavelmente não será estranha. De facto, as cartas de povoamento e aforamento dadas pelo Abade do Mosteiro de Alcobaça não eram constitutivas de municípios, apenas regulando o uso das terras e o regime de dependência dos moradores e povoadores que trabalhavam a terra relativamente o Mosteiro. O que correspondia a um padrão diferente do que acontecia, mais a sul, nas terras doadas às ordens militares, onde a base de organização territorial era a constituição de municípios. Apesar disso, algumas das povoações dos coutos vieram tornar-se mais tarde núcleos municipais importantes e no exercício dos seus poderes, como foi o caso de Aljubarrota.



Os monges de Alcobaça aproveitaram sempre que isso foi possível, especialmente nos períodos de crise, a fragilidade do poder real para exercerem sobre as populações dos coutos violências que se não esperavam dos seguidores de S. Bernardo. A atribuição ao abade de Alcobaça do título de Fronteiro-mor tornou-o um verdadeiro senhor feudal, com milícias próprias, com que intimidava as gentes a quem exigia trabalhos, servidões e pesados tributos. Em consequência do que, a unidade territorial que os Coutos eram, permaneceu imune á fragmentação municipal, consolidando uma identidade que permanece e que foi fulcral na definição de uma fronteira clara entre o centro-norte do País e a uma abertura para o controlo dos terrenos mais a sul. Com isso se tornando num importante exemplo demonstrativo da importância do exercício do poder na estruturação territorial e na formatação das unidades de que emergem tanto a consistência dos padrões de ocupação do solo como a matriz cultural unificadora dos povos que o habitam de forma sucessiva ao longo dos ciclos históricos.

**Palavras-chave:** Território; Poder; Alcobaça.

**Nota biográfica:**

Formou-se em 1971 em Arquitetura Paisagista no Instituto Superior de Agronomia/UTL e em 1978 em Engenharia Agronómica, no mesmo Instituto. Doutor em Planeamento Urbanístico pela Faculdade de Arquitetura/UTL, em 1995, e Agregado em Administração Pública e Políticas do Território, em 2011, no ISCSP/ UTL. Foi professor de urbanismo, ordenamento do território e arquitetura paisagista na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa e lecionou ainda no Instituto Superior de Agronomia, na Universidade Lusíada, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, no Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e na Universidade de Sassari, em Itália. É atualmente membro efetivo do CIAUD-Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa e do Colégio F3 “Food, Farming and Forestry” da Universidade de Lisboa. Entre outras publicações é autor dos livros “Território e Poder - o uso, as políticas e o ordenamento” (2017), “Urbanismo e Território - as políticas públicas” (2015), “Urbanismo e Natureza - os desafios” (2010) e “Fundamentos Ambientais do Ordenamento do Território e da Paisagem” (2007). Em 2001 foi agraciado pelo Rei de Espanha com a comenda da Orden de Isabel la Catolica.

**Das religiosas que “foi Deus servido levar para si...” – o contributo dos obituários de Lorvão para a reconstituição das suas últimas comunidades monásticas**

***Aires Gomes Fernandes (Investigador do Centro de História da Sociedade e da Cultura/FLUC)***

**Resumo:**

O mosteiro cisterciense de Santa Maria de Lorvão foi, seguramente, uma das mais importantes instituições monásticas portuguesas, quer pela sua existência plurissecular, pelo prestígio alcançado, pela riqueza patrimonial que obteve e geria, mas também pelo elevado estatuto social de onde proviham a generalidade das suas religiosas.

Sendo inegável que a essência de um mosteiro é a sua comunidade, torna-se muitas vezes, para o historiador, uma tarefa hercúlea, quase inalcançável, ou pelo menos inacabada, a de proceder à reconstituição das respetivas comunidades monásticas num determinado período temporal, sobretudo se tivermos como ponto de referência, épocas mais recuadas, nomeadamente a Idade Média.

Felizmente, a partir de meados do século XVI, surgem fontes, comuns à generalidade dos mosteiros que permitem que essa tarefa seja exequível e com um grau de sucesso e certeza muito otimizados. Desde logo surgem os chamados Livros de Novícias, Livros de Profissão, Livros das Abadessas, ou, no caso específico de Lorvão, o Livro das Preladas, bem como os Obituários. E note-se que estes obituários se diferenciam totalmente dos medievais, desde logo porque se restringem àquela comunidade específica e são, cronologicamente, muito mais rigorosos, dando por vezes informações de cariz biográfico e genealógico, informações que, por via de regra, não integram os seus congéneres medievais.

O presente estudo tem por base, justamente os obituários do mosteiro de Lorvão, mormente os que nos fornecem informações para o último século de existência desta instituição,

Pretende-se com esta investigação, e ao trabalharmos estas fontes em particular, ainda que complementando-as, sempre que possível, com outros dados, fazer a listagem de todas as religiosas que integraram a comunidade monástica lorvanense nas últimas décadas de vida da instituição, ou se quisermos, grosso modo, ao longo do séc. XIX, uma vez que a última freira faleceu em 1887, reunindo-se assim o máximo de elementos que permitam

elaborar uma síntese biográfica de cada uma dessas monjas e abadessas, de forma a identificarmos e conhecermos melhor estas mulheres.

**Palavras-chave:** Lorrão; Cistercienses; Mosteiro.

**Nota biográfica:**

Aires Gomes Fernandes é, atualmente, Investigador do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra. É licenciado em História, justamente, pela Universidade de Coimbra (1998); Mestre em História Medieval e do Renascimento pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2004) e Doutor em História Medieval pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2012), com a dissertação “Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em Finais da Idade Média: dos alvares de trezentos à Congregação de Santa Cruz”. Tem-se dedicado ao estudo de temáticas relacionadas com a história eclesiástica, a história local, a história militar, o romance histórico e a genealogia.

**A Livraria do Mosteiro de Alcobaça entre 1810 e 1832**

**Saul Gomes (Universidade de Coimbra/CHSC)**

**Resumo:**

Nesta comunicação, o autor propõe-se avaliar os quadros históricos diacrónicos que caracterizaram as várias bibliotecas que os monges alcobacenses, entre tempos medievais e o momento da extinção da abadia, com o triunfo do Liberalismo em Portugal (1832), construíram. Valoriza-se, deste modo, o património bibliográfico cisterciense zelosamente preservado ao longo desses séculos, assinalando-se as renovações das várias bibliotecas que o mosteiro possuiu, com especial destaque para a notável Livraria edificada em Setecentos e para a exploração, entre diversos outros elementos documentais, da informação do Livro das Contas da Livraria do Real Mosteiro d’Alcobaça (1812-1832), manuscrito cod. 7353 da Biblioteca Nacional de Portugal (digitalizado a pedido do autor), em que se registam os custos de recuperação, manutenção e atualização do acervo bibliográfico desta abadia no período de após as Invasões Francesas e até à extinção da comunidade cisterciense nesta abadia.

**Nota biográfica:**

Saul António Gomes é professor do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Integra o Centro de História da Sociedade e da Cultura, da mesma Universidade, e é colaborador do Centro de Estudos de História Religiosa, da Universidade Católica Portuguesa. É académico correspondente da Academia Portuguesa de História. Dos seus trabalhos de investigação destaca os títulos publicados dedicados à história religiosa portuguesa medieval e moderna com especial enfoque no estudo histórico da ordens monásticas, destacando, entre estas, os cónegos regantes de Santo Agostinho, os cistercienses e os movimentos mendicantes dominicano, franciscano e dos eremitas agostinhos. Entre os estudos que publicou relativos ao passado cisterciense em Portugal destaca: “Relações entre Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça ao longo da Idade Média. Aspectos globais e particulares” (Braga, 1991), *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de St<sup>a</sup> Maria de Cós (Alcobaça)* (Leiria, 1998, em colaboração), *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI* (Lisboa, 1998), “Um Formulário Monástico Português Medieval: o Manuscrito Alcobacense 47 da BNL”, (*Hvmanitas*, LI, 1999), “Revisitação a um velho tema: a fundação do Mosteiro de Alcobaça” (2000), “Documentos para a história de Santa Maria de Alcobaça nos Séculos XVI a XVIII. O *Corpo Cronológico* do Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo” (2000), “Observações Sobre Dois Formulários Eclesiásticos Medievais Portugueses” (*Hvmanitas*, Vol. LIII, 2001), “Um Formulário Cisterciense de 1714: O Manuscrito Alcobacense da B.N.L. CCCXL/230” (*Revista Portuguesa de História*, T. XXXV, 2001-2002), “Entre Memória e História. Os primeiros tempos do Mosteiro de Alcobaça” (*Revista de História da Sociedade e da Cultura*, N.º 2, 2002), “Acerca da origem social das monjas cistercienses de Santa Maria de Cós (Alcobaça) em tempos medievos” (*Revista Portuguesa de História*, T. XXXVI - 1, 2002-2003), “O Mosteiro de Alcobaça ao Tempo do Rei D. Pedro I”, *Colóquio ‘Inês de Castro’*. *Actas. 15 de Janeiro de 2005*, Lisboa, 2005), “ ‘DONATIONES CVSTODIANTVR: DONATIONES SERVENTVR’ Da memória e *praxis* arquivística do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça em tempos medievais” (*Humanitas*, 57 2005), “D. João II e o Mosteiro de Alcobaça” in *Actas do Colóquio ‘O Tempo Histórico de D. João II – Nos 550 anos do seu nascimento’*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2005, “Um Manuscrito iluminado alcobacense trecentista: o “Caderno dos Forais” do Couto” (*Estudos em*

*Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, II Volume, Porto, 2006), “A Congregação Cisterciense de Santa Maria de Alcobaça nos Séculos XVI e XVII: Elementos para o seu Estudo” (*Lusitania Sacra*, 2.<sup>a</sup> série, 18, 2006), “Oito Séculos de Cister em Portugal: Questões em Aberto” (*Actas. III Congreso Internacional sobre el Cister en Galicia y Portugal*. Tomo I. 1930-2005. *LXXV Aniversario de la Restauración de Oseira – Año Santo Mariano*, Ourense, Mosteiro de Oseira, 2006), “*Sigillis abbatis et conventus muniantur* — A sigilografia cisterciense medieval em Portugal”, in *Signum. Revista da ABREM*, Nº 9 (2007), “Duas Visitações a Mosteiros Cistercienses Femininos: S. Dinis de Odivelas (1532) e Santa Maria de Celas de Coimbra (1640)” (*Problematizar a História. Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*, Lisboa, 2007), “Uma paisagem para a oração: o Mosteiro de Alcobaça em Quatrocentos” (*Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Terceiras Jornadas*, Lisboa, 2007), *Imago & Auctoritas. Selos Medievais da Chancelaria do Mosteiro de Alcobaça*, Coimbra, 2008, D. João Eanes de Dornelas, abade de Alcobaça (1381-1414)”, in *Olhares sobre a História. Estudos Oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, 2009, “‘O fogo do teu amor’: orações e meditações de um monge alcobacense em Quatrocentos” (*Lusitania Sacra*, 2.<sup>a</sup> série, Tomo XXII 2010), “O Mosteiro de Alcobaça ao tempo do processo contra os templários” (*I Colóquio Internacional Cister, os Templários e a Ordem de Cristo. Actas*, 2012), “Abbés et vie régulière dans l’abbaye d’Alcobaça (Portugal) au Moyen Âge: un bilan” (*Les personnes d’autorité en milieu régulier*, Saint-Étienne, Publications de l’Université de Saint-Étienne, 2012), “A vida litúrgica entre os monges de Alcobaça em meados de Quatrocentos: o Regimento dos Sacristães-Mores” (*Mosteiros Cistercienses. História, Arte, Espiritualidade e Património. Actas do Congresso realizado em Alcobaça nos dias 14 a 17 de Junho de 2012*, Tomo II, Alcobaça, 2012), “O Mosteiro de Alcobaça: espaço de religião, cultura e memória”, in *Pedro e Inês – O Futuro do Passado. Congresso Internacional*, Vol. I (Coimbra, 2012), “O Mosteiro de Alcobaça em tempos de crise e de contestação” (*Cister: por entre História e Imaginário. IX Encontro Cultural – S. Cristóvão de Lafões*, São Cristóvão de Lafões, 2014), coordenação da obra *500 anos da outorga dos Forais do Concelho de Alcobaça por D. Manuel I*. Alcobaça: Jorlis e Câmara Municipal de Alcobaça, 2016.

**Aproximación al proceso de formación de un dominio monástico femenino en Asturias. El monasterio cisterciense de Gúa (Somiedo, Asturias)**

**Ana Loché González**

**Resumen:**

El objetivo del presente trabajo es realizar una aproximación al estudio del dominio cisterciense del monasterio de Gúa (Somiedo, Asturias) y su proceso de formación, desde su fundación en el siglo XII hasta el traslado de las monjas que lo habitaban en 1553 a la villa de Avilés (Asturias).

Escasas son las investigaciones que han atendido a la historia medieval de esta institución, pues el grueso de estudios se concentran en el período moderno de esta (Abol, 1995; Ureña, 1998), si bien no es difícil encontrar noticias dispersas en algunas monografías de historia regional. Así, ante la pérdida de la mayor parte del archivo de la institución, se utilizarán las copias que a finales del siglo XVIII realizaban Jovellanos y su secretario, conservadas actualmente en la Biblioteca de la Real Academia de la Historia (Jovellanos, 1948; Yáñez, 1972), con la pretensión de contribuir a un mejor conocimiento de la historia del monacato cisterciense femenino (Cavero, 2007; Baurý, 2014), del que aún falta por realizarse una exhaustiva labor de investigación sobre la que fuera la única abadía cisterciense femenina en Asturias (Fernández Conde, 1982; Torrente, 1982; Martínez Vega, 1994, 1997).

**Palabras clave:** monasterio de Gúa; Monacato femenino; Historia rural.

**Nota biográfica:**

Formación: Universidad de Oviedo Grado de Historia - Cuarto año - Università Ca' Foscari di Venezia Estudios bizantinos e Storia Medievale 2016/ 2017. Experiencia: Participación en actos y congresos. Asistencia como oyente. I Jornada de Urbanismo Medieval. Redescubriendo las huellas de las villas medievales: fuentes, escenarios y difusión patrimonial. Salas, 31 de marzo y 1 de abril 2017. Asistencia como oyente. Jornadas de Historia. Quinientos años después: Villaviciosa, 1517. La época en que don Carlos vino a Asturias. Oviedo, 22 de febrero – 11 de mayo 2017. Asistencia como ponente. IV Jornadas Internacionales. Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el noroeste de la Península Ibérica. Braga, 1 y 2 de junio 2017. Asistencia como oyente. Semana Internacional de Estudios Medievales. Estella- Lizarra

Estella, 18 al 21 de julio 2017. Asistencia como oyente. La ruta de las estrellas. El Camino de Santiago en la Edad Media. Homenaje a Juan Ignacio Ruiz de la Peña. Avilés, 5 y 6 de octubre 2017.

**Les catalogues d'abbayes et l'expansion de l'ordre cistercien dans l'ouest de l'europe**

**Alexis Grélois (Maître de conférences, Université de Rouen-Normandie); [alexis.grelois@univ-rouen.fr](mailto:alexis.grelois@univ-rouen.fr)**

**Résumé:**

Étant donné que les archives centrales cisterciennes ont disparu, l'étude de l'expansion de l'ordre repose sur des sources limitées. Les premiers Exordes ne nomment que Cîteaux et le Grand Exorde ne cite en plus que quelques maisons, à commencer par Clairvaux; les vies de saints (pensons à celles de Bernard de Clairvaux ou Étienne d'Obazine), les gestes d'abbés ou les histoires de monastères (notamment la remarquable *Historia foundationis* de Byland et Jervaulx en Angleterre) ne donnent qu'une vision partielle, locale, des phénomènes de fondation et d'affiliation. Quant au statuta des chapitres généraux, ils n'indiquent des noms d'abbayes qu'à partir de la fin du XIIe siècle et présentent un caractère lacunaire avéré pour de nombreuses périodes.

Pour avoir une vision d'ensemble de l'expansion de l'ordre, les historiens ont donc depuis longtemps recours aux catalogues d'abbayes. Existant depuis au moins les années 1180, la *tabula abbatiarum* consistait en une liste de monastères cisterciens masculins rangés selon leur ancienneté. Si la liste originale de Cîteaux est perdu, il en subsiste quelques rares exemplaires des XIIe et XIIIe siècles provenant d'autres communautés, ainsi que plusieurs versions modernes, manuscrites ou imprimées. Deux grands historiens de l'ordre cistercien, Ángel Manrique au XVIIe siècle et Leopold Janauschek au XIXe siècle, ont compilé ces listes.

Le monumental volume de ce dernier, *Originum Cisterciensium*, se présente ainsi comme le catalogue complet des abbayes cisterciennes d'hommes, rangées selon l'ordre de leur fondation ou de leur affiliation, ce catalogue procédant d'une analyse critique de (presque) toutes les listes antérieures.

Janauschek ne cachait pas dans ses notices les doutes qu'il avait lui-même au sujet de ses conclusions, comme l'avait d'ailleurs fait Manrique.

Malheureusement, les générations suivantes d'historiens ont pris pour des faits historiques ce qui n'était bien souvent que des hypothèses. De plus, comme l'avait déjà signalé le Père Cocheril dans les années 1950-1960, les sources utilisées par ces historiens étaient elles-mêmes sujettes à caution, puisque, dès l'origine, la *tabula abbatiarum* n'était pas conçue comme un document historique, mais comme une liste protocolaire fixant l'ordre de préséance entre abbés ; de ce fait, les « dates de fondation » figurant dans ces catalogues firent souvent l'objet de changements, tantôt de façon officielle, à la suite d'une décision du chapitre général, tantôt frauduleusement.

L'expansion de l'ordre cistercien est donc à réétudier sur des bases nouvelles, notamment dans l'ouest de l'Europe, où les affiliations de communautés déjà existantes furent bien plus nombreuses que les fondations *ex nihilo*. L'enjeu d'une telle démarche est aussi de réhabiliter la richesse du passé de ces monastères avant leur intégration à l'ordre cistercien.

C'est ce que notre communication se propose de montrer, à partir d'exemples comme Mellifont en Irlande, Furness en Angleterre, Savigny, Obazine et Cadouin en France, Fitero et Carracedo en Espagne, Lafões au Portugal.

**Mots-clefs :** histoire de l'ordre cistercien; catalogues; abbés.

#### **Note biographique :**

Né en 1970, marié, 3 enfants, nationalité française. Ancien élève de l'École Normale Supérieure (1992-1997), agrégé d'histoire (1994), ancien lecteur à Yale University (1995-1996), docteur en histoire de l'Université Paris-Sorbonne (2003). Depuis 2006 maître de conférences en histoire du Moyen Âge à l'Université de Rouen-Normandie, France, membre du laboratoire GRHis EA 3831, membre associé du CERCOR. Trésorier adjoint de la Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public français. Membre des comités de rédaction des revues scientifiques *Cîteaux- Commentarii cistercienses*, *Journal of Medieval Monastic Studies* et *Tabularia*. Coéditeur (avec Arnaud Baudin) du volume *Le temps long de Clairvaux. Nouvelles recherches, nouvelles perspectives (XII<sup>e</sup>-XXI<sup>e</sup> siècle)*, Paris-Troyes, 2016. Auteur d'une

trentaine d'articles scientifiques sur l'histoire de l'ordre cistercien et du monachisme féminin durant les XII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècle et d'une demi-douzaine d'articles de vulgarisation.



**Os mosteiros cistercienses no âmbito das tentativas de reforma das ordens entre o reinado de D. Maria I e o final do Antigo Regime: alguns dados**

***Madalena Costa Lima (investigadora do CLEPUL/FLUL)***

***madalena.costalima@gmail.com***

**Resumo:**

No seguimento da política assumida ao tempo do rei D. José, no sentido de ajustar a dimensão, o peso e poder das congregações religiosas no reino, a rainha D. Maria I instituiu a Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares. O organismo foi criado poucos meses após a eclosão da Revolução Francesa, que animou os espíritos anticongreganistas um pouco por toda a Europa, e na sequência de um interrogatório que a soberana mandara remeter às ordens no ano anterior, visando conhecer devidamente a situação das congregações e das suas casas em Portugal.

Nas décadas seguintes, e até aos anos de 1830, as averiguações aos regulares prosseguiram, na forma de exames, quesitos e ordens de inventário, ainda sob a autoridade da mesma Junta, que se manteve ativa, com intermitências, ao longo de mais de 40 anos; mas também por iniciativa da Comissão Eclesiástica, que as Cortes Gerais da Nação conceberam, durante o Vintismo.

O objetivo das inquirições era reunir informação sobre a realidade de cada uma das ordens religiosas em Portugal e, em particular, dos seus estabelecimentos. Com o conhecimento assim adquirido, pretendia-se elaborar um plano de reforma que viabilizasse as congregações e as conciliasse com o reino, permitindo às autoridades civis decidir, fundamentalmente, sobre o conjunto de mosteiros e conventos a conservar e sobre as casas a suprimir.

Deste modo, os inquéritos promoveram a produção e a compilação de um grande volume de dados sobre os regulares e as suas propriedades no país. Entre outros, notícias sobre a fundação de cada mosteiro e convento, sobre o número de religiosos ou religiosas que albergavam, as receitas e despesas com que se governavam e o estado dos respetivos edifícios. Mas também sobre a utilidade para o Estado e para a religião que resultava da atividade das casas, originando assim a redação de argumentos apologeticos da conservação ou supressão das mesmas.

Como se depreende, uma tal dinâmica reformista, ainda hoje bastante negligenciada pela historiografia, gerou documentação abundante sobre as

ordens religiosas em Portugal. E estas fontes, que encontramos conservadas sobretudo no fundo do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, permanecem por avaliar e explorar de modo conveniente.

A nossa proposta é revelar a documentação referente aos Cistercienses e dar a conhecer a situação das suas casas no âmbito do processo de tentativa de reforma das ordens religiosas decorrido nas pouco mais de quatro décadas finais do Antigo Regime. A oportunidade permitirá aclarar esse intento que acabaria por ficar plasmado num decreto gizado pelas Cortes Gerais em 1822 e num plano apresentado pela Junta apenas em 1830, esforços malogrados que redundariam na medida radical da extinção das congregações, em maio de 1834, imposta com a vitória definitiva do Liberalismo.

**Palavras-chave:** Ordens religiosas; Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares; Comissão Eclesiástica.

**Nota biográfica:**

Doutorada em História, especialidade Arte, Património e Restauro pela FLUL, com a dissertação *Conceitos e atitudes de intervenção arquitetónica em Portugal (1755-1834)*, financiada pela FCT, é bolseira investigadora do CLEPUL-FLUL, investigadora integrada deste centro e investigadora colaboradora do ARTIS-IHA/FLUL. Atualmente participa no projeto *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa*, sob a coordenação científica da Cátedra Convidada FCT Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização (CIDH-UAb e CLEPUL/FLUL); antes integrou os projetos de investigação *Solis – Igreja de Santa Engrácia – Panteão Nacional*, e *Eneias – A coleção de pintura da Biblioteca Nacional de Portugal*, financiados pela FCT. Lecionou temas de arquitetura na disciplina de História da Arte Moderna em Portugal, na FLUL, onde foi professora de Gestão Integrada do Património, tendo também dado aulas de Teoria do Restauro no curso de Ciências da Arte e do Património da FBAUL. Tem feito comunicações e publicado artigos sobre história do restauro e património, ordens religiosas e cultura portuguesa na transição para o Liberalismo.

**Nuevos documentos del archivo del monasterio de Belmonte,  
Asturias (siglos XIV-XV). Estudio y edición  
César Quijano Martínez (Universidad de Oviedo)**

**Resumen:**

El objetivo de la presente comunicación es dar a conocer la existencia de media docena de escrituras procedentes del desaparecido archivo del monasterio cisterciense de Belmonte, fechadas entre mediados del siglo XIV (1340) y el último cuarto del XV (1486), fijadas en su mayoría sobre soporte papel. Se ofrecerá la edición de estos documentos y se realizará el estudio diplomático de los mismos.

De este modo, esperamos contribuir a la edición de los documentos medievales de este monasterio. Fue Antonio Floriano 1 quien inició la crítica de los documentos del archivo monástico (hasta 1230), continuada por María Josefa Sanz 2. Tras ellos, Margarita Fernández Mier 3, con criterios filológicos, ha exhumado el grueso de pergaminos de la abadía, datados entre los siglos XIII-XV. Ana Fernández Suárez dio a conocer uno actualmente conservado en el archivo de la Familia Miranda-Valdecarzana 4, Adolfo García Martínez ha ofrecido la edición de una carta de encomienda que para en manos particulares 5, mientras que Guillermo Fernández Ortiz ha recuperado una copia simple de un diploma del año 1367 y ha ofrecido noticia de los documentos desaparecidos a partir de las noticias dejadas en documentación moderna 6.

1 Antonio FLORIANO CUMBREÑO: Colección diplomática del monasterio de Belmonte, Oviedo: IDEA, 1960.

2 María Josefa SANZ FUENTES: «Documentos del Monasterio de Belmonte (1231-1263). Catálogo», *Asturiensia Medievalia*, 6 (1991), págs. 177-203.

3 Margarita FERNÁNDEZ MIER: Documentos del Monesteriu de Balmonte (sieglu XIII), Oviedo: ALLA, 1995; IDEM: Documentos del Monesteriu de Balmonte (siglos XIV y XV), Oviedo: ALLA, 2001.

4 Ana FERNÁNDEZ SUÁREZ: Teverga, un concejo de la montaña asturiana en la Edad Media, Oviedo: RIDEA, 1992.

5 Adolfo GARCÍA MARTÍNEZ: Los vaqueiros de alzada de Asturias: un estudio histórico-antropológico, Oviedo: Consejería de Educación, Cultura y Deportes, 1988. Documento 1.

6 Guillermo FERNÁNDEZ ORTIZ: «Contribución al mapa de establecimientos benéfico-asistenciales en Asturias durante la Edad Media: la

malatería de La Abedul-Ambasmestas, en el concejo de Miranda», Boletín de Letras del Real Instituto de Estudios Asturianos, 181-182 (2013).

**Palabras clave:** monasterio de Belmonte; Paleografía y Diplomática; Diplomática cisterciense.

**Nota biográfica:**

César Quijano es graduando en Historia por la Universidad de Oviedo, donde realiza su Trabajo Final de Carrera sobre documentación eclesiástica a caballo entre la Edad Media y la Modernidad (monasterio de Peñafiel). Sus intereses son la historia medieval, en general, y el monacato occidental, especialmente el ambiente cultural y las prácticas de escritura en el seno de las comunidades religiosas. Recientemente ha publicado en Grado/Grau, villa y Alfoz, en colaboración, un estudio sobre una serie de materiales arqueológicos hallados en Los Lodos (Grado, Asturias). Además, asistió a congresos y conferencias de entidad en el territorio español, como la XLIV Semana Internacional de Estudios Medievales de Estella: “Campo y ciudad: mundos en tensión (siglos XII-XV)” o el XXXI Seminario sobre historia del monacato: “El monasterio medieval como célula social y espacio de convivencia” de Aguilar de Campo.

**Igreja de Santa Maria-a-Velha: Notas de investigação sobre os primórdios de Cister em Alcobaça**  
**Ana Margarida Martinho (DGPC)**

**Resumo:**

A Igreja de Santa Maria-a-Velha é referenciada pela cronística alcobacense como a primeira igreja da Ordem de Cister, em Alcobaça. Em 1632, Fr. António Brandão menciona Santa Maria-a-Velha como a primitiva igreja monástica, situando a fundação do cenóbio alcobaciano, em 1152. O testemunho de Fr. Manuel dos Santos permite-nos verificar que na primeira metade do século XVIII, o edifício da igreja era ainda o mesmo que existia no tempo da abadia velha; todavia, nessa época, já tinha sido alterada a invocação da pequena igreja para Nossa Senhora da Conceição. Por conseguinte, a capela de Nossa Senhora da Conceição, referenciada nos documentos de Setecentos, corresponde à igreja que, até ao século XVII, tivera a invocação de Santa Maria-a-Velha. Identicamente, Fr. Manuel de Figueiredo menciona

a existência do primevo Mosteiro, localizando-o “ao Norte do Segundo, da outra parte do rio Alcoa, que agora se chama rio de Chiqueda”.

Em síntese, verificamos que os testemunhos cronísticos mencionados veiculam a informação que Santa Maria-a-Velha foi a igreja do primitivo complexo monástico cisterciense, e que o mesmo estava implantado na proximidade da abadia nova; a norte da mesma, junto à margem direita do rio Alcoa. Ora, no estado actual da nossa pesquisa, consideramos oportuno colocar a seguinte questão: será autêntica a memória fundacional de que Santa Maria-a-Velha foi a igreja do primitivo mosteiro cisterciense de Alcobaça; o cenóbio que acomodara a comunidade monástica antes e no decurso da construção da abadia nova? No presente estudo, propomo-nos a apresentar alguma informação susceptível de fundamentar a resposta positiva a esta questão.

**Palavras-chave:** Ordem de Cister; Igreja de Santa Maria-a-Velha; Alcobaça.

**Nota biográfica:**

Ana Margarida Martinho (1965) é Técnica Superior da Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), exercendo funções no Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, desde 2006. Mestre em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico pela Universidade de Évora (2007), com dissertação subordinada ao tema – Mosteiro de Santa Maria de Cós (Alcobaça). Contributos para a sua Conservação e Valorização. Na mesma instituição concluiu a licenciatura em Ensino de História (1989). Desempenhou funções docentes, tendo sido Professora do Quadro de Nomeação Definitiva da Escola Secundária de D. Inês de Castro de Alcobaça, desde 1990. Com especial interesse pela conservação e valorização do Património Cisterciense no território do antigo Couto de Alcobaça, tem participado em encontros científicos nacionais e internacionais. Colaborou no projecto Património de Origem Portuguesa no Mundo – Arquitetura e Urbanismo, desenvolvido pela Fundação Calouste Gulbenkian e dirigido pelo Professor Doutor José Mattoso. Colaborou no Dicionário Quem é Quem na Museologia Portuguesa, projecto do Instituto de História da Arte da FCSH-NOVA. É autora dos livros: Mosteiro de Santa Maria de Cós (Alcobaça). Contributos para a sua Conservação e Valorização (2011); Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. Contributos para a história do restauro da Igreja e da Sacristia Nova (1850-1960) (2014); Manuel Vieira Natividade (1860-1918). Do Mosteiro aos Coutos de Alcobaça: Um

Périplo pela Salvaguarda do Património Cultural (2015).

### **Noviços do Mosteiro de São João de Tarouca 1692-1763**

**– da tomada do hábito à profissão para monge**

***Luciano Augusto dos Santos Moreira (Sacerdote da Diocese de Lamego)***

#### **Resumo:**

A historiografia portuguesa, tem produzido ao longo das últimas décadas numerosos e valiosos estudos sobre a presença da ordem de Cister em Portugal ao longo de quase 800 anos nas mais diversas abordagens.

Escasseiam, contudo, estudos sobre os homens que ao longo de tantos séculos deram vida aos vários mosteiros da ordem.

Vivendo as conjunturas próprias de cada tempo, sob a regra de São Bento, são estes homens que buscam Deus pelo trabalho e pela oração que iremos procurar dar a conhecer relativamente ao mosteiro de São João de Tarouca.

Dos poucos documentos deste mosteiro que chegaram até nós, guarda-se na Torre do Tombo, um único livro de registos do noviciado, datado do ano de 1692 até 1763, que nos permite saber quem eram os noviços que aí deram entrada, ao longo de 70 anos.

O documento, dividido em duas partes, apresenta, na primeira, o registo da tomada de hábito da ordem, ou seja, o dia de entrada no mosteiro e o início do noviciado, escrito e assinado pelo próprio. Na segunda parte, está o registo do dia da primeira profissão feita pelos noviços, as declarações de compromisso para com a Ordem de Cister e a informação dos bens que tinham como seus e a quem os legavam. Este registo, é também escrito e assinado pelo próprio noviço.

Pela leitura e estudo deste documento, pretendemos apresentar, em modo quantitativo, os noviços que deram entrada no mosteiro de São João de Tarouca de 1692 a 1763, nos diversos aspetos que o documento permite.

**Palavras-chave:** Mosteiro de São João de Tarouca; noviciado.

#### **Nota biográfica:**

Luciano Augusto dos Santos Moreira. Sacerdote da Diocese de Lamego.

Licenciado em Teologia, pela Faculdade de Teologia da Universidade Católica de Lisboa (2005) e em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2011). Mestre em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2017), onde apresentou e defendeu a tese: “A evolução da rede paroquial entre o Côa e o Távora do século XI ao século XVI”. Na mesma Faculdade de Letras, frequenta o curso de doutoramento em História, na temática da História da Igreja em Portugal. Tem publicados quatro estudos: “O Bispado de Lamego na I República e as implicações da Lei da Separação do Estado e das Igrejas”; “Santuário da Virgem Mártir Santa Eufémia em Penedono - História e Culto – Reflexões sobre a origem do culto de Santa Eufémia em Portugal”; “Capela do Mártir Santo Tirso - uma marca de antiguidade, na paróquia de Penela da Beira” e “Igreja Paroquial de São Pedro de Penedono - Descrição e inventário - Breves apontamentos para a sua história” e alguns artigos em revistas de investigação na área da história local e religiosa. É no presente, o pároco de Penela da Beira e Póvoa de Penela, ambas do concelho de Penedono e diocese de Lamego.

### **O mosteiro de Celas, Alenquer e Santa Maria Rotunda**

***Maria do Rosário Barbosa Morujão (Universidade de Coimbra/CHSC)***

#### **Resumo:**

As origens do mosteiro cisterciense de Santa Maria de Celas situam-se não em Coimbra, onde acabou por se estabelecer, mas em Alenquer, vila pertencente ao senhorio de D. Sancha onde a infanta protegeu um conjunto de mulheres devotas que, posteriormente, foi transferido para Coimbra.

Por volta de 1220, existia, pois, uma comunidade feminina em Alenquer, governada por uma priora, e possuidora de um templo próprio, conhecido como igreja de Santa Maria Rotunda, devido à sua forma circular. Se a comunidade alenquerense desapareceu, as propriedades na região mantiveram-se e o templo também persistiu, perdendo, porém, a sua função com o correr dos séculos. Integrado num conjunto de bens que constituíram um prazo desde, pelo menos, o séc. XVI, o edifício, apesar de adulterado e em mau estado hoje em dia, ainda existe e mantém-se nas mãos da mesma família.

Esta comunicação pretende abordar a relação do mosteiro de Celas com Alenquer e os bens que ali conservou, com especial enfoque nesse templo, ao longo dos séculos.

**Nota biográfica:**

Doutora em História da Idade Média pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde é Professora Auxiliar. Investigadora integrada do Centro de História da Sociedade e da Cultura dessa mesma Faculdade e colaboradora do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Tem múltiplos trabalhos publicados, em Portugal e no estrangeiro, entre livros, partes de livros, actas de reuniões científicas e artigos de revistas. A sua tese de mestrado incidiu sobre o mosteiro cisterciense de Celas, instituição que foi objecto também de outros estudos de menor dimensão já dados à estampa ou no prelo. Principais interesses científicos: história religiosa medieval, em especial do clero secular e de Cister feminino; sigilografia; diplomática; paleografia; edição de fontes; codicologia; história do livro.

**As rendas eclesiásticas no fenómeno do barroco nacional.**

**Bens e recursos.**

***Aurélio de Oliveira (Fac. de Letras do Porto ap./ IU-Maia)***

**Resumo:**

1- Raramente consideradas as bases materiais dos estilos pelo genérico da historiografia artística, todos convêm e convergem finalmente, quando se trata do barroco em Portugal. De facto, falar do nosso barroco é sempre invariavelmente falar do decisivo impacto do “nosso” ouro e diamantes do Brasil. Uma equação simples, directa e retilínea. Efectiva e extensiva realidade ou um lugar certo e comum, que se ensina e aprende desde a primária à universitária?

2- De facto, consideradas as várias fases em que é possível subdividir e diferenciar o barroco, lá temos sempre o dito ouro do Brasil de sua majestade que recobriu e dourou de ouro as nossas numerosas talhas e imagens de tantas e tantas igrejas, de norte a sul do país. Convenhamos assim, uma notável fartura de ouro, à mão de semear, para tanta e tão diversificada clientela.

3- Apreciaremos ao longo dessas principais fases, desde o maneirismo-ciclo nacional, ao joanino, josefino e neo-clássico (mariano) a realidade efectiva do real impacto desse ouro com a participação, alargada, restrita ou selectiva, desse impacto material, centrado na mineração e fluxo do ouro brasileiro.



4- Em paralelo ou contra-ponto o papel e impacto das rendas eclesiásticas das Ordens religiosas (ou outras instituições eclesiásticas ou para-eclesiásticas) nomeadamente de algumas dessas ordens religiosas, algumas das quais, como a de S. Bento que teve (ou tiveram), um papel determinante não só na sua génese como ao longo do mais percurso do barroco. Poder-se-ão considerar outras ordens como a de Cister, certamente também determinantes para outros espaços geográficos que não o Entre Douro e Minho, principal assento dos mosteiros beneditinos e logo a partir da casa-mãe - a abadia de Tibães.

5. Consideraremos então, as bases materiais deste barroco eclesiástico na criação e dourado das suas talhas - se é justo que reportemos a arte barroca ou o fenómeno do barroco apenas à talha dourada. Consideraremos também qual a explicação que teremos que procurar para outras manifestações artísticas do barroco, como ainda o quadro material isto é o suporte económico do barroco peninsular (galego, por exemplo), como italiano, francês ou alemão.

### **Párocos constitucionais e párocos resistentes ao regime liberal em terras de Cister (1821-1822)**

***José António Oliveira (Instituto Politécnico do Porto)***

#### **Resumo:**

O primeiro liberalismo (vintismo) teve para com a Igreja um comportamento regalista e muitos párocos foram canais de comunicação privilegiados entre o novo poder e as massas populares, longínquas e inacessíveis ao poder central. Estes “novos mecanismos de poder”, exerceram uma função mediadora que nem sempre resultou positivamente para os liberais. Se os regulares foram sistematicamente criticados, marginalizados e combatidos, os constitucionais viram nos párocos um meio apropriado para a consciencialização das massas populares. O clero paroquial, embora já não tivesse o monopólio do saber, conservava parte relevante da ilustração e dos conhecimentos intelectuais de então, fazendo dele um instrumento essencial de propagação de ideias, valores e comportamentos.

Próximo das coletividades, os párocos tiveram, da governação liberal, tratamento diferenciado, relativamente aos regulares; os primeiros foram convidados e estimulados a colaborar com os governos liberais, assumindo um

comportamento político em conformidade com as ideias do século. Interessava aos liberais uma Igreja e um clero que promovesse as diretrizes emanadas do poder central. Carente em infraestruturas, deficitário em meios de comunicação eficazes, com uma população profundamente analfabeta e alheada dos assuntos políticos, restava aos liberais promover a sua ideologia através dos melhores agentes possíveis – os párocos. Assim, a inculturação liberal necessitava dos bons ofícios de parte do clero português, aliando à missão pastoral a propaganda liberal.

Neste contexto, a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça ordenou que o Diário do Governo publicasse uma listagem dos párocos que, nas suas localidades, diariamente ou em épocas festivas, pregaram a bem do sistema constitucional. Com base nesta informação, obtida no Diário do Governo entre 1821 e 1822, elaboramos esta comunicação que nos permite identificar a localidade, o pároco ou os párocos que se manifestaram pró-liberais e a descrição da ação realizada. Mas, o oposto também foi possível detetar: na mesma fonte, descortinamos os “resistentes” ao novo regime e em várias ocasiões podemos identificar aqueles que ousaram obstar à missão do novo regime.

Desta problemática, daremos uma panorâmica nacional e focar-nos-emos mais especificamente em terras de Cister.

**Palavras-chave:** Liberalismo; Igreja; párocos; resistência.

**Nota biográfica:**

Docente do Instituto Politécnico do Porto, Prof. Coordenador. Doutor em História. Investigador no Centro de Estudos Transdisciplinares Para o Desenvolvimento (CETRAD) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro. FCT / MCTES I&D nº 4011 – SOC – Norte – Vila Real – 4011. Investigador integrado no CIICESI da ESTG/P.Porto. Vencedor do Prémio Dr. Artur de Magalhães Basto Biénio 2002-2003 atribuído à melhor obra escrita sobre a cidade do Porto – A Igreja Católica e a Instauração do Liberalismo em Portugal. Tradição e Reformismo: a acção política dos bispos do Porto D. João de Magalhães e Avelar e Frei Manuel de Santa Inês (1816-1840). Membro e sócio fundador da APHVIN/GEHVID – Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho. Membro do Conselho Editorial da Revista Vinho Verde – História e Património – History and Heritage. APHVIN/GEHVID. Membro do Conselho Editorial da Revista Douro – Vinho, História e Património – Wine,

History and Heritage, propriedade da APHVIN/GEHVID. Autor de vários livros e artigos em revistas científicas. Participação, com comunicação, em dezenas de encontros, congressos científicos na área da História Contemporânea. Participação em júris de doutoramento e de mestrado em várias universidades portuguesas e estrangeiras. Área principal de investigação – Porto (1800-1850) Igreja, sociedade e política.

**Los libros forales del monasterio de Nuestra Señora de Belmonte (Asturias, España): génesis y conservación**  
**Guillermo Fernández Ortiz (Universidad de Oviedo)**

**Resumen:**

El objetivo de la presente propuesta de comunicación es ofrecer los resultados del análisis diplomático efectuado sobre los libros de foros del monasterio cisterciense de Belmonte (Asturias, España) confeccionados entre los siglos XVI y XIX; es decir, desde la reforma de la institución a mediados del Quinientos hasta la exclaustración decimonónica.

De los 11 forales que llegaron a formar parte del archivo de la institución, únicamente seis se localizan entre los fondos del monasterio que llegaron al Archivo Histórico Nacional de Madrid. De los otros cinco puede recuperarse parte de su contenido a partir de las informaciones contenidas en otros códices diplomáticos y de la huella que dejaron en inventarios posteriores.

A partir de los libros forales conservados en el Archivo Histórico Nacional de Madrid (Sección Clero. Regular. Cistercienses. Belmonte. Libros L. 8749, L. 8753, L. 8750, L.8751, L.8752 y L.8753), de los escasos folios que nos quedan de algunos de los otros códices y de las noticias que nos ofrecen los inventarios de la Desamortización (AHN. Sección Clero. Regular. Cistercienses. Belmonte Legajos 4936 y 4937) y el Libro de Tumbo del monasterio (Archivo Histórico de Asturias. L. 383) pretendemos determinar la génesis de cada uno de los volúmenes, el momento de su elaboración, su factura material, su contenido, la disposición del mismo y, en última instancia, su estado de conservación.

**Palabras clave:** Diplomática cisterciense; Archivística; monasterio de Belmonte (Asturias).

### **Nota biográfica:**

Guillermo Fernández Ortiz es licenciado en Historia por la Universidad de Oviedo (2012) y doctor en Historia (especialidad Ciencias y Técnicas Historiográficas) por la misma Universidad (2017) con el estudio y edición del Tumbo Nuevo del monasterio de Belmonte y el análisis del archivo de la institución (ss. XII-XIX). Ha realizado distintos estudios sobre diplomática cisterciense: “Escrituras para la profesión masculina en la orden del cister, ceremonial y tipologías documentales”, publicada en Historia. Instituciones y Documentos; “Cartas de relación, correspondencia y prácticas archivísticas en el monasterio cisterciense de Nuestra Señora de Belmonte (Asturias) durante la Edad Moderna”, en el volumen Escritura y Sociedad: el Clero; o “Perfil intelectual del padre Ania (1671-1733): censuras, libros y lecturas” en Cuadernos de Estudios del Siglo XVIII. También ha realizado estudios sobre el libro y las bibliotecas entre los bernardos castellanos (“la crisis de los bernardos castellanos según un impresso de la biblioteca universitaria de Zaragoza. Estudio y edición”, en Cuadernos de Estudios Borjanos; “El libro entre los bernardos castellanos. Hacia una reconstrucción de la biblioteca personal del padre Ania”, en Studia Historica), de diplomática notarial y sobre archivística eclesiástica.

### **Espacialidade cisterciense feminina: boticas e a arte de curar – Lisboa, Évora e Portalegre (PORTUGAL)**

**Marízia Pereira** (*Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento, Universidade de Évora*) [mariziacmdp3@gmail.com](mailto:mariziacmdp3@gmail.com)

**Maria do Céu Simões Tereno** (*Departamento de Arquitetura, Universidade de Évora*) [ceutereno@gmail.com](mailto:ceutereno@gmail.com)

**Maria Filomena Mourato Monteiro** (*Divisão de Cultura e Património, Câmara Municipal de Évora*) [monteiro.m.filomena@gmail.pt](mailto:monteiro.m.filomena@gmail.pt)

### **Resumo:**

A Ordem de Cister surgiu quando em 8 de Abril de 1153, D. Afonso Henriques doou ao Abade do Mosteiro de Claraval, S. Bernardo, com o privilégio de couto, o lugar de Alcobaça, estabelecendo assim a fundação da Abadia de Alcobaça que se tornou a Casa-Mãe da Ordem em Portugal. Esta ordem religiosa deixou, desde a sua fundação, marcas relevantes em diversas áreas, desde o povoamento e consolidação do território, através da localização das

casas e consequente desenvolvimento urbano gerado por estas, à construção de edifícios de grande qualidade arquitetónica. Também no ensino foram inovadores nomeadamente no que respeita à agricultura com a introdução de práticas mais desenvolvidas e eficazes, e à criação de boticas nos seus mosteiros para prestar auxílio não apenas às comunidades residentes, mas também à população em geral que acorria em busca de auxílio. As boticas que se conhecem na Europa ocidental nasceram dentro dos conventos e mosteiros, criando dentro dos espaços claustrais, um lugar para efetuar experiências e preparar mezinhas. De modo geral, estas dispunham de um jardim botânico, ou horto, onde as plantas medicinais necessárias à confeção dos medicamentos eram plantadas. Desta Ordem religiosa iremos analisar três mosteiros femininos: S. Bento de Cástris em Évora (1274), S. Bernardo em Portalegre (1518) e Nossa Senhora da Nazareth do Mocambo em Lisboa (1653). Procurar-se-á sinalizar a localização das antigas boticas e espaços a elas adstritos no que respeita à sua integração na articulação funcional destes mosteiros. Para além dos espaços físicos das boticas, como aspeto de muito realce, refiram-se os medicamentos e mezinhas nelas confeccionados, que incluíam acervos vegetais que se vai procurar identificar nos três mosteiros em apreço.

**Palavras-chave:** Mosteiros femininos; Arquitetura; Boticas.

**Notas biográficas:**

Marízia Clara de Menezes Dias Pereira, licenciada e doutorada em Engenharia Biofísica pela Universidade de Évora; frequentou os cursos: 1.º Curso Luso-Espanhol sobre Fitossociologia teórica e prática, 2.º Curso Avançado de Fitossociologia, Identificação e Controlo de Espécies Vegetais Invasoras e Introdução à Engenharia Natural. É docente da Universidade de Évora desde 1987 e tem o estatuto de Professora Auxiliar. Participa regularmente em congressos internacionais e tem artigos publicados nas áreas de vegetação e paisagem naturais. Atualmente está a realizar um estágio pós-doutoral sobre a Caatinga Brasileira a decorrer na Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA em Sobral – Ceará, Brasil.

Maria do Céu Simões Tereno, arquiteta, Professora Auxiliar do Departamento de Arquitetura da Universidade de Évora. Licenciada em Arquitetura pela Escola Superior de Belas-Artes. Doutorada pela Universidade de Évora em Conservação do Património Arquitetónico, na especialidade de Edifícios e Conjuntos Históricos. Tem diversos artigos e publicações nas áreas do pa-

trimónio, da conservação patrimonial, do urbanismo, da arquitetura religiosa e militar, da morfologia urbana. Participou em congressos nacionais e internacionais com a apresentação de vários trabalhos nas áreas referidas. Organizou conferências e exposições nos âmbitos referidos anteriormente. Organizou cursos breves em Espanha e Salvador da Bahia (Brasil), no âmbito da conservação do património arquitetónico.

Maria Filomena Mourato Monteiro, doutorada e licenciada em “Arquitetura” (U. Évora-2011 e ESBAL-1977), é Mestre em “Recuperação de Património” nas vertentes “Arquitetónico” e “Paisagístico” (U. Évora-1996). Possui pós graduações respetivamente em “Engenharia Municipal” (FCTUC-1989) e em “Equipamento Social % 1.ª e 3.ª Idade” (ESBAL-1984). É arquiteta municipal desde 1978, sequencialmente nas Câmaras Municipais do Seixal e de Évora onde, após um longo percurso na área do Projeto Municipal, exerce funções na área do Património. Tem ativamente participado em Congressos, assim como possui publicações académicas na vertente do conhecimento, preservação e defesa do Património.

### **Congregações cistercienses: modelos e objectivos**

***Rui Rasquilho (historiador)***

#### **Resumo:**

O Papa Pio V, no segundo ano de seu pontificado, emite a 26 de outubro de 1567 uma bula através da qual procura acalmar o jovem Rei D. Sebastião, neto de D. João III, por lhe haver sido retirado o direito de padroado. Nessa bula é criada uma congregação independente abrangendo alguns mosteiros da Ordem de Cister em Portugal, libertos da Comenda. A cabeça desta congregação, a segunda instituída no mundo cisterciense, foi em Stª Maria de Alcobaça.

D. Sebastião tinha, é sabido, o Cardeal D. Henrique como influente conselheiro e, havia, em 1562, recebido da Santa Sé o direito de padroado, tinha então 8 anos. A seu tio Henrique agradaria este direito estabelecido por Pio IV através da bula Eximio Devotionis datada de 1 de fevereiro de 1562, data curiosamente coincidente com o ano do fim da regência de D. Catarina.

Todavia em 1567 Pio V como se disse, revoga “o direito de apresentar em todos os mosteyros e consistoriais” da sua coroa conferindo benefícios eclesiásticos. Perante a situação o Papa vai procurar compensar a anulação com a criação da Congregação. Desde 1558 que o Cardeal Comendatário

preparava os Capítulos Provinciais, exercício que o levou naturalmente a ser escolhido mais tarde para Presidente da Congregação. D. Henrique presidirá só o primeiro Capítulo Provincial a 1 de maio de 1564, da instituição que antecedeu a Congregação. Com 13 anos D. Sebastião (estávamos em 1568) é coroado e só em 1570 o Soberano aceita a bula de Pio V, após um “Breve” do Papa Gregório XIII.

“Se resolveu ultimamente El Rey em aceitar a bulla. Nomeou para primeiro D. Abade Geral da nova Congregação de Alcobaça ao dito Infante Cardeal seu tio (...) que fosse o real Mosteyro de Alcobaça a casa capitular e cabeça da Congregação (...).”

O alvará Real é datado de Sintra a 7 de julho de 1570. É esta, em minha opinião a data oficial da entrada em funcionamento da Congregação de St<sup>a</sup> Maria de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo. Os Mosteiros Constituintes da Congregação presente no 1<sup>o</sup> Capítulo Geral realizado em Alcobaça no final do ano de 1570 foram S. João de Tarouca, St Maria de Salzedas, Seiça e Bouro. A 30 de setembro de 1573 inicia-se o 2.<sup>o</sup> triénio da Congregação. Neste Capítulo Geral são eleitos, num calendário trienal, que só terminará em 1833/34, os Abades e Priores dos Mosteiro integrantes. No terceiro Capítulo a 1 de maio de 1576 com o modelo consolidado avaliam-se as rendas da rede Monástica e a sua contabilidade de cujo apuramento irá depender a lotação dos diversos Mosteiros, então seis, mais o colégio de Coimbra e o Mosteiro de Alcobaça. Pela primeira vez o Cardeal D. Henrique presidirá aos trabalhos, da Congregação, pois até aí havia delegado funções. Recorde-se que com o D. Abade Geral vão sendo acertadas com “prudência e doutrina”, as disposições do longo Concílio de Trento (1545-1563). D. Henrique governará a Congregação “com autoridade absoluta” respaldado nas bulas dos Papas Nicolau V, Pio II e Leão X. Para além do desenvolvimento desta congregação outras análises serão feitas, quer a congregações independentes quer às que existiram subordinadas ao capítulo geral cisterciense.

**Palavras-chave:** a primeira congregação independente; os desvios da ordem; a congregação de Alcobaça; papado; capítulo geral.

#### **Nota biográfica:**

Historiador e poeta, antigo diretor do Mosteiro de Alcobaça. Académico de número do Instituto histórico e geográfico do Distrito Federal. Académico da Academia lusitana de ciências letras e artes de S. Paulo. Académico cor-

respondente do Instituto geográfico e histórico da Bahia. Académico correspondente do Instituto histórico-geográfico e genealógico de Sorocaba. Durante 20 anos foi adido cultural na embaixada de Portugal em Rabat e Conselheiro Cultural na embaixada de Portugal em Brasília. Presidente da campanha Nacional para a defesa do património e comissário técnico da XVII exposição do Conselho da Europa. Comissário geral das comemorações da ida da família Real para o Rio de Janeiro. Tem várias obras publicadas relativas à Ordem de Cister e ao mosteiro de Alcobaça.

**Dos Abades Trienais à extinção das ordens religiosas, perfis de frades cistercienses fixados no distrito de Viana do Castelo no século XIX**

***Henrique Rodrigues (Investigador do CETRAD/UTAD)***

**Resumo:**

Pretendemos dar a conhecer perfis dos cistercienses no espaço do Alto Minho, partindo dos abades trienais mosteiro de Fiães, cujas listas foram por nós divulgadas, como o fizeram outros Historiadores, e dar continuidade ao rasto deixado pelos frades egressos, que regressaram à terra de origem, e aos que se deixaram ficar no sítio ou área concelhia onde estavam radicados, depois da extinção das ordens religiosas, em 1834. Para o efeito, usaremos como fonte primária os registos dos religiosos prestacionados após a exclaustração, existentes no fundo do Arquivo do ex-Governo Civil de Viana do Castelo, dando o devido destaque à ordem de Cister, estudando a proveniência geográfica e os perfis culturais destes religiosos.

**Palavras-chave:** Frades; Alto Minho; Perfis.

**Moreuela en la época de los Reyes Católicos: reanacimiento de un monasterio**

***Elías Rodríguez Rodríguez (Médico)***

**Resumen:**

El monasterio de Moreuela en el siglo XV, como muchos otros de la Orden del Cister, languidecía después de un pasado más glorioso. La



comunidad estaba reducida a unos pocos monjes, originarios de las comarcas cercanas al cenobio. Este periodo se caracteriza por el nombramiento de abades comendatarios que no residían en los monasterios, cobrando una porción de sus rentas y delegando la administración espiritual y temporal de los mismos.

En 1494 se produce la integración del monasterio de Moreruela en la Observancia General de Castilla con la reforma del convento y restablecimiento de las reglas del Císter. En pocos años la comunidad creció con monjes procedentes de todas las partes del reino fue creciendo y poniendo los cimientos del esplendor del monasterio en el siglo XVI y XVII.

Una de las primeras actuaciones después de consolidada la comunidad fue la de reorganizar la economía del monasterio, recuperando las rentas enajenadas o mal arrendadas lo que provoca algunos conflictos con los renteros.

Además de recuperar las rentas de la abadía, los nuevos monjes trataron de restaurar los antiguos privilegios y prestaciones feudales de sus vasallos de Granja de Moreruela y del lugar de Requejo, incluso añadiéndoles nuevas imposiciones, por lo que pronto surgieron los conflictos entre los vasallos y el abad.

#### **Nota biográfica:**

Villafáfila (Zamora) 1958. Licenciado en Medicina y Cirugía por la Universidad de Salamanca. Coordinador Médico del equipo de atención primaria de Zamora Norte

Miembro del Instituto de Estudios Zamoranos Florián de Ocampo, de Zamora y del Centro de Estudios Benaventanos Ledo del Pozo, de Benavente. Autor de diferentes publicaciones de historia local de Zamora, y de las monografías “La Concordia de Villafáfila: 27 de junio de 1506”, e “Historia de las Explotaciones Salinas en la Lagunas de Villafáfila”. Administrador del blog <http://historiasdevillafila.blogspot.com.es/>.

#### **Les voyages des abbés de Morimond dans la Péninsule ibérique Benoît Rouzeau (LAMOP UMR8589; Université de Paris 1)**

#### **Résumé:**

L'abbaye de Morimond fondée en 1117, aux marges de la Bourgogne, dans le diocèse de Langres est considérée dès le milieu du XII<sup>e</sup> siècle, comme

la seconde de l'ordre derrière celle de Clairvaux pour sa filiation. Elle devient à ce titre la 4<sup>e</sup> fille de Cîteaux, avec un rôle important dans la gestion de l'ordre. Sans doute en partie grâce à sa filiation déjà présente dans le sud du royaume de France et au nord de la Péninsule ibérique, en 1187 la milice de Calatrava nouvellement créée, lui est affiliée et renforce encore l'attractivité de l'abbaye envers la péninsule ibérique où l'abbé de Morimond y remplira ses obligations d'abbé père. Les sources normatives des statuta, comme les traces de scellement prises dans leur ensemble permettent de retracer les déplacements des abbés de Morimond dans l'espace ibérique. Dès la fin du XII<sup>e</sup> siècle on voit l'abbé de Morimond s'y rendre régulièrement, même dans les monastères de moniales. Au fil des siècles l'abbé de Morimond rédige des constitutions pour Calatrava, confirme tel abbé, redresse telle abbaye ou bien encore se voit confier par l'ordre cistercien des missions de réformation générales au XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècle.

**O (pseudo)arquivo pessoal de Frei Bernardo de Brito na Biblioteca Nacional de Portugal**

***Carlos Guardado da Silva (Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)***

**Resumo:**

A partir da década de 80 do século XX, em Portugal, os arquivos pessoais têm vindo a adquirir um crescente interesse por parte dos investigadores, seja no contexto da história, da antropologia e da sociologia, seja no contexto da literatura e da cultura, seja ainda no contexto da ciência arquivística ou da ciência da informação. Um lugar cada vez mais central, sendo-lhes reconhecido o seu valor, não apenas em termos patrimoniais, mas sobretudo para a investigação, na senda do que acontecia no panorama internacional, designadamente, em Inglaterra, nos Estados Unidos, no Canadá, em França e no Brasil.

Este interesse crescente deve-se, em grande parte, ao também crescente interesse da história a vida privada, que nem sempre tem sido, porém, acompanhado de reflexão teórica, grandemente ausente dos arquivos pessoais, cuja importância não é consensualmente reconhecida. Na verdade, a própria tradição arquivística considerava, até há pouco tempo, apenas a documentação de carácter administrativo, excluindo a de carácter pessoal e

biblioteconómico. A título de exemplo, refira-se o Manual de arranjo e descrição de arquivos, dos arquivistas holandeses Muller, Feith e Fruin, publicado em 1898, com a primeira edição portuguesa em 1960, para quem os documentos relacionados com os arquivos pessoais se restringem às atividades de negócio (1973, p.19).

Mas, na verdade, foi o reconhecimento deste seu valor, que justificou a sua recolha e a sua conservação nas inúmeras instituições memorizadoras (arquivos, bibliotecas e museus), enquanto fontes de informação identitária e como parte da memória de uma sociedade, a evidence of us, como bem notara a investigadora australiana, Sue MCKEMMISH, em Evidence of me (1996, p. 175).

Apesar de serem arquivos, a maioria dos cerca de 3.500 inventariados (PEREIRA, 2017), encontra-se depositada em bibliotecas, em razão de alguns terem sido considerados literários, classificação que tem sido sujeita a larga crítica, por autores da Ciência da Informação (SILVA, 2004, p. 62, nota 25; VILLARÓ, 2013, p. 13), apesar de constituir moda, uma vez que o seu valor e o seu interesse ultrapassam o contexto da literatura. Epíteto de arquivo “literário”, que remonta a uma ideia romântica que considera interligada a criação artística e a biografia. Assim se entendem diversas práticas de aquisição de arquivos na área da literatura (DOUGLAS; MACNEIL, 2009, p. 28).

Foi esta opção que levou à recolha de muitos arquivos pessoais na Biblioteca Nacional de Portugal, tendo Braz de Oliveira sido um dos principais defensores dos arquivos de escritores (OLIVEIRA, A. Braz, 1992, p. 109). Depois com a criação da Área de Espólios de que é herdeiro o Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea, com enfoque numa arquivística de tipo literário.

A instituição detentora do maior número de arquivos pessoais (assim identificados apesar de muitos serem familiares) é a Biblioteca Nacional de Portugal (PEREIRA, 2017: 293). De qualquer modo, a sua ação na recolha de arquivos pessoais traduz uma consciência cívica de preservação patrimonial, designadamente de um tipo de arquivos tradicionalmente relegado para a periferia.

O Guia de Fundo da Biblioteca Nacional (1994, p. 217) identifica o arquivo pessoal de Frei Bernardo de Brito, monge da Ordem de Cister, apresentando, a seguinte descrição: “apontamentos relativos à Monarquia Lusitana. Documentação integrada na Biblioteca Nacional após a extinção das Ordens religiosas”.

Por arquivo pessoal, entendemos 'um conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social' (OLIVEIRA, 2012, p. 33). Ou seja, a informação produzida, gerida e acumulada por um indivíduo, ao longo da sua vida, no decurso dos seus papéis e funções sociais. Nesta medida, o arquivo pessoal representa, grosso modo, os registos do papel do seu titular na sociedade: a vida do seu titular, as suas redes de relacionamento pessoal e profissional, as suas obras, assim como a sua própria intimidade (BELLOTTO, 2014, p. 107).

A unidade informacional reunida na Biblioteca Nacional de Portugal, sob o grupo arquivos pessoais, com a designação Frei Bernardo de Brito é, de facto, um arquivo pessoal? Ou é o resultado do comportamento de um bibliotecário, cujo conjunto resultou da reunião de documentos em torno do seu autor e não do seu produtor, dando origem a uma unidade artificial que, com alguma imaginação, encobriu o contexto orgânico 'original'? Não integraria na sua origem o arquivo do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça?

Com este nosso estudo, de natureza qualitativa, assente na revisão da literatura e na análise documental do 'arquivo pessoal' Frei Bernardo de Brito, identificado como tal na Biblioteca Nacional de Portugal, pretendemos responder à sua identificação e caracterização, propondo a sua reorganização, e a sua eventual integração no arquivo do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, a partir do estudo do seu conteúdo, assim como da sua história custodial e arquivística.

Nesta medida, este é um estudo que podemos enquadrar no âmbito do património cultural, e mais especificamente, do património arquivístico (decreto-lei 16/93) do mosteiro alcobacence.



# Património e Arte cistercienses



Altar-Mor da igreja do Mosteiro de Cós. Foto Câmara Municipal de Alcobaça



**Do Céu ao Solo - o Sistema hidráulico na arquitetura cisterciense.  
Patrícia Alho (ARTIS/ CLEPUL/ CITAD)**

**Resumo:**

A presente proposta de comunicação vem na sequência da tese de doutoramento que defendemos na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob o tema: “O sistema hidráulico na arquitetura sacra gótica em Portugal dos séculos XIII a XVI”. Este projeto parte de um conceito de arquitetura entendida como um conjunto estruturado de sistemas que, faseadamente, constituem preocupação do mestre construtor. Neste conjunto de sistemas está incluído o sistema hidráulico que dividimos em sistema hidráulico superior e inferior.

No que diz respeito ao subsistema hidráulico superior dividimos o mesmo pelas soluções encontradas nos diversos edifícios pertencentes à arquitetura gótica e tardogótica portuguesa e estrangeira, para com isto podermos concluir quais as soluções inovadoras e as mais adotadas, bem como os elementos arquitetónicos auxiliares mais usados no sistema hidráulico superior, entre eles: gárgulas, goteiras, arcobotantes, contrafortes, terraços, telhados, entre outros.

Tal como o Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge afirmou: “*A disponibilidade de água potável natural é imprescindível para a subsistência de uma comunidade fixa; daí, a sua importância decisiva nas preocupações e especificidades da escolha do sítio de fundação de uma abadia cisterciense medieval*”<sup>1</sup>.

Desde sempre que uma das preocupações do mestre construtor foi afastar as águas pluviais para o exterior da zona coberta, tratando-se também de uma das evidentes preocupações aquando a realização das campanhas de restauro nos edifícios, visto se tratar de uma zona tão sensível, o que nos leva a ter uma atenção muito especial para os restauros efetuados ao longo dos séculos.

Para um estudo mais elaborado recorreremos aos conceitos arquitetónicos e arqueológicos, bem como à comparação com diversos casos europeus: Espanha, França, Itália e Inglaterra, identificando as influências existentes.

Para este congresso internacional focaremos a nossa atenção para o sistema hidráulico superior presentes em Portugal: Mosteiro de Santa Maria do Lorvão (Século XIII, Penacova), São Convento de São Bento de Cástris (Século XIII, Évora), Convento de Nossa Senhora da Piedade de Tavira (Séc. XVI, Tavira),



Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Monjas da Ordem de Cister (Séc. XVI, Portalegre) e Colégio do Espírito Santo (Séc. XVI, Coimbra).

*“A caracterização do habitat cisterciense medieval, num sistema arquitetónico completo e harmonioso, de grande unidade orgânica e equilíbrio formal, obedece a um programa singular. Foi pensado para acolher e responder, adequadamente, às exigências espaciais e funcionais de comunidades monásticas rústicas e isoladas, de vida sedentária e autossustentáveis”<sup>2</sup>.*

<sup>1</sup> JORGE, Virgolino Ferreira, *Organização espacio-funcional da abadia cisterciense medieval: Alcobaça, como modelo de análise*, in, *Arte, história e arqueologia. Pretérito (Sempre) Presente*, S.I., Esquilo, 2006, p. 145.

<sup>2</sup> JORGE, Virgolino Ferreira, *Organização espacio-funcional da abadia cisterciense medieval: Alcobaça, como modelo de análise*, in, *Arte, história e arqueologia. Pretérito (Sempre) Presente*, S.I., Esquilo, 2006, p. 125.

**Palavras-chave:** Arquitetura; Hidráulica; Cisterciense.

#### **Nota biográfica:**

Licenciou-se em História (Universidade Lusíada) no ano de 2004, obteve o grau de Mestre em Arte, Património e Restauro (FLUL) em 2008 e o grau de Doutor na mesma área científica e faculdade no ano de 2016. Foi bolseira de Doutoramento atribuída pela FCT, sendo-lhe concedidas mais três outras bolsas de investigação pela mesma Fundação nos seguintes projetos: “O triunfo da baquelite - contributos para uma história dos plásticos em Portugal”, “Azulejaria Medieval em Portugal – um estudo de proveniência”, e “História da Ciência e Tecnologia: Das Comissões Geológicas aos Serviços Geológicos (1848-1970): História e Herança Científica”. Autora da obra “As Gárgulas no Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma”, publicada pela Câmara Municipal da Batalha em 2010. Participou em vários Congressos, Seminários e Encontros, desde o ano de 2010, tanto em Portugal como em Espanha, nos quais publicou vários artigos científicos. Em 2012 fez parte do grupo de investigação do Projeto “Magister – Arquitetura Tardo-gótica em Portugal: Protagonistas, modelos e intercâmbios artísticos (Séc. XV-XVI)”, e no ano seguinte participa no grupo de investigação do projecto “Da cidade sacra à cidade laica. A extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX”. Investigadora Responsável do Projeto AquaMafra (FCG - 2017). Comissária da Exposição no Museu Nacional de Arte Antiga, “AQUA. Faianças da Coleção o MNAA” em 2015.

Participa como investigadora no ARTIS (FLUL), CLEPUL (FLUL) e CITAD (Universidade Lusíada). Faz parte da na Comissão Externa de Avaliadores dos Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa.

### **A presença beneditina no Vale do Neiva**

**Carlos Brochado de Almeida** (*Instituto Universitário da Maia*)

### **O altar-mor barroco da Abadia de Alcobaça e o seu sacrário**

**Frei António de São José D'Almeida OP**

#### **Resumo:**

O desmantelado altar barroco que existia na capela-mor da igreja abacial do Mosteiro cisterciense de Alcobaça continha um imponente sacrário em forma de bola, semelhante a outros dois que o autor conhece. É sobre a história da Reserva Eucarística ao longo dos séculos que esta comunicação se debruçará especialmente, dando especial relevo à sua colocação na capela-mor e sua relação com a imagem da Santíssima Virgem.

**Palavras-chave:** Sacrário barroco; Altar-mor de Alcobaça; Reserva Eucarística.

#### **Nota biográfica:**

Frei António de São José D'Almeida (Fr. António-José de Almeida) O.P. é natural de Viseu, onde nasceu a 25 de Outubro de 1954, tendo sido batizado na Sé desta cidade a 28 de Novembro de 1954. É Bacharel e Licenciado em História (Faculdade de Letras da Universidade do Porto-FLUP); Mestre (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) e Doutor (FLUP) em História da Arte. Coursou Filosofia e Teologia na Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, obtendo o grau de Licenciado em Teologia. Fez o Curso Geral Canto Gregoriano, no Instituto Gregoriano de Lisboa. Fez o Curso de Canto (Geral e Superior) nos Conservatórios do Porto e Nacional, em Lisboa. Foi Professor de Metodologia e Iconografia na Escola Superior de Artes Decorativas, da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, em Lisboa. Professo da Ordem dos Pregadores é, atualmente, membro do Convento de Nossa Senhora do Rosário, em Fátima. Tem-se debruçado so-

bre a história evolutiva da Reserva Eucarística e a iconografia dos Sacrários. É um dos coordenadores do blogue «Portugal Dominicano», da Família Dominicana em Portugal. <http://portugaldominicano.blogspot.com/>

**O Mosteiro de N.<sup>a</sup> Senhora do Desterro em Lisboa: a reabilitação e reconstituição projetual de um edifício inacabado**

***Ricardo Lucas Branco (Escola Superior de Artes Decorativas)***

***Marcella Martins (Arquiteta)***

**Resumo:**

O Mosteiro de N.<sup>a</sup> Senhora do Desterro em Lisboa constitui a primeira grande fundação da Ordem de Cister no Período Moderno e apesar de inacabado e mutilado, permanece como uma das suas mais imponentes realizações. Época marcada por profundas alterações na Igreja, os cistercienses decidiram, na esteira do que outras Ordens haviam feito desde as reformas introduzidas por D. João III, fundar um grande mosteiro na capital, junto do poder régio, no caso já sob a égide de Filipe II de Espanha.

Em 1586 é obtida a licença de fundação por alvará emitido por Filipe II a 14 de Agosto e pouco tempo depois, é escolhido o terreno para a construção do mosteiro, para cuja aquisição foi averbada uma contribuição de 2.200.000 réis. A anuência de Filipe II dada à fundação da nova casa bem como a nomeação de um arquiteto régio para a projetar e dirigir, constitui um sinal claro do envolvimento do monarca na sua concretização. Segundo as informações coevas que noutra ocasião revelámos, “o risco para o novo Mosteiro fez Baltazar Álvares, Mestre das Obras Régias que foi aprovado a 12 de Maio de 1592, [...] e que formou a Ideia e Planta do Mosteiro”, sendo essa afinal a razão das afinidades projetuais e formais com os complexos monásticos de S. Vicente de Fora e de S. Bento da Saúde.

As obras já se tinham iniciado em Abril de 1591, quando se lançou a primeira pedra e continuaram sem interrupção até 1640, quando o advento da Restauração provocou a sua suspensão total. Nascido em plena conjuntura filipina, depois radicalmente alterada, a construção do Mosteiro do Desterro só muito mais tarde receberia novo impulso. Sobre tudo de D. Pedro II que, “por alvará de 17 de Maio de 1674, aplicou para as obras 600.000 réis anuais”.

Em 1707 a construção da igreja estava adiantada, com a fachada erguida até à última cornija onde se tinham já “princiado uma torre nos extremos de

cada parte”, estando a nave terminada e abobadada até ao cruzeiro, embora a capela provisória na portaria continuasse a servir o culto (onde ainda hoje se encontra), pois faltava construir a capela-mor. Terá sido por esta altura que o mosteiro adquiriu a forma que hoje apresenta, com os dois claustros (pequeno e grande) e suas dependências à direita do templo, onde se incluem “três dormitórios [com] teto de abóbada”.

A partir de 1755 o Mosteiro do Desterro inicia uma fase de decadência da qual não mais recuperará. O ambicioso plano geral que previa “outros dois claustros e outras obras da outra parte [esquerda] da igreja” é abandonado e nem o templo nem o claustro grande se concluem. A igreja sobrevive ao Terramoto – embora as torres e a abóbada da nave tenham caído – sendo de pouca monta os danos no restante edifício. A ausência da capela-mor e por consequência a não consagração do espaço ser-lhe-ia, contudo, fatal. O templo não é reconstruído depois do sismo, e da extinção das Ordens Religiosas em 1834, ao início da República vai sendo progressivamente demolido até ao seu desaparecimento quase total, só restando hoje cerca de um terço da fachada.

As várias ocupações do edifício e o sistemático desvirtuamento das estruturas subsistentes, sem qualquer respeito pela sua história e notável qualidade da sua arquitetura completam o quadro. Em 1857, passa a anexo do Hospital Real de S. José (instalado em S.to Antão-o-Novo) para tratamento de doenças de pele e venéreas, mantendo-se em funcionamento até 2007, com tudo o que isso acarretou em termos de profundas alterações estruturais e formais.

Foi isso que se procurou corrigir no processo de recuperação do antigo Mosteiro do Desterro e que queremos partilhar neste artigo. Um trabalho só possível graças à reunião de uma equipa multidisciplinar integrando vários saberes, da arquitetura, história da arquitetura e urbanismo, à engenharia, que procurou realizar, da forma mais adequada, a reintegração patrimonial deste notável monumento. Tanto na resposta às sucessivas alterações que o deturparam, mas também no estudo da própria orgânica funcional do conjunto monástico primitivo, que iremos apresentar, essencial para se poder conceber o atual projeto de utilização de uma forma que se pretende harmoniosa e pouco intrusiva. Neste sentido, é nossa intenção mostrar não só os novos espaços e elementos descobertos na intervenção, mas igualmente as reconstituições (nunca tentadas) do plano geral primitivo, do interior da igreja e da sua fachada à escala de desenho de pormenor, e do claustro grande do mosteiro. Para a reconstituição deste, cujo alçado inaugura uma tipologia nova

em Portugal, foram decisivas as sondagens efetuadas (que atestam o seu aterramento em mais de 2 metros) e a reabertura das suas galerias através da demolição das paredes que fechavam as arcadas e dos pisos intermédios de betão que as dividiam. Em relação à fachada e interior da igreja, a novidade consistirá em revelar em toda a sua dimensão e composição formal, o que terá sido o projeto inicial Baltazar Álvares e não apenas partes do templo (já muito arruinado), que conhecemos através dos dois desenhos de Albrecht Haupt, que apesar de valiosos, possuem incorreções de escala e detalhe que também assinalaremos.

**Palavras-chave:** Cistercienses; Baltazar Álvares; Arquitetura.

**Notas biográficas:**

Ricardo Lucas Branco: Doutorando em História da Arte Moderna pela Universidade Nova de Lisboa; Mestre em História da Arte e Licenciado em Conservação e Restauro pela mesma instituição. Desde 1997, tem desenvolvido trabalho em ambas as áreas para entidades como o IPPAR, Direção Municipal de Reabilitação Urbana da CML, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Universidade de Coimbra, onde foi arguente de duas Teses de Mestrado em Arquitetura. Atualmente é docente da Escola Superior de Artes Decorativas - Fundação Ricardo do Espírito Santo, e investigador do Instituto de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa. Tem publicados vários artigos científicos e de divulgação na área do Património e História da Arquitetura.

Marcella Martins: Mestre em Arquitetura, com especialização em Interiores e Reabilitação do Edificado, pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Colaborou durante quatro edições na Trienal de Arquitetura no âmbito da Open House Lisboa. Atualmente é Arquiteta no gabinete de arquitetura Linhas Simples.

**“Afinidades formais na Arte de Cister”. Uma Obra, uma oficina, em torno do século XVIII.**

***Maria Teresa Cabrita (CITCEM/FLUP)***

***teresacabrita5@gmail.com***

**Resumo:**

Apresentamos a obra da oficina de Pascoal da Silva com o impressor de

sua Majestade (Lisboa Ocidental). Este caso de estudo surge no seguimento de um trabalho anteriormente apresentado de feição técnica no campo da impressão. Pondo em destaque as principais ferramentas e materiais utilizados consoante resultados na obtenção da imagem final.

A importância desta publicação marca um forte testemunho documental fornecendo um campo vastíssimo de ideias que se impõe analisar. Sabemos à partida que numa panorâmica geral tem havido uma abundância de trabalhos de investigação, que nos últimos tempos certos historiadores se têm debruçado.

Neste caso, pretendemos realizar uma análise mais profunda à Obra de 1720. Sendo dada atenção a vários elementos gráficos, separadores da escrita e de capítulos, ou entre outros elementos menores mas complementares. Passamos a observar e a realizar um levantamento rigoroso de todo o conjunto, tendo em conta o número de Letras capitulares, cabeções, vinhetas e ornatos decorativos.

Importa salientar nos exemplos projetados a pureza linear da imagem no acompanhamento da escrita. Letras ornamentadas e sua evolução. Variação de motivos e de formas dispostas simetricamente. A diversidade no modo monocromático sendo denunciador da criatividade dos iluminadores. Todo o conjunto transmite uma unidade plástica muito serena correspondendo à espiritualidade da Ordem de Cister. A oscilação de formas é assim por todo o lado presente na escultura, pintura e na arquitetura.

**Palavras-chave:** Chronica de Cister; marca tipográfica; século XVIII.

**Nota biográfica:**

Mestrado em História da Arte, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas com o tema “Pintura Mural em Portugal nos finais da Idade Média, princípios do Renascimento”. Artur Nobre de Gusmão (Dir.). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1984. Frequência Académica do Terceiro Ciclo na Universidade da Coruña, no programa: Património Histórico e Cultural de Galícia, tendo obtido a qualificação de Sobressaliente em todos os trabalhos apresentados. Obteve o DEA, com a classificação de sobressaliente na área de História da Arte na Universidade da Corunha em 2001. Doutorada em História da Arte, pela Universidade de Santiago de Compostela, em 21/11/2012. Professora de Artes e História da Arte (P.Q.N.D) no Ensino Secundário, desde 1972.

## **O sistema Hidráulico Cisterciense do Mosteiro de Alcobaça.**

### **Um passo para a sua valorização**

**Fernando Matias (arquiteto)**

**Jorge Figueiredo (CITCEM/FLUP)**

**Pedro Lopes**

### **Resumo:**

O Sistema Hidráulico Cisterciense tem vindo a merecer cada vez mais a atenção e a admiração, numa perspetiva científica e cultural, daqueles que se interessam pelo mundo de Cister. No caso de Alcobaça, os trabalhos de Virgolino Jorge e de Pedro Tavares, na viragem do século, foram fundamentais para a consciencialização deste importante elemento patrimonial. Datam igualmente dessa época, e muito em consequência dos referidos contributos, um cuidado sistemático da autarquia em salvaguardar o sistema hidráulico na esfera de sua influência.

É o caso de todo o sector a montante do Mosteiro de Alcobaça, parte dele intervencionado no âmbito da construção do Parque Verde da cidade. Assim foi na construção da VCI, momento em que Levada e Conduta de Água Potável foram preservadas. Assim foi com a aquisição de terrenos por onde se desenvolve o sistema hidráulico e, por fim, assim foi com a construção do Parque Verde. No sector abrangido pela obra, nem todos os componentes do sistema hidráulico foram intervencionados. As habituais limitações orçamentais, o desconhecimento, *a priori*, de todos os possíveis elementos constituintes do sistema ainda existentes e a necessidade de construção do conhecimento de forma faseada para absorver novos contributos levaram à opção de apenas serem intervencionados os elementos pétreos a descoberto, o que representou, ainda assim, uma intervenção significativa. É deste contributo que trata a comunicação.

**Palavras-chave:** Sistema Hidráulico; restauro; valorização; Parque Verde.

### **Notas biográficas:**

Fernando Matias, Arquiteto de formação, desempenha as funções de Chefe da Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Património Arquitetónico, no Município de Alcobaça. Foi professor de educação Visual de 1979 a 1980; desenvolveu estudos e projetos em regime liberal e, na qualidade de arquiteto e dirigente (chefe de divisão e diretor de departamento),

trabalhou nos municípios de Vila Nova de Ourém, Vila Franca de Xira, Rio Maior e Alcobaça, tendo, ainda desempenhado funções de Diretor de Serviços de Estudos e Planeamento Estratégico na administração central, na Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Jorge Figueiredo, Licenciado em História, Variante de Arqueologia e Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com especializações em Museologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Coimbra e pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Investigador – colaborador do CITCEM - Centro de investigação transdisciplinar cultura, espaço e memória / transdisciplinary research centre culture, space, memory, arqueólogo no Município de Alcobaça, exerceu funções de docente no ensino básico e secundário e como arqueólogo em regime liberal, tem vários títulos publicados sobre trabalhos desenvolvidos na região de Porto de Mós e Alcobaça e diversas comunicações apresentadas nas áreas da arqueologia, museologia e, mais recentemente, nas relações entre património identidade e turismo.

**A Capela de Nossa Senhora do Desterro (1698): Uma pequena joia da arte e arquitetura barroca cisterciense portuguesa na Cerca do Mosteiro de Alcobaça**

**Rui Manuel Mesquita Mendes (ARTIS/FLUL); [maildoruimendes@gmail.com](mailto:maildoruimendes@gmail.com)  
Miguel Portela (investigador); [magelo2001@gmail.com](mailto:magelo2001@gmail.com)**

**Resumo:**

Alguns dos espaços do pleno Barroco alcobacense, como a sacristia nova ou a magnífica Capela do Desterro, são ainda praticamente desconhecidos do grande público. Este último, em particular, inserido na cerca do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, com a sua fachada-retábulo barroca, característica de um período em que as fachadas assumem importância extrema enquanto elementos primordiais da arquitetura (Pereira, 1986: 36), constitui-se mesmo como uma pequena joia da arte e arquitetura barroca cisterciense.

A sua construção, como refere o 2.º Livro de Óbitos do Mosteiro de Alcobaça, foi uma iniciativa de «D. Pedro de Alencastre, depois Bispo de Elvas», que em 1690 «rogou lhe dessem a ocupação de Sachristão de Alcobaça (...) para assistir à fabrica da Ermida da Virgem do Desterro» que



ali queria erigir para o «culto da Senhora e dos seus Campanheiros do Desterro» (Sousa, 1745: 337); ainda que outros autores refiram que a sua edificação «a primis fundamentis» foi já obra «da charidade, & devoção do Reverendissimo Padre Mestre Fr. João Paim», abade alcobacense (1698), que mandou vir de Roma o corpo de Santa Constança, que nela ficou depositado em «hum custoso, & brincado cayxão» (Costa, 1712: 126).

Espaço de devoção elogiado no século XVIII pelo Pe. Luís Cardoso (1747: 178-179) e pelo Pe. António Carvalho da Costa, que afirma mesmo que «nesta Capella se esmerou a arte, & apurou a architectura» (1712: 126); teve nessa época pelo menos três grandes campanhas de obras conduzidas pelo arquiteto cisterciense Frei Luís de São José, uma – a mais antiga – ca. 1716-1729 (Sobral, 2000; Serrão, 2003; Serrão, 2015; e Portela, 2016); e as campanhas subsequentes de 1732-35 e de 1738-44 (Portela, 2016).

Uma reavaliação das fontes documentais disponíveis (Serrão, 2015; e Portela, 2016), tem permitido redescobrir novos dados acerca dos artistas e mestres que trabalharam na Capela do Desterro, documentando-se não só alguns mestres locais, como: António dos Santos (1732-35), canteiro de Aljubarrota; Gonçalo Afonso (1732-44), mestre pedreiro do Mosteiro de Alcobaça; Miguel de Macedo (1720-29), mestre marceneiro de Alcobaça; e Felipe de Torres (1720-44), ourives de Casais de Santa Marta; mas também artistas de renome na região, como o conhecido pintor Pedro Peixoto (1720-29), «morador na vila de Peniche», responsável pelo estofado e dourado das imagens do Desterro e possivelmente pelo «dourado da Tribuna da Virgem Nossa Senhora do Desterro»; ou ainda do entalhador leiriense Manuel Ferreira (1720-29).

Além destes mestres locais e regionais, também se documenta a intervenção de alguns artífices lisboetas, como o mestre organeiro Felipe da Cunha (1723-38); vestimenteiro Fr. Manuel de S. José (1720-29), que correu com a obra de vários frontais, docéis e cortinas; e o mestre azulejador José Gomes (1738-41), «que correu em Lisboa com o azulejo (...) que de novo se pos na Capella de N. Sr.<sup>a</sup> do Desterro» (Portela, 2016), azulejos identificados por Santos Simões com sendo de cerca de 1740 (Simões, 1979: 160), havendo notícia de uma intervenção primitiva (1720-23), documentada por Luís de Moura Sobral, desaparecida nesta segunda campanha em que se procedeu também ao «arranco do azulejo velho e limpeza delle».

Apesar destas sucessivas campanhas, a Capela do Desterro manteve uma unicidade e equilíbrio estético que, não tendo sofrido as amputações

restauracionistas impostas nos séculos XIX e XX em alguns dos restantes espaços do mosteiro, permite ainda hoje admirar as obras ali realizadas pelos abades alcobacenses à luz de «um programa iconográfico apologético e justificativo da sua importante posição senhorial» (Penteado, 2000: 36), intervenção inserida num conjunto vasto de obras do mosteiro começadas na segunda metade do século XVII, que Rafael Moreira considerou terem operado «uma mudança na escala e na conceção espacial» da abadia e que serviram de «palco ao florescimento da estatuária e à plena eclosão do Barroco» alcobacense (Moreira, 1995: 9)

A presente comunicação aborda os mais recentes contributos documentais para a análise história e artística da Capela de Nossa Senhora do Desterro e a sua importância para a compreensão do pleno Barroco alcobacense.

**Palavras-chave:** Mosteiro de Alcobaça; Arte Barroca (Portugal); arquitetura e Retábulos.

#### **Notas biográficas:**

Rui Manuel Mesquita Mendes é Investigador colaborador do ARTIS – Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), licenciado em História (FLUL, 2015) e em Engenharia de Produção Industrial (FCT-UNL, 1998). Como investigador independente tem mais de 10 anos de experiência na investigação em arquivos, onde identificou e recolheu um largo acervo de fontes e contributos inéditos para história e património da cidade e região de Lisboa e para história da arte portuguesa. Membro e colaborador de várias associações de estudo e defesa do património e instituições académicas, é autor de 26 investigações e comunicações – com temáticas tão diversas como os arquivos notariais e eclesiásticos, sociedade e religião, arte e património – e de mais de uma dezena de artigos em publicações portuguesas e estrangeiras da especialidade. <https://flul.academia.edu/RuiMMendes>

Miguel Portela desenvolve investigação em torno da História da região Norte do distrito de Leiria. Das várias obras publicadas destacam-se: Ilustrar Figueiró (2008), O Fabrico do papel em Figueiró dos Vinhos no Século XVII (2012), O Mosteiro de Santa Clara de Figueiró dos Vinhos. Apontamentos para o seu estudo (2013), A exploração de ferro na região de Penela, Figueiró dos Vinhos e Tomar nos séculos XVI e XVII (2014), As Reais Ferrarias de

Tomar e Figueiró: das origens ao século XVII (2016) e Figueiró dos Vinhos – 8 Séculos de História: Passado. Presente. Futuro. (2017).

Tem participado em comunicações tendo mais de uma centena de artigos publicados sobre a indústria, sociedade, arte e património dos concelhos do distrito de Leiria. [independent.academia.edu/MiguelÂngeloPorteladaSilvaCaetano](http://independent.academia.edu/MiguelÂngeloPorteladaSilvaCaetano)

**Exercício(s) para programar Alcobaça: três claustros em perspetiva**

**Joana d'Oliva Monteiro** (*Instituto de História da Arte da FCSH/NOVA*)

***joana.oliva.monteiro@gmail.com***

**João Oliva Monteiro** (*Investigador*); ***joao.f.om@gmail.com***

**Sofia Ferreira** (*Arquitecta na C.M. de Lisboa*): ***sofia.p.ferr@gmail.com***

**Resumo:**

Retomando um estudo já apresentado pelos autores no âmbito do I Congresso Internacional Mosteiros Cistercienses (2012, Alcobaça) e intitulado A Hospedaria do Mosteiro de Alcobaça – Um Passado, um Presente, uma proposta de Futuro, nesta comunicação pretende-se efetuar primeiramente, e de modo sumariado, uma leitura histórico-artística e arquitetónica de três claustros do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça – Claustro do Cardeal (século XVI); Claustro da Hospedaria (século XVI); Claustro da Portaria (século XVII) –, estruturas confinantes a nascente e poente com a área medieval do monumento. Seguir-se-á a apresentação de propostas tendo em vista a reutilização dos referidos claustros numa ótica de programação expositiva.

Nesta perspetiva, à luz de uma nova interpretação, e tendo por base a análise de fontes, intentaremos nesta comunicação propor e refletir sobre possíveis e futuras linhas programáticas destes espaços claustrais atualmente não visitáveis, exercício que julgamos poder proporcionar uma fórmula de divulgar o vasto, singular e versátil acervo do Mosteiro de Alcobaça, bem como reanimar a temática cisterciense, numa política de exposições permanente e/ou temporárias que melhor responda aos interesses e exigências dos vários públicos.

**Palavras-chave:** Alcobaça; Mosteiro de Alcobaça; Programação cultural.

### **Notas biográficas:**

Joana d'Oliva Monteiro é membro integrado do Instituto de História da Arte da FCSH/NOVA, linha de investigação Estudos de Museus. Licenciada em História da Arte e Património pela FLUL; Mestre em Museologia pela FCSH/NOVA, com a dissertação *A Galeria de Exposições Temporárias do Mosteiro de Alcobaça-Reflexões e Contributos na ótica do discurso expositivo* (2010), distinguida pela APOM com o Prémio de Melhor Estudo sobre Museologia (2011); Doutora em História da Arte, especialização Museologia e Património Artístico (FCSH/NOVA), na qualidade de bolseira de investigação da FCT, com a tese *Um modelo operativo de avaliação de exposições. Estudo de caso: Museu Nacional de Arte Antiga* (2017). Entre 2006-2010 colaborou com o Mosteiro de Alcobaça tendo participado, nesse âmbito, em vários projetos expositivos.

João Oliva Monteiro é investigador. Tem participado em diversos colóquios e congressos e publicado regularmente estudos relacionados com a temática de Cister, com especial incidência sobre o Mosteiro e Coutos de Alcobaça, entre os quais, o artigo “Rinoceronte e palácio quinhentista no Mosteiro de Alcobaça” (1994); “Marcas e Sinais de Cister” (1998); “Nossa Senhora da Nazaré” (2014).

Sofia Ferreira é arquiteta (Câmara Municipal de Lisboa). Mestre em Recuperação do Património Arquitetónico e Paisagístico pela Universidade de Évora.

**Património intangível, evolução icono-cartográfica da imagem de dois mosteiros cistercienses: a casa-mãe da Ordem feminina (Abadia de Nossa Senhora de Tart (Dijon-França) e Mosteiro de S. Bento de Cástris (Évora - Portugal)**

***Maria Filomena Mourato Monteiro (Divisão de Cultura e Património, Câmara Municipal de Évora) [monteiro.m.filomena@gmail.pt](mailto:monteiro.m.filomena@gmail.pt)***

***Maria do Céu Simões Tereno (Departamento de Arquitetura, Universidade de Évora) [ceutereno@gmail.com](mailto:ceutereno@gmail.com)***

***Marízia Pereira (Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento, Universidade de Évora) [mariziacmdp3@gmail.com](mailto:mariziacmdp3@gmail.com)***

### **Resumo:**

A Ordem de Cister surge como um ramo reformado dos beneditinos cuja origem remonta à fundação da abadia de Cister em 1098 na comuna de Saint-Nicolas-lès-Cîteaux, Borgonha por Roberto de Champagne, abade de

Molesme. Alguns monges da congregação monástica de Cluny deixaram-na, com o intuito de retomar a observância da antiga regra beneditina, como reação ao abrandamento da Ordem de Cluny. A reestruturação da regra beneditina foi inspirada pela reforma gregoriana, de que a ordem cisterciense adotou o ascetismo, o rigor litúrgico e definiu o trabalho como valor primordial. Étienne Harding escreveu entre 1114 e 1118 “Carta Caritatis” ou Carta da Caridade, texto constitucional fundamental que estipulava todas as ações e vivência dos seus monges. Nela institui a igualdade entre os mosteiros da ordem. Uma das figuras mais marcantes desta Ordem foi S. Bernardo de Claraval (Bernard de Fontaine, 1090-1153), figura fundamental na expansão da mesma. Esta disseminação ocorreu de forma muito acelerada. A Ordem estabeleceu-se em Portugal pela primeira vez em S. João de Tarouca em 1144, no antigo mosteiro da Ordem de S. Bento. Os mosteiros cistercienses do século XII alteraram a observância, sendo de fundação nova o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. A Ordem de Cister foi pioneira na criação de casas religiosas em território nacional contando com o beneplácito de D. Afonso Henriques. Os seus primeiros monges instalaram-se em vastos terrenos doados por este monarca na região das beiras, local recém-conquistado e que importava desenvolver e povoar. O contributo da Ordem revelou-se relevante, não apenas através dos edifícios que nos legaram como também de inovadores conhecimentos, nomeadamente de cariz agrícola que localmente transmitiram. O objetivo do trabalho que nos propomos realizar, consiste em estudar o património intangível que representa a análise da evolução da imagem da cidade através da análise cartográfica e iconográfica em duas cidades (Évora e Dijon) através de dois antigos edifícios monásticos patrimoniais cistercienses.

**Palavras-chave:** Património intangível; imagem da cidade; cartografia.

**Notas biográficas:**

Maria do Céu Simões Tereno, Arquiteta, Professora Auxiliar do Departamento de Arquitetura da Universidade de Évora. Licenciada em Arquitetura pela Escola Superior de Belas-Artes. Doutorada pela Universidade de Évora em Conservação do Património Arquitetónico, na especialidade de Edifícios e Conjuntos Históricos. Tem diversos artigos e publicações nas áreas do património, da conservação patrimonial, do urbanismo, da arquitetura religiosa e militar, da morfologia urbana. Participou em congressos nacionais e internacionais com a apresentação de vários trabalhos nas áreas referidas. Orga-

nizou conferências e exposições nos âmbitos referidos anteriormente. Organizou cursos breves em Espanha e Salvador da Bahia (Brasil), no âmbito da conservação do património arquitetónico.

Maria Filomena Mourato Monteiro, Doutorada e licenciada em “Arquitetura” (U. Évora-2011 e ESBAL-1977), é Mestre em “Recuperação de Património” nas vertentes “Arquitetónico” e “Paisagístico” (U. Évora-1996). Possui pós graduações respetivamente em “Engenharia Municipal” (FCTUC-1989) e em “Equipamento Social % 1.ª e 3.ª Idade” (ESBAL-1984). É arquiteta municipal desde 1978, sequencialmente nas Câmaras Municipais do Seixal e de Évora onde, após um longo percurso na área do Projeto Municipal, exerce funções na área do Património. Tem ativamente participado em Congressos, assim como possui publicações académicas na vertente do conhecimento, preservação e defesa do Património.

Marízia Clara de Menezes Dias Pereira, Licenciada e doutorada em Engenharia Biofísica pela Universidade de Évora; frequentou os cursos: 1.º Curso Luso-Espanhol sobre Fitossociologia teórica e prática, 2.º Curso Avançado de Fitossociologia, Identificação e Controlo de Espécies Vegetais Invasoras e Introdução à Engenharia Natural. É docente da Universidade de Évora desde 1987 e tem o estatuto de Professora Auxiliar. Participa regularmente em congressos internacionais e tem artigos publicados nas áreas de vegetação e paisagem naturais. Atualmente está a realizar um estágio pós-doutoral sobre a Caatinga Brasileira a decorrer na Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA em Sobral – Ceará, Brasil.

**Recuperacion, consolidacion y puesta en valor de la cilla, sala de monjes y sacristia nueva del monasterio de Santa Marla de Moreruela. Granja de Moreruela (Zamora)**  
**Leocadio Peláez (Escuela Técnica Superior de Zamora)**  
**leocadio@usal.es**

**Resumen:**

El monasterio de Santa María de Moreruela, está situado en el término municipal de GRANJA DE MORERUELA de la provincia de ZAMORA. Fue declarado Monumento Histórico Artístico el 3 de Junio de 1931.

El alcance de la intervención se ha concretado en varios espacios fundamentales del monasterio en los que conviven estructuras de diferentes

momentos históricos y, que por su estado de conservación permanecían cerradas al público y en un grave estado de ruina y degradación. La actuación, básicamente se concreta en:

a. *Panda del Refectorio*. Situada en la crujía norte, fue profundamente renovada tras la incorporación del monasterio a la Orden de Castilla. En planta baja, en el espacio del calefactorio, refectorio medieval y de las cocinas se construyó un nuevo edificio que albergaba en planta baja una gran sala abovedada estinada a cilla. En planta alta se ubica el refectorio. – Cilla. En ella, parte de la bóveda se había derrumbado iniciándose un grave proceso de ruina. Se ha recuperado el espacio tras realizar diversos trabajos de limpieza de las superficies interiores y de los pavimentos, eliminación de apeos, cosido de la bóveda, de los huecos de acceso y de las grietas. Se han colocado nuevos cierres y tratamientos de pavimentos recuperando finalmente el magnífico espacio original. – Cocinas medievales. Se ha intervenido en este espacio, actualmente a la intemperie consolidando muros, interpretando los diferentes momentos históricos y tratando los solados y cierres delimitadores. - Refectorio. Situado en la planta alta, los restos del refectorio barroco eran inaccesibles debido al hueco existente en la bóveda inferior, a los desprendimientos de rocas de las coronaciones de los muros y a la falta de barreras que delimiten los recorridos accesibles. Se ha consolidado y tratado integralmente manteniendo el “romántico” carácter de la ruina y se ha incorporado al recorrido visitable.

b. *Panda del Capítulo*. Una de las crujías que conserva estancias medievales íntegras y en la que se ha intervenido en campañas anteriores para excavar, desescombrar, consolidar... Por las propias características de la ruina, no todas las operaciones necesarias pudieron ser acometidas en su momento, bien porque existían humedades, no estaban “secos” los muros y no se podían fijar los revocos, o simplemente porque afectaban a zonas en las que no se intervenía. Las obras realizadas implican a la sala de monjes, y en la planta superior a las celdas del último momento del monasterio. – Sala de Monjes. Se consolidan los huecos con pérdidas de sillería y sellado/cosido de grietas en muros y bóvedas. Fijado de revocos.

c. *Zona este colindante a la panda del Capítulo*. Espacios exteriores del recinto monástico profundamente alterados por las reformas de los siglos XVI-XVII. Se adosa un nuevo edificio de noviciado y una nueva sacristía y se recrean las cotas originales. – Sacristía Nueva. Es el nexo de unión entre el monasterio medieval y el edificio de noviciado. Profusamente documentada y

excavada, se requería una consolidación de sus estructuras y acabados para asegurar su estabilidad e incorporarlo al recorrido visitable. – Excavación exterior. Este espacio, parcialmente excavado arqueológicamente, presentaba una grave degradación de las estructuras exhumadas y un riesgo para los visitantes. Se han consolidado tanto los muros medievales como los modernos y se han realizado contenciones que permitan incorporar y entender el monumento.

### **Nota biográfica:**

Leocadio Peláez Franco. Arquitecto. ETSAM. 1987. Especialista en restauración arquitectónica. UVA, 1995. Profesor Escuela Técnica Superior. Zamora. USAL. Entre los proyectos de restauración destacan las intervenciones en el Monasterio de Santa María de Moreruela. Granja de Moreruela. Zamora. Panda del Refectorio, sala de monjes y sacristía nueva. 2016-17. Claustro de Hospedería y Bodega. 2010. Accesos y atarjea principal. 2005-06. Botica. 2003-05. Panda del Capítulo. 2003-05. Obras de Emergencia. 1999. Estudio Básico. 1998. Consolidación de la cabecera. 1997. Otras son las ejecutadas en los campamentos romanos de “Petavonium”, Rosinos de Vidriales (2002) o en las estructuras termas de “El Alba”, Villalazán (2009-12), ambas en Zamora. Ha proyectado la restauración de diversas Iglesias en Zamora -Santiago del Burgo (2008-10), San Ildefonso (1994-95) - y provincia -Nuestra Señora de la Asunción,

(Valdefinjas, 2013-14), San Lorenzo el Real (Toro, 1997-98) –... Estas intervenciones se reflejan en artículos y ponencias de congresos, por ejemplo: – “El descubrimiento de Moreruela tras su restauración arquitectónica: los nuevos espacios”. Mosteiros Cistercienses. Historia, Espiritualidad e Patrimonio. Tomo I. Actas do Congreso. Alcobça. Abril 2013. pgs 299-328. – “El descubrimiento de Moreruela, Evolución, historia e interpretación planimétrica: los claustros”. Encontro Internacional sobre claustros no mundo mediterrânico (Sec. X-XVIII). Museo Nacional de Arte Antigo. Lisboa. Junio 2013. – “El descubrimiento de Moreruela tras su restauración arquitectónica; los nuevos espacios”. Congreso Internacional Mosteiros Cistercienses; Pasado, Presente, Futuro. Alcobça. Portugal. Junio 2012. – “Recuperación y Restauración del Monasterio de Moreruela”. Fundaciones cistercienses en la provincia de Zamora: pérdidas y recuperaciones. AR&PA 2010. Valladolid. – “El proceso de restauración de Moreruela (1989-2006): criterios y resultados”. Moreruela, un monasterio en la historia del Cister. JCyL. 2008. pgs 447-494.



**As obras no Real Mosteiro de Alcobaça entre 1678-1705 sob a direção do mestre-de-obras António Rodrigues de Carvalho**  
**Miguel Portela (investigador); magelo2001@gmail.com**

**Resumo:**

Na segunda metade do século XVII, o Real Mosteiro de Alcobaça levou a efeito um conjunto de obras significativas, sobretudo no que respeita aos novos dormitórios, à modernização da sua fachada principal, ou mesmo à edificação do Colégio da Conceição, entre outras obras.

Entre os anos de 1678-1705, e sob a direção de António Rodrigues de Carvalho, mestre das obras “que dizem ser natural de junto da villa de Guimaraens” trabalharam diversos pedreiros, canteiros, aparelhadores, marceneiros, carpinteiros, vidraceiros, entre tantos outros.

Neste contexto, procuraremos aprofundar o conhecimento sobre os artistas que intervieram na campanha das obras do Real Mosteiro de Alcobaça nesses anos, elencando os seus nomes, o ofício que cada um desempenhava, a sua proveniência, as suas ligações familiares, assim como as quantias desembolsadas por esta abadia para as mais diversas obras em que participaram.

Foram estes artistas que contribuíram com a sua arte e saber para o enriquecimento e engrandecimento deste mosteiro cisterciense, o qual, assegurava a supervisão e administração direta das suas obras designando para o efeito um abade para o desempenho do cargo de mestre-de-obras, como foi o caso de Fr. Pedro da Cunha.

A presente comunicação apresentará, assim, diversos documentos inéditos que se revestem de importância manifesta para a análise histórica e artística do Real Mosteiro de Alcobaça nesse período.

**Palavras-chave:** Mosteiro de Alcobaça; António Rodrigues de Carvalho; Mestre-de-obras.

**Nota biográfica:**

Miguel Portela desenvolve investigação em torno da História da região Norte do distrito de Leiria. Das várias obras publicadas destacam-se: *Ilustrar Figueiró* (2008), *O Fabrico do papel em Figueiró dos Vinhos no Século XVII* (2012), *O Mosteiro de Santa Clara de Figueiró dos Vinhos. Apointamentos para o seu estudo* (2013), *A exploração de ferro na região de Penela, Figueiró dos Vinhos e Tomar nos séculos XVI e XVII* (2014), *As Reais Ferrarias de*

Tomar e Figueiró: das origens ao século XVII (2016) e Figueiró dos Vinhos – 8 Séculos de História: Passado. Presente. Futuro. (2017). Tem participado em comunicações tendo mais de uma centena de artigos publicados sobre a indústria, sociedade, arte e património dos concelhos do distrito de Leiria. [independent.academia.edu/MiguelÂngeloPorteladaSilvaCaetano](http://independent.academia.edu/MiguelÂngeloPorteladaSilvaCaetano)

***Dicant sepulchra – heráldica e o espólio da galilé de Alcobaça***  
***João António Portugal (IPH)***

**Resumo:**

O Mosteiro de Alcobaça representou, durante cerca de um século, o local preferido pelos membros da I Dinastia para a sua tumulação, isto desde a escolha primeiramente feita pelo terceiro casal régio português.

Preenchendo estes túmulos a galilé da igreja do Mosteiro, espaço sagrado mas fora dos limites da igreja, a modificação dos usos funerários, em Alcobaça apenas anunciada por D. Dinis mas espetacularmente concretizada por seu neto D. Pedro, já na segunda metade do século XIV, conduziu, a prazo, ao desinteresse na manutenção dessa galilé, desaparecida por força de novas conceções do espaço, e ao irromper desses túmulos então já vetustos pelo interior da igreja, em alinhamento com usos pacificamente aceites.

Esta movimentação de túmulos, certamente construídos em ordem a determinado enquadramento e localização, destruiu a ordem que, pelo menos de modo empírico, podia eventualmente traçar-se, pela observação das escolhas de quem, ao longo do século, sucessivamente se responsabilizou pela manutenção e crescimento do conjunto de memórias agregado na referida galilé: um panteão, mesmo que factício.

Para além das arcas dos Reis D. Afonso II e D. Afonso III, integram-se no espólio da antiga galilé oito túmulos, metade dos quais dispostos de forma razoavelmente arbitrária na setecentista sala dos túmulos ou hoje conhecida como panteão régio, pese embora nenhum monarca aí jazer, mas apenas consortes.

De forma notável, as crónicas indicam-nos precisamente oito nomes de membros da família real, que não os próprios reis, como tendo sido inumados em Alcobaça.

A presença da heráldica, código emblemático surgido no século XII, nos túmulos em questão é diminuta e relativamente discreta, em dois dos chamados

“túmulos de infantes”. Crê-se, todavia, com base nessa presença mas de igualmente verificando e valorizando as ausências, poder integrar o espólio tumular da antiga galilé de Alcobaça no período histórico em que se desenvolveu.

Para tal, integram-se os dados conhecidos nos usos heráldicos dos séculos XIII e XIV, apoiando essa análise com uma perspetiva comparatista com a realidade conhecida nos demais reinos ibéricos (Castela e Leão, Aragão e Navarra) e o dípolo franco-inglês, como berço deste código e território de ponta, na relação do mesmo com o poder régio.

**Palavras-chave:** Alcobaça; Heráldica; Túmulos.

**Nota biográfica:**

Licenciado em Direito (Universidade de Lisboa). Sócio efetivo do Instituto Português de Heráldica, sócio fundador da Academia Lusitana de Heráldica, membro do Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos da Universidade Lusíada de Lisboa e secretário da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Investigador do Projeto “Monumental Polychromy: Revealing Medieval Colours at Batalha”, sedado no Instituto da História da Arte/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, e do Projecto “In the service of the crown: The use of heraldry in royal political communication in late medieval Portugal”, sedado no Instituto de Estudos Medievais/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e na Universität Münster. No âmbito deste último, foi coorganizador e participou no seminário “Batalha: lugar de memória da dinastia de Avis. À procura de uma visão integrada do monumento e das suas imagens”, realizado na Batalha, em 2015. Ainda no âmbito do mesmo projeto, foi coorganizador do colóquio “State-Rooms of Royal and Princely Palaces in Europe (14th-16th c.) – Spaces, Images, Rituals”, realizado em Lisboa e Sintra em Março de 2017.

**Os Túmulos de D. Pedro e de D. Inês de Castro. Proposta para a sua deslocalização**

***Jorge Martins Prata (doutorando em História medieval)***

**Resumo:**

No complexo processo que envolveu a transferência das arcos tumulares de D. Pedro e de D. Inês de Castro da Sala dos Túmulos para o transepto da

Igreja, processo esse que se desdobrou entre 1940 e 1957, assiste-se à contraposição conflitual de duas propostas diferentes relativamente à disposição que os referidos túmulos deveriam ocupar no interior do templo. Enquanto Varela Aldemira, no parecer aprovado em reunião da 1.ª subsecção da 6.ª secção da Junta Nacional de Educação considerava, apoiado numa fundamentação de carácter estético, que as arcas fúnebres deviam ser dispostas uma em cada braço do transepto, com os faciais dos pés virados para o centro do cruzeiro, Henriques Gomes da Silva e Baltazar de Castro defendiam que aquelas fossem colocadas no mesmo local em que as dispuseram no século XIV, legitimando historicamente a sua posição.

Apesar de fundamentar o seu parecer em princípios de carácter estético, Varela Aldemira não deixou de recorrer, em última instância, a uma legitimação histórica da disposição tumular que propunha, apropriando-se da reescrita da vida de Pedro e Inês operada por Afonso Lopes Vieira, da qual a referida disposição seria como que uma encenação material.

A concretização final da proposta constante do parecer de Varela Aldemira, aprovado a 9 de Maio de 1940, ainda que implementada *in extremis*, e devido a fatores que ainda não estamos em condições de esclarecer, mas que podem estar relacionados com uma intervenção direta de António de Oliveira Salazar, não deixa de se instituir enquanto afirmação de uma política de restauro flexível e determinada em função de cada caso concreto, em contraposição a uma imagem padronizadora que se criou, segunda a qual o objetivo da DGEMN era a reintegração do passado, expurgando os Monumentos dos seus acrescentos posteriores.

Assistimos hoje, cada vez com maior veemência, à reemergência das tomadas de posição que consideram que os túmulos de D. Pedro e de D. Inês de Castro deveriam ser colocados nos locais que primitivamente ocuparam, embora a legitimação seja, fundamentalmente, iconográfica: objeto de um programa imagético integrado, as arcas tumulares não foram esculpidas para serem lidas isoladamente, mas sim em conjunto e em função do modo como originariamente foram concebidas, pelo que devem ser colocadas lado a lado, com os faciais dos pés virados para a capela de São Bento.

Relativamente à proposta de localização supracitada, que se opõe à realocação operada por Afonso Lopes Vieira/Varela Aldemira, apresentamos as seguintes objecções:

a) cremos estar ainda em aberto a questão concernente à localização originária das arcas tumulares. Relatando as fontes que aquelas se encon-

tram perto da capela-mor, ao seu lado direito, não nos parece haver referências precisas relativamente à disposição em que se encontravam nesse local, para além de uma anotação marginal que se inscreve em Dos Monarchas e Princepes sepultados em Alcobaça, de Frei Manuel de Figueiredo, e que nos permite saber, com segurança, que o facial dos pés do túmulo de D. Inês de Castro estava, no século XVIII, virado a oriente.

b) uma leitura que correlacione a roda da vida/roda da fortuna com o juízo final, e o calvário com a boa morte do Rei é, na pior das hipóteses, tão pertinente quanto a leitura habitual, que pressupõe a interligação da roda da vida/roda da fortuna com o calvário, e o juízo final com a boa morte do Rei.

À circularidade da Roda opõe-se a linearidade do Juízo, do mesmo modo que ao tempo cíclico da antiguidade se opõe o tempo linear que o cristianismo impõe, tal como à inevitabilidade do destino se opõe a liberdade pessoal da humanidade por Cristo redimida. Num mesmo movimento, com a imobilização da Roda que a fortuna opera e que não é mais que a aniquilação daquela, abole-se o destino e a necessidade. Abolição que irmana na morte Cristo e o Rei que, na outra arca, o ladeia: o libertador e o libertado. De uma outra corelação, uma história outra emerge.

Em função das duas objecções anteriormente apresentadas, e partindo de uma conceção da obra de arte enquanto produtora de significados, ainda que não absolutamente presentes às mãos e mentes que a criaram, e não enquanto portadora de um sentido, parece-nos que a riqueza significativa do programa iconográfico, potencialmente presente nas arcas tumulares de D. Pedro e de D. Inês de Castro, só poderá atualizar-se plenamente se as deslocalizarmos, criando um dispositivo que promova uma relação plural, e flexível, entre os vários quadros que aquelas nos oferecem. Concomitantemente, ter-se-á, também, de partir de uma bordagem iconográfica que não se limite a pensar a imagem escultórica como reatualização de um modelo previamente existente e que aquela reproduziria, não só em termos formais, mas também no que se refere aos significados de que é portadora. Em vez de se andar em demanda das imagens e textos que desvelariam o significado pleno dos relevos existentes nos túmulos alcobacenses, pensá-los enquanto potenciais criadores de significados outros.

**Palavras-chave:** Túmulos (de D. Pedro e de D. Inês de Castro); Reintegração; Deslocalização.

**Nota biográfica:**

Jorge Manuel de Matos Pina Martins Prata é professor na Escola Secundária Dona Inês de Castro – Alcobaça. Licenciatura em História. Pós-Graduação em Boas Práticas em Gestão Patrimonial. Pós-Graduação em Direito da Cultura e do Património Cultural. Mestrado em Estudos do Património. Mestrado em História da Idade Média – Espaços, Poderes, Quotidianos. Doutorando em História – Idade Média.

**Los ordinarios del monasterio de Santes Creus (Tarragona).**

**Una interpretación a partir de la liturgia**

***Eduardo Carrero Santamaría (Universitat Autònoma de Barcelona)***

**Resumen:**

Os procedentes del monasterio de santes creus. Se trata de tres copias de diferentes épocas, en latín y catalán, de los *ecclesiastica officia* de la orden de cister. Como suele ser habitual, estos ordinarios recogen la legislación de la orden, pero añadiendo cambios y peculiaridades en distintos puntos de su redacción. Esta es una de las razones por las que los ejemplares particulares de la normativa litúrgica cisterciense son especialmente interesantes: no se limitaron a copiar, por el contrario, alteraron y modificaron significativamente sus contenidos, convirtiendo un tipo de fuente litúrgica general de todos los monasterios en un texto particular para cada uno. Esto es lo que explica la existencia de usos propios para la celebración, documentados en las huelgas, poblet o alcobaça, cuando la voluntad de la reforma cisterciense fue, precisamente, la regularización y normalización de un culto común para todos. En santes creus, la conservación de una copia directa de los *ecclesiastica* y otras dos que alteran sus contenidos permite hacer una aproximación al tipo de liturgia que se llevaba a cabo en el monasterio entre los siglos xiv y xvi, su marco arquitectónico y su proximidad o lejanía de las fuentes originales.

**Palabras clave:** Santes Creus; liturgia; *ecclesiastica officia*; arquitectura.

**As campanhas artísticas no mosteiro e coutos de Alcobaça  
no século XVI: escultura e pintura**

**Vítor Serrão (Universidade de Lisboa/ARTIS)**

**Resumo:**

Apesar de negligenciadas em comparação com a arquitetura alcobacense e com as outras formas artísticas de decoração, a Escultura e a Pintura que se produz durante a era de Quinhentos para o Mosteiro de Alcobaça e as igrejas das vilas dos Coutos constitui um capítulo da maior importância no contexto da História da Arte portuguesa. Quer sob o governo dos Abades-Comendatários D. Afonso (1519-1540) e Cardeal-Infante D. Henrique (1542-1580), quer já sob a vigência da Congregação Autónoma Portuguesa, são vários e relevantes os casos de artistas destas modalidades que trabalham para a magna casa de Cister e seus espaços de jurisdição: no campo da pintura, nomes como Diogo de Contreiras, Cristóvão Lopes e Diogo Teixeira, no campo da escultura nomes como Machim Fernandes, João do Tojal e Pero de Frias. As obras que ainda remanescem destes artistas, ou de que se conhece existência por documentação esclarecedora (fruto das pesquisas de Sousa Viterbo, Saúl António Gomes, Rui Mesquita Mendes e outros investigadores), ajudam a clarificar o percurso evolutivo da escultura, talha, pintura e dourado no Portugal manuelino-joanino-sebástico, entre o Gótico Final, o Renascimento, o Maneirismo e, enfim, a *Contra-Maniera* tridentina. O facto de Alcobaça se ter tornado “cabeça” da Ordem no avançar do século XVI tornou os seus responsáveis (sob o título de Abades Gerais da Congregação) os mentores de múltiplas outras encomendas para todos os edifícios sacros e civis que os bernardos fundam ou que se renovam. Peças como o púlpito de Évora de Alcobaça, as pinturas de Diogo de Contreiras em Santa Catarina, ou de Diogo Teixeira em Maiorga, contam-se entre os testemunhos de um património de larga florescência.

**Nota biográfica:**

Vítor Serrão (n. Toulouse, França). 65 anos (28-XII-1952). Professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e responsável pelo centro ARTIS-IHA-FLUL. Formou várias dezenas de doutorados e mestres em História da Arte nos cursos desta Universidade. Autor de vasta bibliografia sobre arte e teoria da arte, de que se destacam os livros e catálogos *O Maneirismo e o Estatuto Social dos Pintores Portugueses* (1983), *Josefa de*

*Óbidos e o tempo barroco* (1991), *A Pintura Maneirista em Portugal - arte no Tempo de Camões* (1995), *A Cripto-História de Arte. Análise de Obras de Arte Inexistentes* (2001), *A Trans-Memória das Imagens. Estudos iconológicos de pintura portuguesa* (2005), *O Fresco Maneirista do Paço de Vila Viçosa, Parnaso dos Duques de Bragança* (2008), e *Arte, Religião e Imagens em Évora no Tempo do Arcebispo D. Teotónio de Bragança* (2015). Pertence à comissão editorial das revistas *ARTIS*, *ARTisON*, *Archivo Español de Arte*, *Quintana* e *BSAA*. É vice-presidente da Academia Nacional de Belas Artes.

### **O Claustro I e II do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça** **Francisco Teixeira (Universidade do Algarve)**

#### **Resumo:**

O claustro constitui em qualquer mosteiro um espaço fundamental de organização arquitetónica, de circulação, de variada funcionalidade para a comunidade monástica.

Num mosteiro cisterciense, os mais eficazes estruturadores dos diferentes lugares no interior de um mosteiro, esse lugar constitui sempre um espaço cuidado, tanto mais quando inserido numa casa institucionalmente relevante e com capacidade económica. Analisa-se o primitivo claustro de Santa Maria de Alcobaça, atendendo à documentação conhecida e às lições que uma análise dos elementos pétreos e da escultura arquitetónica permite dispor. A sua problemática, em que se destaca a questão da existência de um claustro primitivo. O claustro I, depois alterado para o claustro atualmente existente, será analisada atendendo, igualmente, à diversidade da mão-de-obra.

**Palavras-chave:** Cistercienses; Alcobaça; claustro.

#### **Nota biográfica:**

Professor na Universidade do Algarve onde leciona disciplinas no âmbito da História da Arte Medieval. Doutor em História da Arte Medieval pela Universidade do Algarve (2007). Entre as suas publicações mais recentes destaque-se: Teixeira, Francisco (2017), “A microarquitetura nos túmulos de D. Pedro e D. Inês de Castro: dos cadernos de modelos à mise en abyme” em Congresso Internacional “Almas de Pedra. Escultura Tumular: da Criação à Musealização, (2 a 4 de Novembro de 2017, Museu Nacional de Arte Anti-



ga, Lisboa) (em publicação). Teixeira, Francisco (2016), "O programa escultórico do portal da Sé de Silves" em Joana Ramôa Melo e Luís Urbano Afonso (eds.), *O Fascínio do Gótico. Um tributo a José Custódio Vieira da Silva*, (ISBN:978-989-20-7270-8), Artis-instituto de História da Arte, Faculdade de Letras de Lisboa, pags. 149-162. Teixeira, Francisco (2015), "Redenção e Escatologia na Escultura Gótica" em Samuel Dimas et al (dir.) *Redenção e Escatologia. Estudos de Filosofia, Religião, Literatura e Arte na Cultura Portuguesa*, vol I, t. 2, Lisboa, Nota de Rodapé edições, pp.256-263.

**Morfo-evolução de mosteiros cistercienses femininos: três casos de estudo % Lisboa, Évora e Portalegre (PORTUGAL)**

***Maria do Céu Simões Tereno (Departamento de Arquitetura, Universidade de Évora) ceutereno@gmail.com***

***Maria Filomena Mourato Monteiro (Divisão de Cultura e Património, Câmara Municipal de Évora) monteiro.m.filomena@gmail.pt***

***Marízia Pereira (Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento, Universidade de Évora) mariziacmdp3@gmail.com***

**Resumo:**

A Ordem de Cister foi pioneira na criação de casas religiosas em território nacional contando com o beneplácito de D. Afonso Henriques. Os seus primeiros monges instalaram-se em vastos terrenos doados por este monarca na região das beiras, local recém-conquistado e que importava desenvolver e povoar. O contributo da Ordem revelou-se relevante, não apenas através dos edifícios que nos legaram como também de inovadores conhecimentos, nomeadamente de cariz agrícola que localmente transmitiram. O ramo feminino da Ordem teve como primeira casa religiosa, em território português, o Mosteiro de S. Bento de Cástris localizado na região de Évora. O objetivo do presente trabalho consiste no estudo de três mosteiros femininos, fundados em cidades com características bem diferenciadas e em distintas épocas: os mosteiros de S. Bento de Cástris em Évora (1274), o de S. Bernardo em Portalegre (1518) e o de Nossa Senhora da Nazareth do Mocambo em Lisboa (1653). Localizando-se, um na capital do reino e os restantes em duas cidades distintamente hierarquizadas da região alentejana. As especificidades destes mosteiros permitirão realizar análises no desenvolvimento geomorfológico, através de documentação icono-cartográfica, das zonas de im-

plantação assim como entender, através de um fio condutor temporal, as suas influências nas zonas adjacentes assim como os legados patrimoniais.

**Palavras-chave:** Mosteiro; Património; Salvaguarda; Ordem de Cister.

**Notas biográficas:**

Maria do Céu Simões Tereno, Arquiteta, Professora Auxiliar do Departamento de Arquitetura da Universidade de Évora. Licenciada em Arquitetura pela Escola Superior de Belas-Artes. Doutorada pela Universidade de Évora em Conservação do Património Arquitetónico, na especialidade de Edifícios e Conjuntos Históricos. Tem diversos artigos e publicações nas áreas do património, da conservação patrimonial, do urbanismo, da arquitetura religiosa e militar, da morfologia urbana. Participou em congressos nacionais e internacionais com a apresentação de vários trabalhos nas áreas referidas. Organizou conferências e exposições nos âmbitos referidos anteriormente. Organizou cursos breves em Espanha e Salvador da Bahia (Brasil), no âmbito da conservação do património arquitetónico.

Maria Filomena Mourato Monteiro é Doutorada e licenciada em “Arquitetura” (U. Évora-2011 e ESBAL-1977), é Mestre em “Recuperação de Património” nas vertentes “Arquitetónico” e “Paisagístico” (U. Évora-1996). Possui pós graduações respetivamente em “Engenharia Municipal” (FCTUC-1989) e em “Equipamento Social % 1.ª e 3.ª Idade” (ESBAL-1984). É arquiteta municipal desde 1978, sequencialmente nas Câmaras Municipais do Seixal e de Évora onde, após um longo percurso na área do Projeto Municipal, exerce funções na área do Património. Tem ativamente participado em Congressos, assim como possui publicações académicas na vertente do conhecimento, preservação e defesa do Património.

Marízia Pereira é Licenciada e doutorada em Engenharia Biofísica pela Universidade de Évora; frequentou os cursos: 1.º Curso Luso-Espanhol sobre Fitossociologia teórica e prática, 2.º Curso Avançado de Fitossociologia, Identificação e Controlo de Espécies Vegetais Invasoras e Introdução à Engenharia Natural. É docente da Universidade de Évora desde 1987 e tem o estatuto de Professora Auxiliar. Participa regularmente em congressos internacionais e tem artigos publicados nas áreas de vegetação e paisagem naturais. Atualmente está a realizar um estágio pós-doutoral sobre a Caatinga Brasileira a decorrer na Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA em Sobral – Ceará, Brasil.

**As pedras falam. O Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas e o Mosteiro de S. Clara e S. Isabel de Coimbra: arquitetura e espiritualidade**

**Giulia Rossi Vairo** (*Instituto de Estudos Medievais/FCSH*)

***grossivairo@fcsb.unl.pt***

**Resumo:**

O Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas e o Mosteiro de S. Clara e S. Isabel de Coimbra foram estatuídos graças à ação mecénica e ao padroado dos reis Dinis e Isabel que promoveram e financiaram a sua construção, favorecendo a formação e instalação das suas comunidades religiosas.

O mosteiro de Odivelas foi fundado em 1295 pelo rei D. Dinis de acordo com a rainha consorte D. Isabel que não foi alheia à decisão do seu esposo, partilhando com ele, na altura, a propensão para com a espiritualidade cisterciense. O cenóbio foi confiado às monjas bernardas, sendo filiação direta da casa-mãe da Ordem de Cister no reino de Portugal por explícita instância do monarca.

A fundação do mosteiro de Coimbra, cuja fábrica arrancou em 1316-17, tendo sido autorizada já em 1314, deveu-se à ação piedosa e devota da soberana, querendo ela promover o estabelecimento de uma comunidade de sorores da Segunda Ordem Regular na cidade. Contudo as fontes referem de um envolvimento, e desde as origens, também de D. Dinis que protegeu o convento e criou as condições materiais para que o projeto da mulher fosse levado a cabo, pelo menos durante a primeira fase construtiva do edifício.

Ao “ler” os vestígios das fábricas medievais remontando à fase fundacional - no caso de Coimbra, as majestosas ruínas resgatadas das águas do Mondego que mantiveram quase intacta a sua antiga estrutura, no caso de Odivelas, a zona da cabeceira, incluindo a capela-mor e os dois absidíolos, tendo sido a igreja e, em geral, o antigo complexo monástico radicalmente transformados ao longo dos séculos sucessivos -, deparámo-nos com algumas significativas analogias nas arquiteturas, que nos levam a refletir sobre a conceção dos espaços (dentro e fora da cerca), as opções estéticas, os mestres empenhados, mas sobretudo sobre a espiritualidade dos seus comitentes e patrocinadores, os reis Dinis e Isabel, que superentenderam à construção dos edifícios, nomeadamente dos templos.

A comunicação focar-se-á justamente nestes aspetos e propõe-se de acompanhar a leitura propriamente histórico artística e arquitetónica dos mo-

numentos com a análise do contexto histórico, cultural e religioso de referência que nos poderá ajudar a indagar e aprofundar a espiritualidade dos reis Dinis e Isabel, dos quais os dois mosteiros foram um extraordinário e eloquente reflexo.

**Palavras-chave:** D. Dinis de Portugal; D. Isabel de Aragão, rainha consorte de Portugal; Mosteiro de S. Dinis de Odivelas; Mosteiro de S. Clara de Coimbra.

**Nota biográfica:**

Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Bolseira de Pós-Doutoramento da FCT. <https://fcsh-unl.academia.edu/GiuliaRossiVairo>.

**Os azulejos da igreja do Mosteiro de São Bento de Cástris de Évora.  
Um programa artístico numa comunidade que se renova  
*Maria Teresa Canhoto Verão (CHAIA/UE e do CIEBA/ Faculdade  
de Belas-Artes/Universidade de Lisboa)***

**Resumo:**

Os azulejos da Igreja do Mosteiro de São Bento de Cástris, em Évora, narram-nos diversos episódios da vida de São Bernardo, que se sucedem em torno das paredes do templo, apresentando de modo fiel momentos relevantes da vida do santo, bem conhecidos da comunidade cisterciense e tal como se encontram narradas em obras de referência como a Crónica de Cister, de Frei Bernardo de Brito.

Trata-se de um conjunto de 19 painéis, a que se juntaram outros dois colocados já no século XX e que ocupam as paredes da igreja, transepto e capela-mor. As cenas figurativas a azul e branco contrastam com a cintilação da policromia das cercaduras, em que elementos arquitetónicos se conjugam com motivos decorativos rococó, unificando o espaço e animando as paredes do templo.

Os azulejos datam de 1783-1785 e foram encomendados durante uma campanha de renovação total do mosteiro, que incluiu a feitura de um novo retábulo de talha para a capela-mor e capelas-laterais, alterações na abóbada da capela-mor e do arco triunfal, púlpito, confessionário, sacristia, entre inúmeras outras intervenções.

É importante percebermos o contexto em que estas obras se realizaram. O mosteiro, tal como outros da Ordem de Cister, foi extinto em 1775 durante o governo do Marquês de Pombal. No entanto, após a subida ao trono de D. Maria I, essa extinção foi revogada, o que possibilitou o regresso das monjas à sua casa em 1777. Desde esta data, desencadeiam-se uma série de renovações e aquisições que abarcam os mais diversos espaços do cenóbio e que se vão estender ao longo de mais de 10 anos. Conseguimos, assim, compreender o contexto em que os azulejos foram encomendados e qual o sentido dessa encomenda. Trata-se de uma renovação geral, com vista a celebrar o regresso da comunidade ao mosteiro, mas, também, restaurá-lo na sua glória e devolvê-lo à sua grandeza perdida.

Embora não exista documentação que o comprove, propomos a integração deste conjunto na produção azulejar da Real Fábrica de Louça do Rato, que tinha sido fundada em 1767, a qual passou a dominar a produção de azulejo, dentro de uma nova lógica organizativa. Para tal, torna-se necessário explicitar o novo contexto de produção que então passou a vigorar, fazendo apelo às investigações mais recentes nesta temática.

**Palavras-chave:** São Bento de Cástris; Azulejo; São Bernardo.

**Nota biográfica:**

Maria Teresa Canhoto Verão é natural de Évora e membro do CHAIA/UE e do CIEBA/ Faculdade de Belas-Artes/Universidade de Lisboa. Tem vindo a participar em projetos nos domínios da História e da História da Arte, destacando-se colaborações com a Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Eugénio de Almeida e Museu de Évora. É mestre em História da Arte pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa, com a tese Os azulejos do Mosteiro de São Bento de Cástris de Évora. O ciclo Bernardino e o seu significado. Presentemente, encontra-se a desenvolver a sua tese de doutoramento, também na área da azulejaria.

**The abbey churches of Santa Maria de Alcobaça and Notre-Dame de Cherlieu – faithful daughters of the abbey church of Clairvaux III? The spreading of a new architectural model in the second half of the XIIth century.**

***Clémentine Villien (archivist-paleographer)***

**Abstract:**

Currently, only a part of the south transept's gable wall from the famous abbey church of Clairvaux III, whose construction began around 1150, remains. Nevertheless, it has been possible to reconstitute its architecture, ground plan and elevation, thanks to iconographical documents (plan, drawings, paintings, etc.) and to textual sources such as visit reports from the modern and contemporary periods. This church used to have the shape of a Latin cross and was around a hundred meters long and sixty meters wide in the transept. It was composed of a nave and two aisles, as well as a choir with an ambulatory and nine trapezoidal radiating chapels, included in a polygonal wall. The building had three levels of elevation: arcades, bays allowing access to the roofs, and windows. It was covered with a vault of ogives<sup>1</sup>.

Clairvaux III is better known than its predecessor, Clairvaux II, whose choir may have been the only part reconstructed to obtain the new church of Clairvaux III, and the meaning of which has been the object of numerous articles<sup>2</sup>. Paradoxically, the spreading of this new architectural model has been less studied than the one of Clairvaux II, which is supposed to be the original model of the famous bernardine or cistercian ground plan. This could be due to the low number of buildings that seem to have adopted the new ground plan of Clairvaux III, unlike the success of the previous one.

In an article of 1957 entitled "Origine des déambulatoires à chapelles rayonnantes non saillantes"<sup>3</sup>, Anselme Dimier classified the buildings that he thought were inspired by the ground plan of Clairvaux III in four categories, from the most similar to the most different. In the first category, he listed the churches of Santa Maria de Alcobaça and Notre-Dame de Cherlieu (Franche-Comté, France), as buildings that faithfully followed the model of their mother house, Clairvaux. He also included the abbey churches of Varnhem (Sweden) and Aduard (Netherlands), grand-daughter houses of Clairvaux, but specified that their plans already differed a little from the original.

Therefore, this congress is the opportunity to discuss the spreading of the architectural model of Clairvaux III, based on the cases of Alcobaça and Cherlieu.

The abbey of Santa Maria de Alcobaça was founded in the early 1150s. Its charter of foundation reports the date of April 8, 1153, and the church's first stone appears to have been laid on April 10, 1178, according to an inscription on the cloister. The current ground plan may not have been the first one elected, but the church following the ground plan of Clairvaux III was finally consecrated in 1252.

The abbey of Notre-Dame de Cherlieu was established in 1131 in the diocese of Besançon, on a site that was first occupied by a canonical community. The construction of the church appears to begin in the 1170s and to be completed at the end of the XIIth century.

Currently, only the north transept's occidental wall remains, but iconographical documents, archives, and archaeological excavations have made it possible to rediscover the architecture of the building.

Both of these abbeys are known for their wealth and leading importance in their area, namely Portugal for Alcobaça, and its own diocese for Cherlieu. Both have inspired other monasteries and churches' architecture in and outside of the Cistercian Order, and are said to have introduced aspects of the Gothic architecture in their region.

Through these cases, it is possible to explore some aspects of the spreading of the model of Clairvaux III, such as its level of adoption. Are these churches real copies of the original, in plan, dimensions and/or proportions? What about the elevation? How can we explain the architectural shades and adaptations in these buildings and in others that followed less rigorously the ground plan of Clairvaux III? How can we explain the builders' refusal to follow this model in some buildings?

Indeed, we can question the reasons of the adoption of this new model. If only a few Cistercian churches followed this ground plan, why was it chosen for Alcobaça and Cherlieu? Is it only a question of filiation, of imitating the mother house when the model already exists? An adherence to the ideology which brought to this architectural choice? A particular link between the mother house and these two abbeys? In the case of Cherlieu, a geographical proximity? Is it because of the role and importance to which these monasteries were destined? The explanation must be a combination of several criteria, and there are numerous counterexamples for each suggestion.

These are the topics that we propose to examine within the scope of this congress.

**Key-words:** Clairvaux III; architecture; spreading of models.

**Biographical note:**

Clémentine VILLIEN is an archivist-paleographer who graduated from the Ecole nationale des chartes (Paris, France). She wrote a school thesis under the direction of Philippe Plagnieux on the Cistercian abbey church of Notre-Dame d'Accey (Jura, France), located in the former diocese of Besançon,

by combining the archival, architectural, and archaeological approaches. She currently continues her research work within the framework of a doctoral thesis under the direction of Philippe Plagnieux and Philippe Bernardi at the University of Paris 1 Panthéon-Sorbonne (France). She studies the other Cistercian abbey churches of the diocese of Besançon using the same method, as well as the spreading of the model of Clairvaux abbey churches and of Gothic architectural features in this diocese. She is also involved in a collective research project on the Cistercian abbeys in the North-East of France which began in 2017.

<sup>1</sup> Terryl N. Kinder, "Les églises médiévales de Clairvaux. Probabilités et fiction", in *Histoire de Clairvaux*, Actes du colloque de Bar-sur-Aube et Clairvaux, 22-23 juin 1990, Association Renaissance de l'abbaye de Clairvaux, Bar-sur-Aube, 1991, pp. 205-229; and Michel Miguet, "La démolition de l'église de Clairvaux", *ibidem*, pp. 231-242.

<sup>2</sup> See, for examples : Peter Fergusson, "Programmatic factors in the east extension of Clairvaux", in *Ratio fecit diversum*, San Bernardo e le arti, *Arte medievale*, 1994, sér. 2, a. 8, n°1, t. 2, pp. 87-101 ; Alexandra Gajewski, "The architecture of the choir at Clairvaux abbey : saint Bernard and the Cistercian principle of conspicuous poverty", in *Perspectives for an architecture of solitude: essays on Cistercians, art and architecture in honour of Peter Fergusson*, Turnhout, Brepols, 2004, pp. 71-79; Alexandra Gajewski, "Burial, cult and construction at the abbey church of Clairvaux (Clairvaux III)", in *Cîteaux, Commentarii cistercienses*, 2005, t.56, pp. 47-85; Eduardo Carrero Santamaria, "Autour de saint Bernard. Chronologie et implications spatiales du culte des reliques", in *Cîteaux Commentarii cistercienses*, 2013, t. 64, pp. 187-197.

<sup>3</sup> Anselme Dimier, "Origine des déambulatoires à chapelles rayonnantes non saillantes", in *Bulletin Monumental*, 1957, t. 115-1, pp. 23-33.





# Agricultura e Indústria cistercienses



Olival da Ataija. Foto Paulo Guerra



## **L'implantation cistercienne dans la vallée de l'Aube**

**Paul Benoit (Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne)**

**Christian Bou (chercheur associé)**

### **Résumé:**

En 1115 Bernard de Fontaines, que nous appelons maintenant saint Bernard, quitta l'abbaye de Cîteaux, avec un petit groupe de parents et de disciples, pour fonder l'abbaye de Clairvaux sur l'Aube à sa confluence avec l'Aujon. Vingt ans plus tard des moines de Clairvaux remontèrent la rivière et fondèrent Auberive 24<sup>ème</sup> fille de Clairvaux. En 1149 une communauté de chanoines réguliers, d'importance modeste, installée à Longuay, sur l'Aube, entre Clairvaux et Auberive, intègre l'ordre cistercien sous l'influence de saint Bernard.

Ainsi sur environ 50 km en ligne droite, un peu plus en suivant la rivière, trois abbayes se sont installées au temps de saint Bernard. Il importe tout d'abord de comprendre les conditions de cette implantation. La haute vallée de l'Aube n'est pas alors une voie de circulation importante. La principale route vers le sud, celle qui relie Bar-sur-Aube et le monde des foires de Champagne, aux sud de la France et à l'Italie, abandonnait la vallée de l'Aube pour suivre l'Aujon et de là atteindre Langres importante cité épiscopale. Pour comprendre la poussée claravaliennne, il faut prendre en compte la situation politique et religieuse du début du XII<sup>e</sup> siècle et les tensions entre le duché de Bourgogne et le comté de Champagne.

Il faut aussi examiner la part des monastères cisterciens dans l'aménagement de la haute vallée de l'Aube. La richesse des sources disponibles montrent le niveau de l'occupation humaines dans la vallée à travers les donations faites aux moines puis des achats de biens qu'ils effectuèrent. Il apparaît que cette vallée était loin d'être un désert. Les prospections archéologiques, dans une région qui a peu évolué jusqu'à l'époque contemporaine, ont permis de découvrir de très importants vestiges des systèmes hydrauliques des abbayes ainsi que des traces de l'organisation de l'irrigation des prairies mise en place par les moines des trois abbayes et la construction d'un nouveau paysage.

### **Note biographique:**

Professeur honoraire de l'université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paul Benoit est spécialiste de l'histoire et de l'archéologie des techniques du Moyen

Age et de la Renaissance. Depuis des dizaines d'années, il a étudié de nombreux sites cisterciens en France et à l'étranger, pour mettre en évidence leur patrimoine et leur histoire matérielle (métallurgie, carrières, artisanat, hydraulique...). Le site de l'abbaye Saint-Maurice de Carnoët, dont jamais l'histoire et l'archéologie n'ont encore été mises en valeur, a attiré son attention et il participe désormais aux travaux de recherche en cours.

**Alcoa, Alcobaça e Fervença, centros fabris pioneiros do primeiro surto industrial de Portugal (séculos XVIII-XIX).**

***Jorge Custódio (Investigador do Instituto de História Contemporânea/FCSH – UNL, fundador da APAI)***

**Resumo:**

Os cursos de água do norte e centro de Portugal foram palcos de um primeiro movimento de surto industrial e de industrialização, assente em unidades fabris de transformação de matérias-primas têxteis e de papel. Uma longa tradição de instalação de engenhos pré-industriais (moagem, lagares hidráulicos, moinhos de papel e de ferro) explica o reconhecimento moderno dos recursos fluviais do Alcoa, Nabão, Alviela, Liz e Almonda, rios onde se processou este interessante movimento pouco conhecido da historiografia portuguesa.

Com este estudo pretende-se identificar essas centros fabris pioneiros, um dos quais esta indissoluvelmente ligado ao território cisterciense de Alcobaça e que tem como estrutura fluvial de implantação os ribeiros de Alcoa e do Baça, que antes do lugar de Fervença confluíam num único rio.

As tradições monásticas de auto-suficiência e as condições geográficas e históricas dão corpo a uma interessante regularização dos cursos de água, em cujas margens se instalaram um pioneiro engenho de papel (séc. XVI), uma fábrica de vidros, moagens, cerâmicas e unidades têxteis algodoeiras, quer manufactureiras, quer mecanizadas (século XVIII a XX).

Analisa-se, em especial, duas vertentes complementares desta realidade industrial. Por um lado, a infraestrutura fluvial cuja última configuração foi o resultado das diferentes fases do seu aproveitamento industrial, desde a Idade Média à Era da Electricidade. Por outro, analisa-se o caso da Fábrica Têxtil de Fervença, criada por Joaquim Ferreira de Araújo Guimarães (†1898), pertencente à Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaça (fundada em

1875) e inaugurada a 2 de Fevereiro de 1878. A têxtil algodoeira, que em 1947 tinha 14.000 fusos de fiação, 550 teares mecânicos e 800 operários, encerrou as suas portas depois da entrada de Portugal na CEE. Dá-se especial relevo à implantação da Fábrica no curso do rio Alcoa, onde dispunha de uma turbina hidráulica de origem alemã, que constituiu um dos aspectos mais relevantes da modernidade industrial de Alcobaça nos anos 70 do século XIX e que esteve na origem da Central Eléctrica de Fervença. Interpreta-se, retrospectivamente, a arquitectura da unidade fabril e as suas características tecnológicas, à luz das metodologias da arqueologia industrial.

**Palavras-chave:** Alcobaça; Património Industrial; Têxteis; Industrialização; Portugal.

**Nota biográfica:**

Jorge Custódio nasceu em Santarém, em 1947. Frequentou o Liceu Nacional de Sá da Bandeira, em Santarém. Licenciou-se em História na Faculdade de Letras da Universidade Clássica, de Lisboa. Doutorou-se pela Universidade de Évora. Investigador integrado do Instituto de História Contemporânea da FCSH da UNL. Neste Instituto coordena o Projecto de Investigação sobre a Era da Energia a Vapor em Portugal (1820-1974). Encontra-se actualmente aposentado. Dirigi o Projeto Municipal da Candidatura de Santarém a Património Mundial (1994-2002), o Convento de Cristo (2002-2007) e o Museu Nacional Ferroviário (2009-2011). Foi comissário das exposições Arqueologia Industrial: Um Mundo a Conhecer um Mundo a Defender, realizada na Central Tejo, Lisboa (1985) e 100 Anos do Património. Portugal 1910-2010. Memória e Identidade (Galeria D. Luís, no Palácio da Ajuda, em 2010), entre outras exposições realizadas em Lisboa, Porto (Leça da Palmeira), Santarém, Seixal, Marinha Grande, Covilhã, Santa Maria da Feira, Entroncamento. Especializou-se em Arqueologia e Património Industrial e Património Mineiro. Ex-professor auxiliar convidado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, onde leccionou as cadeiras de Arqueologia Industrial e de Museologia Industrial (2004-2014). Desenvolveu diversas intervenções arqueológicas e consultadoria arqueológica em sítios industriais (Amora, Coima, Mós de Carviçais, Covilhã, Pedreanes, Tomar, Sesimbra). Foi coordenador de diversos projectos e programas de museus industriais e mineiros (Moncorvo, Covilhã, Maceira Liz, Silves, Santarém, Pejão, Entroncamento, Alhandra). Publicou diversas obras e estudos. Salientam-se “Reflexos da In-

dustrialização na Fisionomia e Vida da Cidade. O Mundo Industrial na Lisboa Oitocentista”, in O Livro de Lisboa (1995), A Máquina a Vapor de Soure (1998), O Lagar e o ‘Azeite Herculano’ (1998), Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês. Exposição Permanente (1999), Museu do Ferro & da Região de Moncorvo (2002), A Real Fábrica de Vidros de Coia e o vidro em Portugal no século XVIII (2002), «Renascença» Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República, 2 vols. (2011-2013), A Mina de S. Domingos. História, Território e Património Mineiro (2013), Rodoviária do Tejo, nas origens, na história e na modernidade da viagem colectiva, com Deolinda Folgado, Santarém: O Ribatejo (2015). Troféu Cultura do Distrito de Santarém, atribuído pelo semanário «O Ribatejo», em 2006. Louvor Público (2013) da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico. Prémio Carreira (2015), atribuído pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente.

**Sal sobre los campos. La industria salinera del monasterio de Santa María de Valdediós (ss. XIII-XVI)**

**Álvaro Solano Fernández-Sordo (Universidad de Oviedo)**

**Resumen:**

A unos días de acabar el siglo XII, el 27 de diciembre de 1200, el monarca leonés Alfonso IX se encontraba en Santiago de Compostela y allí otorgaba junto a su esposa Berenguela la carta fundacional del que estaba llamado a ser el más importante establecimiento cisterciense de tierras asturianas. En ese momento el matrimonio regio donaba a la orden de Cîteaux su heredad de Boiges, con todas sus dependencias y aprovechamientos – vinculados a los reyes desde sus más tempranos predecesores de la Monarquía Asturiana –, para que se levantase allí una abadía que se contemplaba, en ese documento fundacional, como filial de la de Sobrado. Se trataba de una fundación completamente ex novo y relativamente tardía dentro del calendario de la expansión del Císter en Castilla, que responde a una programada política de promoción eclesiástica como instrumento de consolidación de la autoridad del rey y un elemento de gran utilidad en la organización y control del espacio.

Todo ello explica que, superados unos primeros años de titubeos en los que se llegará a barajar el traslado de la sede maliayesa al traspais leonés, sea objeto por parte de este monarca de una mantenida y generosa tutela

donataria, continuada por sus sucesores, que lo convertirá en una pieza clave del tablero social y económico de la región. El punto culminante de esta protección del rey hacia su fundación será sin duda la concesión que hace, en marzo de 1220 con un privilegio otorgado en Avilés, de un coto en que el abad y convento de Santa María ejercerán en principio una plena autoridad, tanto sobre las tierras como sobre los hombres que las cultivan.

Sin embargo, precisamente por lo tardío de esta fundación, la nueva casa monástica se insertaba en un marco territorial en el que los diferentes poderes y propietarios se hallaban claramente establecidos y no cabía que el monarca le otorgase un amplio dominio territorial que constituyese una firme base para su sustento. Si bien procuraría hacerlo concediéndole la posesión sobre los amplios y fértiles valles de Boñar y Melgar, éstos se situaban en el traspais leonés al sur de la Cordillera y semejante frontera natural constituía un importante inconveniente a una explotación eficaz y certera por parte de la comunidad cisterciense.

Pero Alfonso IX, interesado en el mantenimiento de su fundación Bernarda en Asturias y sabiendo leer el signo de los tiempos que extendía el fenómeno urbanizador a lo largo de toda la Europa atlántica al calor de las villas nuevas – de las que él mismo sería en no pocas ocasiones artífice –, concede por una donación del 20 de marzo de 1220 el «eminagium» de la sal de Avilés al monasterio de Santa María. Esta donación constituiría el germen de lo que estaría llamado a convertirse el primer interés del patrimonio de Valdediós, pues a partir de ese momento la participación del cenobio en la renta de la sal de los alfolíes asturianos será un interés de primer orden para la comunidad.

El mantenimiento de esta participación, la actualización con el paso de los años del viejo privilegio a las nuevas fórmulas de explotación y comercialización de la sal en Asturias, su peso específico en la economía del monasterio y la preservación de estos derechos tanto en la memoria archivística del cenobio – donde la documentación sobre la sal constituye un volumen ingente de sus diplomas y libros – como en los tribunales con sucesivos pleitos hacen de la economía salinera un capítulo fundamental de la vida de Valdediós que supera los siglos hasta los años inmediatos a su desamortización decimonónica.

El objetivo de la presente propuesta de comunicación es, pues, analizar la importancia de la industria de la sal y su comercio en el patrimonio de Valdediós, así como el peso específico dentro de su vida diaria y las adaptaciones administrativas que provocó. Asimismo, reconstruir los esfuerzos desarrollados por la



casa bernarda por preservar su privilegio y defender judicialmente su derecho ante los frecuentes conflictos que tan lucrativo negocio provocaba.

**Palabras clave:** Economía salinera; monasterio de Santa María de Valdediós (Asturias); industria cisterciense.

**Nota Biográfica:**

Álvaro Solano Fernández-Sordo (Madrid, 1987): licenciado en Historia con la especialidad en Historia Medieval por la Universidad Complutense de Madrid, en diciembre de 2015 obtuvo el grado de doctor en la Universidad de Oviedo con la tesis *Una villa de la Marina centro-oriental asturiana y su entorno en la Edad Media. El alfoz y la Puebla de Maliayo*, dirigida por los profesores Juan Ignacio Ruiz de la Peña y Soledad Beltrán Suárez, con la Mención de Doctorado Internacional y galardonada con el Premio Extraordinario de Doctorado. En la actualidad es Profesor del Área de Historia Medieval del Departamento de Historia de la Universidad de Oviedo. Entre sus publicaciones y ponencias en encuentros científicos nacionales e internacionales, varias contribuciones han versado sobre la historia monástica en general y la del Cister asturiano en particular: «El papel de los monasterios asturianos en la configuración de la Villaviciosa bajomedieval desde una perspectiva documental. Contratos inmobiliarios en los Forales de Valdediós» (León, 2015), «El patrimonio inmobiliario urbano de los monasterios benedictinos en la Asturias bajomedieval: el ejemplo de San Pelayo de Oviedo y Santa María de Valdediós en Villaviciosa» (León, 2015) o «Monasterios y núcleos urbanos en la Asturias medieval. Conflicto, acuerdo, convivencia y simbiosis» (Siena, 2016).

**Las granjas cistercienses del Reino de León y su función económica desde el análisis arqueológico: control del agua y abastecimiento de minerales**

***Fernando Miguel Hernández y Hortensia Larrén Izquierdo***  
***(Arqueólogos)***

**Resumen:**

Es bien conocido en la historiografía que las granjas cistercienses desempeñaron un papel clave en la implantación, control y explotación del

territorio de los monasterios de la Orden de San Roberto de Molesmes. El estudio histórico y económico de las mismas ha sido abordado de manera integrada con el análisis de la evolución histórica de un monasterio en concreto, siempre a partir de la documentación escrita. Se ha hecho hincapié en el papel específico que desempeñaba cada una de las numerosas granjas en la explotación dominial, en el que gracias a ellas se pretendía la autosuficiencia económica de cada monasterio (granjas cerealistas, forestales, vitivinícolas, granjas junto a las canteras, las salinas, las explotaciones de minerales metálicos, especialmente hierro, además de las urbanas que se encargaban de la distribución de los excedentes). En estos estudios nunca se olvidaba del protagonismo clave desempeñado por los conversos. En algunas ocasiones, pocas, los investigadores han incidido en las características constructivas y en la organización funcional de los edificios de las granjas a partir de los documentos (Pilar Rodríguez y Mercedes Vázquez sobre las granjas de Oseira), en especial de época moderna. De cualquier manera, raramente se han abordado monografías de las granjas, salvo su imbricación con la historia de la economía rural peninsular y europea.

Las granjas, sin embargo, salvo raras excepciones (Carmen Pallarés y Ermelindo Portela para la granja de Constantin), no han sido analizadas desde el punto de vista físico y material, llamémosle arqueológico, identificando su presencia allí donde se conservan -son muy pocas las que han llegado a nosotros y en todos los casos muy modificadas, como la granja Florencio del monasterio de Valparaíso (Zamora) - o mejor reconociendo su rastro en el territorio, así como su relación con el mismo. Así podríamos contrastar lo que señalan las fuentes documentales con la realidad de su emplazamiento en la naturaleza. En este sentido, como han deseado muchos investigadores europeos, sigue siendo cierto que haría falta un congreso específico sobre ellas en la Península Ibérica (en la línea de Medieval Agriculture the Southern French Countryside, and the Early Cistercians, 1986 o Granges cisterciennes de Franche-Comté, 1999) que reuniese toda la información ya publicada y los estudios que se estén llevando a cabo en relación al papel de las granjas en la agricultura medieval y los que se promovieran para tal fin.

En nuestra comunicación, nos acercaremos a algunas de aquellas granjas o al menos al lugar donde pudieron estar enclavadas en los monasterios enclavados en el viejo del Reino de León, para realizar un análisis arqueológico de su espacio natural y de los recursos que todavía hoy las acompañan.

Nos centraremos en dos conjuntos de granjas, para las que hemos acometido un estudio específico, aún en curso, para este Congreso.

Por un lado, las “granjas de la casa”, las más próximas al monasterio (in porta monasterii), que en la mayoría de los casos han dado origen a los pueblos que han llegado a nosotros. Lo más habitual ha sido hasta ahora el estudio de sus molinos, batanes y forjas. Nosotros, en cambio, las analizaremos en su relación con las redes de abastecimiento hidráulico (aguas limpias y aguas para uso económico) del cenobio, que se enmarca en un proyecto de investigación más amplio de la hidráulica cisterciense del Noroeste de la Península Ibérica. En algunos casos, vemos que la granja surge allí donde se produce la captación o derivación del agua, como en el monasterio de Oscos (Asturias) o en un lugar inmediato a la conducción de la misma (“El Outeiro” en el monasterio femenino de Gúa (Asturias) o al inicio de su explotación para mover las ruedas de un molino (San Martín de Castañeda, Zamora) o para controlar la pesca en un lago (el de Carucedo del cenobio de Carracedo (León), el lago de Sanabria en el de Castañeda o la Lagoa de Sobrado dos Monxes (A Coruña).

Por otra parte, completaremos el estudio iniciado en el Colloque de Troyes-Clairvaux sur “L’industrie cistercienne (XII-XXI siècle)” en septiembre de 2015, sobre las granjas destinadas al control de las canteras (pedrera, pedreram, pedreria, petraria, las denomina la documentación) como in Auellanda, ubi est grangia Petrarie del monasterio de Sobrado; las granjas y las minas de hierro (ferraría de Costantin, en Lugo o las de Melón y Oseira) y las salinas (grangiam de Villa Fafila et grangiam de Autero cum salinis, citadas en 1208) en relación con diversos monasterios, especialmente de Moreruela (Zamora).

**Palabras clave:** granjas cistercienses; hidráulica; minerales.

**Notas biográficas:**

Fernando Miguel Hernández, arqueólogo leonés y profesor de enseñanzas Medias del “Colegio Leonés” (León). Licenciado en Filosofía y Letras, Sección: Historia, Universidad de León (1982) y hoy doctorando de la Universidad de Oviedo, con la tesis doctoral: “Los sistemas hidráulicos de los monasterios cistercienses del Noroeste de España”.

Ha dirigido una treintena de excavaciones arqueológicas. Es un especialista de arqueología medieval, en particular de la arquitectura monástica. Es

autor de medio centenar de artículos científicos en congresos nacionales e internacionales y en revistas y publicaciones científicas, como: “Religiosidad y edificios religiosos en la España cristiana (siglos XII-XV): una síntesis desde la arqueología”, en *Territorio, Sociedad y Poder*, nº 7, 2012, y “Religions and Religious Building”, en *The Archaeology of Medieval Spain 1100-1500*, editado por M. Valor y A. Gutiérrez, Equinox, Sheffield-Bristol, 2014. Entre sus libros: *Introducción al mundo cisterciense*, *El convento de San Francisco Extrapontem* (Zamora), *El monasterio de San Martín de Castañeda* (Zamora), *Los monasterios cistercienses en la provincia de Zamora* (junto a Hortensia Larrén Izquierdo) y en 2014, *La última arquitectura de los descalzos*. Es autor de varios artículos en la monografía dedicada al monasterio de Moreuela: *Un monasterio en la historia del Císter*, coordinada por Hortensia Larrén Izquierdo. Sobre el tema del Congreso: “Explotación de recursos mineros y su transformación en los monasterios cistercienses del antiguo Reino de León” (colloque de Troyes-Clairvaux, 2015) (junto a Hortensia Larrén); “L’hydraulique des monastères du centre de l’Espagne de la filiation de Clairvaux, Cîteaux et Morimond” (Morimond, 2017, e.p.).

Hortensia Larrén Izquierdo, licenciada en Filosofía y Letras, especialidad en Historia Antigua y Medieval por la Universidad Autónoma de Madrid (Cursos 1974-75/1978-79). Desde 1987 ejerce como Arqueóloga en el Servicio Territorial de Cultura de la Junta de Castilla y León en Zamora, donde lleva a cabo las actividades propias de gestión del Patrimonio arqueológico que, en resumen, se centran en los siguiente puntos: Vocal de la Ponencia Técnica y Comisión Territorial de Patrimonio Cultural; Supervisora e inspectora de las obras de conservación y restauración del Patrimonio Cultural – Arqueológico, Etnológico y Monumental- de la provincia de Zamora; Redactora y supervisora de las memorias técnicas valoradas, proyectos e informes de las intervenciones arqueológicas en la provincia de Zamora y excavaciones urbanas en Cascos históricos y núcleos de población sin catalogar, así como de las obras de urgencia y proyectos en obras lineales. Miembro Correspondiente de la Real Academia de la Historia; Vocal de Arqueología en el Instituto de Estudios zamoranos “Florián de Ocampo” y miembro de la Institución “Gran Duque de Alba” de Ávila. Sus trabajos de investigación están centrados en arqueología del mundo tardorromano y medieval, con especial dedicación a los edificios monumentales y estudios ceramológicos, con casi un centenar de publicaciones en Congresos, monografías, conferencias, etc.; así mismo ha coordinado distintos cursos monográficos, ediciones de publicaciones científicas.

ficas y ha participado en montajes museísticos y, como, comisaria, en distintas exposiciones. En los últimos años lleva a cabo trabajos específicos en el mundo cisterciense, sola y en colaboración con Fernando Miguel Hernández en los monasterios zamoranos de Moreruela, Castañeda y Valparaíso.

**Artilugios hidráulicos cistercienses en la provincia de Zamora:  
tipología y evolución**

***Hortensia Larrén Izquierdo (Arqueóloga)***

***Luis Pichel Ramos (Arquitecto)***

***Fernando Miguel Hernández (Arqueólogo)***

**Resumen:**

Asociados a las actividades agropecuarias de la sociedad medieval y moderna, los artilugios hidráulicos – molinos, aceñas y pesquerías – han tenido una especial relevancia en el desarrollo de las mismas, bien hayan sido propiedad o no de los señores de la tierra. Y muchos de ellos, han tenido su razón de ser en las propias casas monásticas o en las granjas y los prioratos dispersos por sus dominios.

Su presencia en el medio geográfico se rastrea en las fuentes documentales, especialmente en las compras, donaciones o arriendos que nuestros monasterios hacen o reciben; pero de ellos no hay descripciones físicas que nos permitan tipificarlos. Algunos topónimos siguen siendo rastreables desde el siglo XII o incluso antes, sin embargo, la mayor parte de sus fábricas han sufrido importantes renovaciones y reconstrucciones. No en vano, las variaciones naturales de crecidas, anegaciones y épocas de sequías de los ríos y arroyos en los que se ubican, por supuesto incontrolables, han provocado importantes ruinas y pérdidas, cuyas huellas son, en casos ejemplares, bien perceptibles.

Así, asociados al monasterio de Valparaíso, tenemos registrados desde la duodécima centuria, los molinos de Entrambasaguas, en El Piñero; los de la Granja Florencia, hoy en término de Toro o el propio de la casa del Monasterio, donde todavía es posible contemplar una soberbia fábrica.

Algo similar ocurre con los pertenecientes a Moreruela: los molinos del priorato del Hoyo en Bretó y las aceñas de San Andrés y de los Frailes, junto a la granja del mismo nombre, el más alejado del otro priorato de Sogos, en Salamanca. Este conjunto es excepcional por las evidencias medievales con-

servadas, apesar de transformaciones recientes como minicentrales hidroeléctricas.

Por su parte, Castañeda mantiene los molinos más cercanos: Trefacio, San Ciprián, Castellanos y otros dispersos por las sierras de Carpurias y de la Culebra, como Villaferrueña y Doney de la Requejada.

Y el enfoque último se realiza con los datos extraídos de algunos mapas históricos de los siglos XVIII y XIX, através de los cuales conocemos los últimos momentos de su vida, dado el estado de pérdida que la mayor parte de ellos tienen en la actualidad.

**Palabras clave:** molinos; aceñas; pesqueiras; monasterios cistercienses.

**Notas biográficas:**

Fernando Mguel Hernández, Arqueólogo leonés y profesor de enseñanzas Medias del “Colegio Leonés” (León). Licenciado en Filosofía y Letras, Sección: Historia, Universidad de León (1982) y hoy doctorando de la Universidad de Oviedo, con la tesis doctoral: “Los sistemas hidráulicos de los monasterios cistercienses del Noroeste de España”.

Ha dirigido una treintena de excavaciones arqueológicas. Es un especialista de arqueología medieval, en particular de la arquitectura monástica.

Es autor de medio centenar de artículos científicos en congresos nacionales e internacionales y en revistas y publicaciones científicas, como: “Religiosidad y edificios religiosos en la España cristiana (siglos XII-XV): una síntesis desde la arqueología”, en *Territorio, Sociedad y Poder*, n.º 7, 2012, y “Religions and Religious Building”, en *The Archaeology of Medieval Spain 1100-1500*, editado por M. Valor y A. Gutiérrez, Equinox, Sheffield-Bristol, 2014. Entre sus libros: *Introducción al mundo cisterciense*, *El convento de San Francisco Extrapontem* (Zamora), *El monasterio de San Martín de Castañeda* (Zamora), *Los monasterios cistercienses en la provincia de Zamora* (junto a Hortensia Larrén Izquierdo) y en 2014, *La última arquitectura de los descalzos*. Es autor de varios artículos en la monografía dedicada al monasterio de Moreruela: *Un monasterio en la historia del Císter*, coordinada por Hortensia Larrén Izquierdo.

Sobre el tema del Congreso: “Explotación de recursos mineros y su transformación en los monasterios cistercienses del antiguo Reino de León” (colloque de Troyes-Clairvaux, 2015) (junto a Hortensia Larrén); “L’hydraulique des monastères du centre de l’Espagne de la filiation de Clairvaux, Cîteaux et Morimond” (Morimond, 2017, e.p.).

**Hortensia Larrén Izquierdo**, Licenciada en Filosofía y Letras, especialidad en Historia Antigua y Medieval por la Universidad Autónoma de Madrid (Cursos 1974-75/1978-79). Desde 1987 ejerce como Arqueóloga en el Servicio Territorial de Cultura de la Junta de Castilla y León en Zamora, donde lleva a cabo las actividades propias de gestión del Patrimonio arqueológico que, en resumen, se centran en los siguiente puntos: Vocal de la Ponencia Técnica y Comisión Territorial de Patrimonio Cultural; Supervisora e inspectora de las obras de conservación y restauración del Patrimonio Cultural – Arqueológico, Etnológico y Monumental- de la provincia de Zamora; Redactora y supervisora de las memorias técnicas valoradas, proyectos e informes de las intervenciones arqueológicas en la provincia de Zamora y excavaciones urbanas en Cascos históricos y núcleos de población sin catalogar, así como de las obras de urgencia y proyectos en obras lineales. Miembro Correspondiente de la Real Academia de la Historia; Vocal de Arqueología en el Instituto de Estudios zamoranos “Florián de Ocampo” y miembro de la Institución “Gran Duque de Alba” de Ávila. Sus trabajos de investigación están centrados en arqueología del mundo tardorromano y medieval, con especial dedicación a los edificios monumentales y estudios ceramológicos, con casi un centenar de publicaciones en Congresos, monografías, conferencias, etc.; así mismo ha coordinado distintos cursos monográficos, ediciones de publicaciones científicas y ha participado en montajes museísticos y, como, comisaria, en distintas exposiciones. En los últimos años lleva a cabo trabajos específicos en el mundo cisterciense, sola y en colaboración con Fernando Miguel Hernández en los monasterios zamoranos de Moreruela, Castañeda y Valparíso.

Luis Pichel Ramos. Zamora, julio de 1972. Licenciatura en Arquitectura Superior especialidad de Edificación por la Universidad de Valladolid. 1990 - 2001. Experiencia profesional: Trabajo con proyecto y trabajos de arquitectura desde el año 1992. Administración pública. Desde el año 2002 desempeño el puesto de arquitecto del Servicio Territorial de Cultura de Zamora de la Junta de Castilla y León. Impartición de cursos. “Criterios y procedimientos de intervención y gestión del patrimonio cultural: los conjuntos históricos”. Ávila. 2010. “Arquitectura del agua”. Feria de la Restauración del Arte y del Patrimonio. Valladolid. 2010. “Documentación y protección de ingenios hidráulicos en la provincia de Zamora”. Zamora. 2011. Con Hortensia Larrén Izquierdo “Los archivos y la intervención sobre los bienes culturales”. Ponferrada. 2013. “Nuevas tecnologías aplicadas a la documentación y al conocimiento del

patrimonio cultural de Castilla y León". Valladolid. 2016. Publicaciones: Documentación de la Guía de Arquitectura de Zamora. Colegio Oficial de Arquitectos. 2004. Con Hortensia Larrén Izquierdo. Seminario Internacional "O Patrimonio Histórico-Cultural da região de Bragança/Zamora". Braganza. 2004, pág 67-88. "Genealogía reciente de la recuperación arquitectónica monumental del monasterio de Moreruela". En H. Larrén Izquierdo (coord.): Moreruela un monasterio en la historia del Císter Junta de Castilla y León., Salamanca, 2007, p. 495-519. Con H. Larrén: Guía de bienes culturales de la provincia de Zamora. Junta de Castilla y León. 2010. "La recuperación del olvidado puente romano de Gema del Vino (Zamora)". Anuario del Instituto de Estudios Zamoranos Florián de Ocampo nº30. Zamora. 2015, págs. 371-373.

**Estudio de la cantería medieval reutilizada en la reforma barroca del monasterio de Santa María de Moreruela**

***Elena Palacios Izquierdo (Arquitecto); [elenapalaciosizquierdo@gmail.com](mailto:elenapalaciosizquierdo@gmail.com)***

***Alejandro Vieites Diego (Arquitecto); [alejandrovieites@gmail.com](mailto:alejandrovieites@gmail.com)***

**Resumen:**

Durante las obras de intervención en el Refectorio, Cilla, Sala de Monjes y Sacristía Nueva, espacios ubicados en las pandas este y norte del Monasterio de Santa María de Moreruela (2016-17), y aprovechando la instalación de los andamiajes de obra, se lleva a cabo un estudio de las fábricas que conforman las estructuras de las zonas intervenidas.

Este proyecto, se realizó en varias fases; toma de datos *in situ* de cada una de las piezas (medidas, labra, inscripciones...) ubicándolas en la planimetría del recinto, creación de un fichero individualizado de las diferentes piezas estudiadas para finalmente analizar la información.

El punto de partida para la correcta toma de datos fue la planimetría de los alzados y secciones existentes en el proyecto de ejecución en la cual era directo referenciar la ubicación de cada una de las piezas reutilizadas.

Partiendo de los planos y de la precisa información del estado actual de los elementos sobre los que íbamos a realizar nuestro estudio, se procedió a una división de las diferentes partes dentro de las áreas de intervención, separando la toma de datos en función de las salas a analizar, debido a la gran cantidad de información existente.



Hay que tener en cuenta que nuestro trabajo era paralelo a las obras que se estaban realizando, por lo que tenía que ir organizado acorde al curso de la obra, sin interferir en el trabajo de los operarios. Una vez divididas las zonas se procedió a la toma de datos consistente en observar todas las partes accesibles de cada elemento y dibujar, acotar y tomar fotografías de aquellas piezas que contuviesen alguna característica especial, como las marcas de cantería, piedras con una tipología marcadamente diferente o piedras que muestran signos de labra medieval, ya sea por las marcas de la herramienta en sus caras o por sus diferentes molduras.

Una vez realizada la toma de datos de las piezas, se sitúan dentro de la zona onde se encontraba y su dimensionado y fotografía para luego poder realizar un análisis detallado de cada pieza.

Durante el trascurso de esta toma de datos nos fuimos dando cuenta de la gran cantidad de piezas reutilizadas originales del momento medieval que conforman los muros y las diferentes partes del Monasterio y la potencial información que nos podían aportar, por lo que se procedió a fijar los principales criterios en los que pretendíamos basar nuestro trabajo.

Se puede observar que el muro sur del Refectorio y la Cilla es el lugar donde más piezas aparecen, debido a su situación en torno al claustro medieval.

Se creó un modelo de ficha individualizada para el trabajo de campo y que permitiera posteriormente la transcripción final de la información obtenida así como la asimilación de las características comunes entre ellas y que en futuras intervenciones

puedan utilizarse para completar el estudio.

En ellas se refleja: – Ubicación en plano de la pieza; – Dibujo detallado de la pieza; – Fotografía; – Medidas; – Características y estado de conservación; – Tipo de material; – Labra; – Inscripciones, labra o talla; – Tipología; – Asimilación y correlación con otras.

La asociación entre las diferentes unidades incorpora datos sobre los elementos constructivos y sus dimensiones originales. Así, ahora podemos documentar y plantear una reconstrucción planimétrica, por ejemplo, del claustro medieval, con sus capiteles, fustes, basas...

**Palabras clave:** Moreruela; Cantería; Reutilizada.

**Notas biográficas:**

Alejandro Vieites Diego, arquitecto. ETSAC (Universidade da Coruña).

2017. Experiencia profesional en intervenciones en edificios historicos. 2013.01 – 2018.02 Arquitecto colaborador. Estudio de arquitectura Leocadio Peláez. Participación en diferentes obras de restauración y rehabilitación: – Proyecto de consolidación y adecuación de las salas noroeste del Alcázar de Toro para sala de exposiciones. Toro, Zamora. 2017-18. – Proyecto de obras consolidación de la Cilla, Sala de Monjes y Sacristía Nueva del Monasterio de Santa María de Moreruela. Granja de Moreruela, Zamora. 2015-17. – Proyecto de obras consolidación de la Iglesia de Nuestra Señora de la Asunción de Valdefinjas, Zamora. 2013-15 Cursos realizados sobre patrimonio historico. 2016.04 Arte en Zamora XI. Artes y Artistas entre las Edades Media y Moderna en Toro y su entorno 2017.03 Arte en Zamora XII. Paisajes monumentales cercenados: Patrimonio Histórico-Artístico Explotado y Desplazado 2017.04 Técnicas de levantamiento y documentación de elementos arquitectónicos. Aplicación a las bóvedas góticas PONENCIAS IMPARTIDAS: 2017.03 “Valoraciones y mediciones en edificios históricos”. En curso sobre informes periciales. USAL, Zamora. 2017.05 “Documentación y tomas de datos en edificios Históricos, metodología e interpretación”, en curso sobre intervenciones en edificios históricos. USAL, Zamora.

Elena Palacios Izquierdo, arquitecto. ETSAC (Universidade da Coruña). 2015. Experiencia profesional en intervenciones en edificios históricos. 2013.01 - 2018.02 Arquitecto colaborador. Estudio de arquitectura Leocadio Peláez. Participación en diferentes obras de restauración y rehabilitación: – Proyecto de consolidación y adecuación de las salas de la crujía norte y oeste del Alcázar de Toro para salas de exposiciones. Toro, Zamora. 2017-18. – Proyecto de obras consolidación de la Cilla, Sala de Monjes y Sacristía Nueva del Monasterio de Santa María de Moreruela. Granja de Moreruela, Zamora. 2015-17. – Proyecto de obras consolidación de la Iglesia de Nuestra Señora de la Asunción de Valdefinjas, Zamora. 2013-15 2016.01 – 2016.06 Arquitecto en Design Team Studios, Portsmouth (Inglaterra) Cursos realizados sobre patrimonio histórico. 2016.04 Arte en Zamora XI. Artes y Artistas entre las Edades Media y Moderna en Toro y su entorno 2017.03 Arte en Zamora XII. Paisajes monumentales cercenados: Patrimonio Histórico-Artístico Explotado y Desplazado PONENCIAS IMPARTIDAS: 2017.03 “Valoraciones y mediciones en edificios históricos”. En curso sobre informes periciales. USAL, Zamora. 2017.05 “Documentación y tomas de datos en edificios Históricos, metodología e interpretación”, en curso sobre intervenciones en edificios históricos. USAL, Zamora.

**A inovação do agro-sistema cisterciense de Alcobaça  
nos séculos XVII-XIX**

**António Valério Maduro** (*Instituto Universitário da Maia; CETRAD/  
UTAD*); [avmaduro@gmail.com](mailto:avmaduro@gmail.com)

**Resumo:**

Com o presente trabalho temos como objetivo prioritário analisar as transformações operadas pelos cistercienses na estrutura agrária das terras coutadas de Alcobaça. Pretendemos caracterizar a paisagem produtiva do domínio senhorial, os novos planos de reordenamento agrícola do território impulsionados pelo mosteiro, assim como a incorporação na paleta de culturas tradicionais das novas plantas importadas do novo mundo. A nova racionalidade de exploração da terra obriga à aprendizagem e incremento de novos métodos e técnicas de trabalho, ao cuidado com a adequação da cultura ao solo, a uma reformulação dos sistemas de consociação, rotação e alternância cultural, a uma maior utilização do gado de canga e alfaías pesadas na lavoura, a privilegiar as culturas de regadio em detrimento do sequeiro. As inovações culturais sejam elas ancoradas nas culturas seculares ou do novo mundo beneficiam de um entendimento comum, a de uma economia de escala. Verifica-se, aliás, uma atrofia do espaço dos incultos para responder não só à pressão da arte agrícola como, concomitantemente, ao peso do fator humano sobre o território. Na realidade, o impacto de uma filosofia mercantilista aliado a um espírito de ilustração e modernidade agronómica exprime-se na adesão a novas culturas de superior rentabilidade, assim como a uma especialização e intensificação das culturas estabelecendo-se um novo complexo agropecuário. Como resultado ampliam-se as rendas e animam-se as relações comerciais, multiplicam-se as populações de forma sustentável e a dieta alimentar torna-se mais abundante e diversa.

**Palavras-chave:** Cister; Alcobaça; História Rural; olival; milho maiz.

**Nota biográfica:**

António Valério Maduro é doutor em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra. É investigador principal no CETRAD/UTAD – Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (I&D 4011 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia/FCT – Portugal), colaborador do CHSC/FLUC (Centro de História da Sociedade e da Cultura) e do CEDTUR/ISMAI

(Centro de Estudos de Desenvolvimento Turístico). Secretário e editor da revista PASOS. Journal of Tourism and Cultural Heritage (presente na Web of Science; “ISI”). É associado da Rural/Report - Rede de História Rural, da SPER - Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais e da APAI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial e faz parte da Comissão Instaladora do Museu do Vinho de Alcobaca. É também sócio da ADEPA e da AMA. Autor de diversas publicações. A sua área de investigação aborda os seguintes temas: História Rural, Cister, Enoturismo, Património Industrial e Cultural. Outras informações curriculares em:

[https://www.researchgate.net/profile/Antonio\\_Maduro](https://www.researchgate.net/profile/Antonio_Maduro)

<https://ismai.academia.edu/AntonioMaduro>

[www.degois.pt/visualizador/cv.jsp?key=6370862504844805](http://www.degois.pt/visualizador/cv.jsp?key=6370862504844805)

**O mosteiro de Seiça na Época Moderna: configuração do regime senhorial.**

***Margarida Sobral Neto (Universidade de Coimbra/CHSC)***

**Resumo:**

O objetivo da nossa comunicação é caracterizar a configuração do regime senhorial do Mosteiro de Seiça na época moderna nas seguintes facetas: domínio territorial e formas de exploração da terra; poderes e privilégios senhoriais; e relações entre a Casa Monástica e as comunidades que habitavam nos seus territórios.

**Nota Biográfica:**

Margarida Sobral Neto é Professora Associada com agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Doutorou-se na área de História Moderna e Contemporânea, em 1992. Lecciona disciplinas de licenciatura e seminários de mestrado e doutoramento na área da História Moderna. É membro integrado do Centro de História da Sociedade e da Cultura. É coordenadora científica do Centro de História Local e Regional Salvador Dias Arnaut (Penela). É diretora do mestrado em Política Cultural Autárquica. É académica correspondente da Academia Portuguesa de História. Pertence, desde a sua fundação, à Associação de História Económica e Social.

Integra a Association d’Histoire des Sociétés Rurales. É consultora da rede Proprietas. As suas publicações situam-se fundamentalmente nas se-

guintes áreas: História Rural (em particular no âmbito do regime senhorial); História dos poderes locais, História das comunicações postais e Historiografia.

Outras informações curriculares em:

[https://www.google.pt/search?q=Margarida+Sobral+NetoDeGois&ie=utf-](https://www.google.pt/search?q=Margarida+Sobral+NetoDeGois&ie=utf-8&oe=utf-8&rls=org.mozilla:pt-PT:official&client=firefox-a&gws_rd=cr)

[8&oe=utf-8&rls=org.mozilla:pt-PT:official&client=firefox-a&gws\\_rd=cr](https://www.google.pt/search?q=Margarida+Sobral+NetoDeGois&ie=utf-8&oe=utf-8&rls=org.mozilla:pt-PT:official&client=firefox-a&gws_rd=cr)

<https://coimbra.academia.edu/MargaridaSobralNeto/Papers>

[https://www.researchgate.net/profile/Margarida\\_Neto](https://www.researchgate.net/profile/Margarida_Neto)

### **A implantação do mosteiro de S. João de Tarouca e as suas relações com a “terra” de Tarouca (séc. XII a XIII)**

***Gonçalo Santos Pedrosa (estudante do 1.º ciclo de História)***

#### **Resumo:**

Os mosteiros cistercienses tiveram um importante papel no arroteamento de terras e na fixação populacional ao longo do processo da reconquista. O estabelecimento de uma comunidade religiosa, embora pretendesse retirar-se “do mundo” para melhor viver a sua fé sentiu, ao longo do crescimento da sua comunidade e dos bens do qual se tornava detentora (através de testamentos, doações, compras ou escambos), a necessidade de mão-de-obra que trabalhasse os campos. O cenóbio tornava-se, deste modo, um pólo atractivo para a fixação de população, pois oferecia protecção e um campo alargado de acção à comunidade que se ia agregando junto do mosteiro. Criavam-se vínculos entre os homens e os monges que contribuíram para o engrandecimento de muitos mosteiros e o desenvolvimento de muitas povoações em seu redor.

Propomo-nos a estudar um caso prático, o mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. Através do cartulário *Taraucae Monumenta Historica*, com leituras, sumários e notas de A. De Almeida Fernandes, prestando-nos a analisar os “Documentos de ‘terra’ de Tarouca” no intuito de estabelecer ligações entre o mosteiro e os bens e as gentes que o mesmo detinha no local da sua sede e termo, dos séculos XII e XIII.

Com este pequeno estudo pretendemos compreender as relações estabelecidas entre os monges e as gentes, tentar compreender o modo como o mosteiro assegurava a sua primazia e reforçava o seu poder junto das suas propriedades e as evidências, como nos sugere alguns documentos, da pre-

sença de 'indústrias' nas terras de Tarouca possuídas e mantidas pelo Mosteiro de S. João de Tarouca.

**Palavras-chave:** Cister; cartulário; indústria.

**Nota biográfica:**

Gonçalo Santos Pedrosa é aluno do 1.º Ciclo de Estudos em História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Actualmente encontra-se no 3.º ano da Licenciatura em História. Apesar do seu curto currículo académico, permite-se salientar a colaboração em secretariados executivos e comissões organizadoras de congressos e colóquios, em parcerias com Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, com o Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Coimbra, com a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com a Confraria da Rainha Santa Isabel, entre outros. Em iniciação à investigação salienta-se a colaboração consecutiva nos anos de 2016 e 2017, sob orientação científica da prof. Doutora Maria José Azevedo Santos, na Noite Europeia dos Investigadores realizada no Museu da Ciência da UC com o "Paleografia: Investigadores 'de Pena e Lupa' "; bem como destaca a sua participação no 4.º Forum-Estudante em Histórias e Culturas da Alimentação com a apresentação da comunicação "Biscouto 'o pão nosso de cada dia'... nas viagens da expansão" e no 4.º Colóquio DIAITA – Luso-Brasileiro de História e Culturas da Alimentação com a comunicação: "O relato do exótico das Índias Portuguesas: a fruta – 'regalo para uns, exótico para outros'".

**Saint-Maurice de Carnoët (Finistère, France): une abbaye cistercienne entre terre et mer**

**Joséphine Rouillard\*, Gwenael Guillouzouic\*\*, Paul Benoit\*\*\*\***

**\* Docteur en histoire médiévale - Abbaye Saint-Maurice de Carnoët, municipalité de Clohars-Carnoët (Finistère, France)**

**\*\* Garde du Littoral – Abbaye Saint-Maurice de Carnoët, municipalité de Clohars-Carnoët**

**\*\*\* Professeur honoraire, université Paris 1 Panthéon-Sorbonne**

**Résumé:**

Terre monastique depuis le très haut Moyen Âge, la Bretagne accueille

des Cisterciens à partir des années 1130; au total, douze abbayes vont s'élever dans des forêts isolées, des landes sauvages ou à l'embouchure de fleuves. L'abbaye Notre-Dame puis Saint-Maurice de Carnoët doit son existence aux libéralités du duc de Bretagne Conan IV, ainsi qu'à la personnalité charismatique de son premier abbé. En 1177, les premiers moines guidés par Maurice Duault, jusque-là abbé de Langonnet, arrivent sur le lieu octroyé par le duc : une petite vallée encaissée et humide, à la confluence d'un ruisseau avec la Laïta, fleuve subissant l'influence des marées.

Si les sources écrites sont trop pauvres pour nous enseigner toute l'histoire des Cisterciens de Carnoët, le lieu lui-même offre au chercheur un terrain vierge d'investigation et remarquable pour comprendre l'interaction homme-milieu. Cette première approche tente de percevoir à quel point les moines blancs ont dû apprivoiser la nature, afin de profiter de tout son potentiel : modification complète du cours d'eau pour créer des étangs d'eau douce et d'eau saumâtre, élévation de digues monumentales, captation des eaux de ruissellement de la forêt pour alimenter les bâtiments claustraux. Les édifices monastiques n'auraient pu s'élever, sur des terrasses artificielles, sans cette transformation globale du lieu. Droits de pêche, droits sur les bateaux de commerce maritime, influence des marées jusque dans l'étang de l'abbaye, les moines blancs entretiennent un lien particulier non seulement avec les cours d'eau, mais aussi avec l'océan si proche

#### **Note biographique:**

Joséphine Rouillard, docteur en histoire médiévale de l'université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Joséphine Rouillard est spécialiste des techniques hydrauliques monastiques, en particulier cisterciennes. Depuis plus de vingt ans, elle a étudié de nombreux sites cisterciens en collaboration avec le Professeur Paul Benoit, notamment dans les régions qui ont vu naître l'Ordre, en Bourgogne, Champagne et Franche-Comté. Grâce à des programmes de recherche internationaux sur l'histoire de l'eau aux époques anciennes et des collaborations avec des enseignants-chercheurs portugais, ses recherches l'ont également fréquemment amenée au Portugal. Joséphine Rouillard est actuellement en mission de recherche historique et archéologique à l'abbaye Saint-Maurice (municipalité de Clohars-Carnoët, Finistère, France).

Gwenaél Guillouzouic, garde du Littoral (Conservatoire du Littoral), Gwenaél Guillouzouic dirige le site de l'abbaye Saint-Maurice pour la municipalité de Clohars-Carnoët depuis vingt ans. Depuis l'acquisition du site

par le Conservatoire du Littoral (établissement public) dans les années 1990, il a accompagné la restauration des bâtiments claustraux et assuré la gestion du domaine forestier afin de préserver l'héritage des moines cisterciens. Au-delà d'une connaissance parfaite de l'abbaye et de l'interaction entre le site monastique et l'estuaire, G. Guillouzouic s'est attaché à retrouver les traces des activités cisterciennes à Saint-Maurice afin de préserver ce patrimoine et le partager avec un large public.

Paul Benoit, professeur honoraire de l'université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paul Benoit est spécialiste de l'histoire et de l'archéologie des techniques du Moyen Age et de la Renaissance. Depuis des dizaines d'années, il a étudié de nombreux sites cisterciens en France et à l'étranger, pour mettre en évidence leur patrimoine et leur histoire matérielle (métallurgie, carrières, artisanat, hydraulique...). Le site de l'abbaye Saint-Maurice de Carnoët, dont jamais l'histoire et l'archéologie n'ont encore été mises en valeur, a attiré son attention et il participe désormais aux travaux de recherche en cours.

**Los patrimonios de los monasterios cistercienses de Galicia:  
composición y mecanismos de control (siglos XVI-XIX)\*  
*Pegerto Saavedra (Universidad de Santiago de Compostela)***

\* Trabajo realizado en el marco del proyecto de Investigación HAR2014--52667-R, financiado por el Ministerio de Economía y Competitividad del Gobierno de España. Las referencias archivísticas y bibliográficas completas figurarán en la versión definitiva del texto.

**Resumen:**

Que Galicia fue en las épocas medieval y moderna un territorio con abundantes monasterios de la orden de San Benito es asunto bien conocido, y aún hoy, afortunadamente, pueden admirarse algunos edificios de bella y espectacular fábrica, como Oseira o Sobrado, Ribas de Sil o Samos, San Matíño Pinario o San Paio de Santiago, mientras otros esperan por una restauración que les libre de la ruina (Monfero, Melón, Oia). En sus 29.500 Km<sup>2</sup>, un 5,8 por cien de la superficie española, Galicia concentraba en la Edad Moderna 14 monasterios cistercienses y 10 benitos, de los cuales sólo uno entre los primeros y dos entre los segundos eran de monjas. En los masculinos residía en el siglo XVIII un tercio de los religiosos de cogulla blanca de toda España y una cuarta parte de los de cogulla negra. Las comunidades del Císter salvo la pequeña de Penamaior, todas a la rama de Clairvaux se habían



fundado o afiliado a la orden entre 1140 y mediados del XIV. Una dura y en ocasiones violenta reforma, impulsada por los monarcas Isabel y Fernando y Carlos V, obligó a los monasterios a incorporarse a la llamada Sagrada Congregación de San Bernardo y Observancia de Castilla, que estableció su sede en el monasterio vallisoletano de Palazuelos, en donde cada tres años, o cuatro desde 1759, se reunía el capítulo general, que renovaba todos los cargos, desde los abades al de General Reformador, definidores y visitadores que le asistían. Si antes cada comunidad era independiente y las abadías tenían carácter vitalicio, después de la reforma los empleos eran trienales (o cuatrienales), en su elección alcanzaba un protagonismo decisivo la cúpula de la Congregación, y los monasterios se gobernaban por las Definiciones, unas constituciones en lo fundamental elaboradas a mediados del XVI, y que regulaban desde la alimentación hasta la forma de llevar la contabilidad de ingresos y gastos.

No es extraño que los monasterios se resistieran tenazmente a entrar en la Congregación, y de hecho el proceso de reforma se prolongó a lo largo de medio siglo, desde 1498, año en que adhiere el primero, Sobrado, hasta 1547 en que lo hace Oia, el último en someterse. Ante el apoyo de los monarcas a la Congregación poco importaba que el Capítulo General del Císter no llegase jamás a reconocerla. Al contrario, de modo rutinario la calificó en las sucesivas reuniones de cismática, pues tal era su origen, obra del ambicioso, inquieto y embaucador monje del monasterio de Piedra Martín de Vargas (†1438): “sub habito vulpino multa falsa et mendosa contra reiveritatemedistis ad intelligendum Domino nostro Summo Pontifice Eugenio Papae IV. Hasta su desaparición con la Revolución de 1789, el Capítulo General del Císter nunca aceptó, por tanto, la separación de los monasterios de la corona de Castilla y de Portugal agrupados estos en la Congregación de Alcobaça y en sus juntas de carácter trienal renovaba con la debida solemnidad la excomunión de todos y cada uno de los abades inobedientes al antiguo instituto.

Aunque no nos ocupamos en este trabajo de las luchas que hubo en el seno de la Congregación por la distribución de cargos entre los diferentes monasterios, que culminaron con verdadero cisma en la década de 1730, conviene indicar que es en la etapa final del Antiguo Régimen cuando los hijos de los monasterios gallegos alcanzaron un mayor protagonismo tanto en la cúpula de la Congregación como en los empleos de abades, lo que deriva de los acuerdos que en 1738 pusieron fin a las disputas internas y sobre todo, de la mejor situación económica de las abadías gallegas, mucho menos afectadas por la crisis de fines del XVIII y del primer tercio del XIX que

las castellanas debido a las formas de explotación de sus patrimonios y a la menor oposición social al pago de rentas.

Las donaciones reales, de la nobleza y de otras personas y familias y las adquisiciones permitieron a los monasterios acumular extensos y dispersos patrimonios territoriales, que explotaron cediéndolos a los campesinos en foro, un “contrato” de larga duración que dejaba a los colonos gran capacidad de maniobra en el manejo y transmisión de los bienes. En el siglo XIV no queda rastro de explotación directa, salvo en el caso de algunas viñas y huertas.

Al generalizar el foro los monasterios gallegos se convirtieron en meros perceptores de rentas, lo que queda patente en la documentación de sus propios archivos o en la de otra procedencia, como el célebre catastro de Ensenada de 1749-53: significativamente son los propios campesinos quienes declaran, como propietarios del útil, las tierras que cultivan pertenecientes al directo dominio de las comunidades monásticas, a las que pagan cargas en especie. Sólo cuando las tienen cedidas en arriendo las declaran los monasterios, porque entonces los colonos carecen de derechos sobre ellas, lo que únicamente acontece en parroquias del litoral cantábrico, en donde desde fines del XVII los foros fueron transformados en contratos de corta duración, pero esta diversidad de contratos no altera el carácter rentista de las instituciones monásticas. Igual sucedía en el norte de Portugal, pero no en ambas Castillas, en donde los cistercienses optaron desde fines del XVI por cultivar con jornaleros una porción significativa de su patrimonio, práctica que jesuitas, jerónimos y cartujos casi generalizaron en el sur de la península (Villares, 1981; Amalric y Ponsot, 1985; López Martínez, 1992 y Mota, 2006).

Debido a lo que queda señalado, no resulta extraño que dispongamos de abundante información sobre la cuantía y tipo de rentas de las abadías y de sus prioratos, y en cambio desconozcamos la extensión total de los dominios. Pero a la vez, como las rentas son heterogéneas en su composición parece imposible hallar un único indicador que sirva para convertirlas y compararlas.

Los patrimonios de los monasterios se estimaban, por tanto, a partir de las rentas que cobraban año a año, pero los monjes estaban obligados a tratar de controlar las tierras sobre las que pesaban tales rentas, y esto, en apariencia fácil, era sin embargo enormemente trabajoso y costoso, porque los dominios estaban dispersos y a menudo interpolados con los de otros señores o con tierras propias de campesinos. A la vez, el crecimiento demográfico, espectacular en las comarcas del maíz, dio origen a una extraordinaria parcelación del terrazgo, y si a ello se añaden la expansión del

espacio labrado y los cambios en los tipos de cultivos, con facilidad se colige que en el curso de la Edad Moderna el paisaje agrario se transformó a veces de modo radical. Además, con o sin autorización de los directos dominios, los campesinos que llevaban tierras en foro las dividían entre herederos, las trocaban, hipotecaban, cedían o vendían, de modo que al cabo de una, dos o tres generaciones, no resultaba fácil identificar los bienes que en un momento determinado recibiera en foro una familia y que con el tiempo acabaron pulverizados en manos de muchas (Villares, 1982).

En el siglo que va de 1560 a 1660 los monasterios primero reorganizaron los archivos y a continuación realizaron cientos de apeos, algunos muy abultados y costosos, por la resistencia de los campesinos a reconocer el directo dominio de los monjes. Sin embargo, después de este esfuerzo a veces descomunal por el volumen documental que generó, doblado el siglo XVII renunciaron casi por completo a semejantes operaciones, y optaron por otros medios de control, como las relaciones exhaustivas de colonos con la renta anual que debían pagar y sobre todo en la primera mitad del XVIII también trataron de convertir los foros en arriendos, para impedir que los campesinos oscureciesen el dominio con partijas, trueques y compraventas, operaciones que no podían realizar si llevasen las tierras en arriendos de corta duración. Desde el punto de vista legal nada impedía que concluido un foro por muerte de la última voz o del tercer rey, los directos dominios estuviesen en condiciones de optar por los arriendos, pero la turbulenta oposición de las comunidades campesinas, de clérigos rurales y de la pequeña nobleza al cambio obligó a la monarquía a intervenir, y Carlos III, en disposiciones de 1763 y 1785, impidió a los monasterios cistercienses y benitos desahuciar a los colonos cuyo contrato caducara. Estas medidas sancionaban, a la postre, el triunfo del derecho útil sobre el directo, como sucedió en otras partes de Europa. Cegada la vía de los arriendos, los monjes hubieron de acudir a los prorrateos (Villares y Díaz-Castroverde, 1997).

En realidad los monasterios abandonaron la elaboración de apeos porque, aparte de ser cada vez más costosos y difíciles de culminar, a la postre resultaban inútiles como pruebas de dominio, porque las tierras de una explotación descritas, por ejemplo, en 1590, pasadas pocas décadas eran irreconocibles por las causas señaladas antes. Las continuas mudanzas que registra el paisaje agrario contribuyen a explicar también por qué en los apeos no hay cartografía alguna, al revés de lo que sucede en Inglaterra e Irlanda con los state-maps y en Francia con los plansterriers. Los mapas se utilizaban

para representar patrimonios cuya fisonomía cambia poco a lo largo del tiempo, por lo mismo carecía de sentido “pintar” un paisaje complejo y en continua transformación como el de Galicia. Es cierto que no existía, ni siquiera a mediados del XVIII cuando se efectúa el catastro de Ensenada, un cuerpo de agrimensores con capacitación técnica, pero de haberlos necesitado, los monasterios los habrían buscado en otros lugares, e incluso habrían formado a tal efecto a monjes, pues también los había maestros de obras (Beauroy, 2002; Saavedra, 2013).

En todo caso, los archivos monásticos, aun habiendo sufrido diversas pérdidas, acreditan el enorme esfuerzo que desde mediados del XVI llevaron a cabo los religiosos para controlar un patrimonio territorial cuya fisonomía cambiaba a menudo continua e intensamente. Tumbos, voluminosos apeos, libros de foros con índices detallados, memoriales cobradores, son el resultado del empeño por tener identificadas las parcelas, con su posesor y su renta. Por las razones expuestas, los apeos fueron abandonados, pues para ser efectivos deberían actualizarse cada muy pocos años, para registrar la fragmentación y parcelación de las tierras. Para ir a la raíz del problema, los monjes intentaron convertir los foros en arriendos, con lo que los campesinos quedarían sin la capacidad que les daba la propiedad del útil para disponer de las haciendas que cultivaban, pero la resistencia de colonos, hidalgos y clérigos, apoyados por el Consejo de Castilla, frustró el proyecto.

Por ello, después de desistir tempranamente de la realización de apeos, y ver que los foros no sólo no se iban a convertir en arriendos, sino que de hecho perdían su carácter temporal, los monasterios, y no sólo ellos, recurrieron fundamentalmente a los prorrateos para garantizar la cobranza de las rentas, mediante la identificación de la tierra sobre la que pesaban y de su cultivador, que a la vez debía figurar en los minuciosos libros cobradores elaborados con carácter nominal. Puede decirse al respecto que si los años que van de 1550/60 a 1650/60 constituyen el siglo de los apeos, los de 1740/50 a la exclaustación lo son de los prorrateos.

Día a día, los monjes encargados de la cobranza de rentas, en especial los destacados en los prioratos, y del archivo debían luchar sin descanso contra la llamada por ellos “malicia campesina”, y si damos crédito a sus quejas reiteradas sobre pérdidas de hacienda y de ingresos habría que concluir que su esfuerzo tuvo escaso éxito. Pero las contabilidades prueban que los monasterios llegaron a la exclaustación de 1835 percibiendo sin mayores problemas, salvo en unas pocas administraciones, las rentas forales al completo y también los diezmos

mayores. Incluso después del Trienio los libros de panera, bodega, caja y prioratos reflejan una normalidad asombrosa (Rionegro Fariña, 1998; Seijas Montero, 2009; Saavedra, 2017) Y es que, aunque parezca una paradoja – cuya explicación exigiría bastantes páginas –, en la Galicia del Antiguo Régimen el poder de las instituciones y familias rentistas no estuvo reñido con la fortaleza del campesinado que las sostenía mediante el pago de foros y diezmos, que era relativamente homogéneo, estaba asegurado en el usufructo de la tierra y controlaba los dilatados montes comunales.

Los monasterios pudieron beneficiarse de la expansión demográfica y agraria del XVI-XVII, pero como su economía se basaba en ingresos en especie en su mayor parte difíciles de modificar a corto plazo, su situación financiera venía determinada a la postre por la fluctuación unos precios que tampoco controlaban. Con todo, en la etapa final del Antiguo Régimen, por circunstancias políticas y sociales, atravesaron una situación mucho menos grave que los monasterios y conventos del centro y sur peninsular: no les afectó la primera y desastrosa exclaustación de 1809, ni los estragos en inmuebles, cosechas y ganados que sufrieron los regulares que explotaban directamente una parte significativa del patrimonio; tampoco debieron hacer frente a una oposición significativa del campesinado y de otros sectores sociales. De hecho, durante la guerra contra Napoleón muchos monjes de Castilla y León se refugiaron en prioratos y abadías de Galicia, y no por casualidad los capítulos generales de benitos y bernardos de 1815 y 1816 se celebraron en Celanova y Oseira, porque de San Benito de Valladolid y Palazuelos se encontraban a la sazón en estado ruinoso.

Claro que, si en vez de reparar solo en la trayectoria de las rentas en especie observamos también la situación financiera de las comunidades en el primer tercio del XIX, las conclusiones son menos optimistas, pues los balances de ingresos y gastos se deterioraron, más o menos según los casos, en buena medida por causas de tipo político-fiscal y coyuntural: la reforma beneficiar, que modificó el reparto del diezmo en favor de los curas; la cobranza por la Real Hacienda de los diezmos exentos y del real noveno; los donativos y contribuciones regulares que antes no existían, y después la caída brutal de los precios del cereal y vino desde 1818, constituyen los principales factores que, sumados unos a otros, inciden de modo negativo en las finanzas de los monasterios, pero no hasta el extremo de que en vísperas de la exclaustación quepa calificar su estado de ruinoso (Rey Castelao, 1991; Rionegro Fariña, 1998).

# Espiritualidade cisterciense e o pensamento de S. Bernardo



Pormenor da Capela Relicário, Mosteiro de Alcobaça. Foto Alvão





**“O imaginário poético de Soror Maria de Mesquita Pimentel:  
*ut pictura poesis*”**

**Isabel Morujão (Universidade do Porto/CITCEM)**

**Resumo:**

Inserida na Secção “Património e Arte Cisterciense”, a minha proposta de comunicação pretende apresentar uma reflexão sobre o imaginário poético de Soror Maria de Mesquita Pimentel (religiosa cisterciense do Mosteiro de S. Bento de Cástris) no Memorial da Paixão de Cristo. Trata-se da terceira parte de um poema épico inserido numa trilogia poética de que só a primeira parte (Memorial da Infância de Cristo) saiu editada, em 1639. A edição dos dois memoriais manuscritos constitui um projeto que atualmente coordeno, tendo já saído o Memorial dos Milagres de Cristo e encontrando-se no prelo o Memorial da Paixão de Cristo.

Pretendo, mais particularmente, nesta comunicação, demonstrar o cruzamento da prática discursiva desta narrativa épica com a tradição da emblemática, revelando o diálogo fecundo entre a arte e a poesia, no início do século XVII português.

**Palavras-chave:** épica feminina; escrita feminina cisterciense; emblemática.

**Nota biográfica:**

Isabel Morujão é Professora Auxiliar na Faculdade de Letras do Porto, onde se doutorou na especialidade de Literatura Portuguesa, com a tese Por trás da grade: poesia conventual feminina em Portugal (sécs. XVI e XVIII) (Lisboa, INCM, 2013). Tem desde sempre lecionado cadeiras ligadas aos Estudos Literários e à Literatura Portuguesa dos séculos XVI-XVIII, bem como à História do Teatro em Portugal. Na área da Formação Avançada, coordena e leciona o Seminário “Literatura Feminina em Portugal entre os séculos XVI a XVIII”, área científica em que tem orientado e orienta várias teses de mestrado e doutoramento, tendo colaborado também em seminários nas universidades de Madrid, Florença e Veneza. Pertence ao Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura Espaço & Memória”, sediado na Faculdade de Letras do Porto. Participou em alguns projetos nacionais e internacionais, destacando o Projeto Portuguese Women Writers, financiado pela FCT, de que resultou a obra “Uma antologia Improvável” e a Base de Dados de Escritoras



Portuguesas. As suas áreas atuais de interesse são a literatura portuguesa dos séculos XVI-XVIII (particularmente a feminina), a edição de textos dos sécs XVI-XVIII, a literatura de viagens, a história do teatro português, a literatura de espiritualidade e as formas do sentimento religioso em Portugal.

### **A escatologia de São Bernardo no ambiente mental da formação de Portugal**

**Nuno Villamariz Oliveira** (*doutorando em História da Arquitetura Portuguesa*)

#### **Resumo:**

O estudo da cultura portuguesa no período da fundação da nacionalidade tem sido analisado nas suas múltiplas vertentes, em especial a implantação e florescimento de diferentes ordens religiosas e militares. A historiografia tem vindo a salientar o papel do abade de Claraval no misticismo do século XII, bem como a sua idealização e estabelecimento de um monaquismo militar, cujo principal expoente se traduziu na constituição de uma milícia de matriz cisterciense, a Ordem do Templo. Todavia, um dos aspetos que necessita de aprofundamento prende-se com o papel da Ordem de Cister e, em particular, de São Bernardo, na difusão de crenças apocalípticas no contexto da emergente espiritualidade portuguesa. A sua figura enquanto paradigma das controvérsias teológicas desse tempo e sua correspondência com a antropologia de diversos recintos religiosos e militares tem carecido de reflexão.

As afinidades entre as almas cisterciense e templária e os temores ou esperanças presentes na conjuntura mental da centúria levantam na atualidade novas perplexidades. Da interpretação do tratado de São Bernardo aos cavaleiros templários, *De Laude Novae Militiae*, sobressaem, entre outros temas, as diferentes ameaças que pairam sobre os lugares sagrados de Jerusalém e a necessidade de defender a Terra Santa. Em paralelo, da criação de Portugal e definição ulterior do seu território aos limites do espaço mediterrânico de confronto com o Islão perpassa um peculiar ambiente de espiritualidade combatente. No Cristianismo ocidental, a ascendência exegética do Doutor claravalense nas arquiteturas e espaços religiosos das Ordens de Cister e do Templo projeta hoje diferentes perspetivas para um renovado debate.

**Palavras-chave:** Ordem de Cister; Ordem do Templo; espiritualidade

**Nota biográfica:**

Presentemente está a finalizar doutoramento em História da Arquitetura Portuguesa entre o final da Idade Média e a Idade Moderna. Departamento de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), Portugal. Bolseiro de Doutoramento da FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia).

Para além da sua dissertação “Castelos Templários em Portugal”, impresso em 2010, tem publicado diversos artigos em obras coletivas e atas de colóquios científicos em Portugal e no estrangeiro. 2000 Mestrado (História da Arte). Departamento de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), Portugal. Dissertação - “Castelos Templários em Portugal”, 2010, Ed. Ésquilo, Lisboa. 1987 Licenciatura (Arquitetura). Departamento de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal. Membro Associado (desde 2007) do Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), Portugal. Membro Colaborador (desde 2014) do Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), Portugal. Áreas de investigação: Arquitetura da Idade Média e da Idade Moderna; Arquitetura das ordens religiosas e militares.

**O Marial do códice alc. 149: materialidade e espiritualidade**

***Eduardo Rui Pereira Serafim (professor)***

**Resumo:**

1. Os milagres na Idade Média. 2. As coleções de milagres de Maria e a sua circulação na Europa; os mariais da biblioteca do mosteiro de Alcobaça. 3. Os milagres do Alc. 149. 4. Os milagres de Maria à luz da teologia de Bernardo de Claraval.

1. Na Idade Média, nomeadamente nos séculos XII e XIII, proliferavam as notícias de milagres, designação para acontecimentos extraordinários, cuja ocorrência carecia de explicação pelas leis naturais e que, como tal, são atribuídos à intervenção de diversas entidades, entre as quais a Virgem Maria assume uma posição de relevo.

2. Em resultado deste fenómeno religioso, são organizadas coleções de narrativas de milagres, tendo em vista a valorização e a divulgação dos seus fatores e dos acontecimentos a eles associados; no caso da Virgem Maria, tais compilações tomam a designação de marialia na língua de circulação, que era o latim (port. mariais), e a sua difusão, na época, conheceu uma amplitude fora do comum por toda a Europa. O mosteiro de Alcobaça foi naturalmente um desses pontos de receção de coletâneas de milagres (lat. miracula) das quais se conservam hoje dois exemplares, um no códice Alc. 149 (séculos XII ou XIII), o outro no códice Alc. 39 (século XIV), dados a conhecer por Aires Nascimento e Mário Martins, respetivamente.

3. As narrativas de milagres que constam do Alc. 149 são em parte de autor(es) anónimo(s) e em parte da autoria Hugo Farsito e Guiberto de Nogent. Merecerá aqui atenção o conjunto de miracula de autor desconhecido, por constituírem uma série de relatos parcialmente coincidente com a sequência de outras importantes coleções marianas em circulação pela Europa. Desse grupo serão destacadas e objeto de resumo e comentário algumas narrativas que configurem elementos mais pertinentes a reter.

4. Bernardo de Claraval, além de reformador da Ordem de Cister e de personagem tutelar da Igreja do século XII, valorizou o conhecimento teológico como o ponto alto do pensamento humano, suscitando nesse quadro a importância da figura de Maria, mãe de Jesus, como entidade medianeira de graças junto do filho; será, assim, no quadro da mariologia delineada por Bernardo de Claraval que se procurará dar coerência e sentido às narrativas de milagres aqui referenciadas.

Fica, deste modo, estabelecida a relevância do marial do códice Alc. 149 quer na sua dimensão patrimonial como registo em suporte físico de uma afirmação religiosa em determinado contexto espaço-temporal (valor material) quer na sua dimensão de fenómeno de fé enquadrado numa teologia mariana (valor espiritual).

**Palavras-Chave:** Milagre; Maria; coleção

**Nota curricular:**

Eduardo Rui Pereira Serafim nasceu em Alcobaça e é licenciado em Línguas e Literaturas Clássicas, variante de Estudos Clássicos e Portugueses, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foi professor do ensino secundário desde 1971, lecionando as disciplinas de Português e Latim,

tendo igualmente exercido funções como orientador de estágio pedagógico, delegado de grupo e coordenador dos exames nacionais ao nível de escola. Nos anos letivos de 1989-90 e 1990-91, desempenhou as funções de leitor de Português na Universidade de Rennes 2 (França).

Publicou, em coautoria, as obras *Entrelinhas – 7* (Constância Editores, 1985) e *Entrelinhas – 8* (Constância Editores, 1986), dirigidas aos alunos de Língua Portuguesa dos 7º e 8º anos do 3º ciclo, respetivamente. Atualmente, encontra-se aposentado e prepara uma tese de mestrado em Crítica Textual, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

**Modernidad científica y tolerancia religiosa en las españa del siglo XVIII: en ejemplo en el philotheo del cisterciense fr. Antonio Joseph Rodríguez**

***Miguel Alvarez Soaje (Doctor em Historia de la Ciencia)***

**Resumen:**

Esta comunicación estudia el contenido de la obra del monje cisterciense fr. Antonio Joseph Rodríguez como ejemplo del espíritu reformador que recorrió España en la segunda mitad del siglo XVIII en un intento de avanzar en la apertura religiosa dentro de países fuertemente católicos, como el nuestro. Algunas voces reclamaban una religión más en consonancia con el movimiento ilustrado y la nueva ciencia, en la cual la razón no tenía por qué dar la espalda a la fe, a la vez que círculos culturales reclamaban el cese de la intromisión de la curia romana en asuntos culturales de nuestro país. Esta línea mostraron algunos religiosos en nuestro país reclamando un espacio nuevo para la religión cristiana, alejándose, por tanto, del escolastismo teológico, de la misma forma que la nueva ciencia lo hacía del escolastismo científico de origen aristotélico, para lo cual se promovió un cierto reformismo religioso. Contrariamente a la idea de una ilustración deísta o atea que no podía desarrollarse si no era desde el enfrentamiento religioso existió un grupo de clérigos reformistas a lo largo del siglo XVIII que trataron de buscar esa cohesión necesaria entre religión y ciencia, sabedores de que la intransigencia religiosa no tenía cabida en aquella sociedad.

En este ámbito cultural, científico y religioso se encuadra esta obra, *Philotheo*, de fr. Antonio Joseph Rodríguez (1703 – 1778), monje cisterciense en el monasterio de Sta. Mª de Veruela (Zaragoza, España), autor de otros

títulos de interés en la medicina del siglo XVIII.

“Philotheo en conversaciones del tiempo” es el título completo de esta obra publicada en Madrid en 1776 en dos tomos. Como el mismo autor reconoce en el prólogo, no la compuso al modo tradicional de las obras científicas sino que la estructuró en torno a una conversación entre cuatro personajes ficticios, cada uno con una forma diferente de entender la ciencia y religión cristiana. Por un lado, el propio Philotheo, personaje central de la obra, representa la opinión ecuánime y moderada del autor; por otro lado Efraín, que representa la mentalidad incrédula de base cartesiana; Ricardo es el tercer personaje, desde una posición intermedia, valorando ventajas e inconvenientes de ambos partidos. El cuarto personaje, Feliz, es defensor de la tradición religiosa católica e intransigente.

Entre los cuatro personajes se establece un diálogo que repasa aspectos del cristianismo sobre la idea de que la Razón tiene cabida en una religión tolerante porque el ser humano es una creación de Dios y es Dios quien ha concedido la facultad de usar de ella para el avance y progreso de la Humanidad. Todos sus planteamientos van acompañados de referencias a obras científicas de la época, con argumentos en pro y en contra extraídos de las obras de Newton, Descartes, Huyghens, Cassini o Kepler, las cuales, Rodríguez, parece conocer con solvencia. La idea que subyace en toda la obra es la demostración de la existencia de Dios y la idea de que religión y razón pueden ir de la mano en beneficio de la sociedad; para ello el autor toma las mismas herramientas que los “filósofos modernos”, es decir, el conocimiento de las leyes de la Naturaleza para ofrecer un método física y racionalmente demostrativo de la existencia de Dios mediante la observación y conocimiento preciso del Universo. A lo largo del texto, Rodríguez critica la potestad que se otorgan algunos científicos para juzgar valores de la religión, como Locke, Voltaire o Rousseau, reconociendo, a su vez, el interés que para la Humanidad han tenido las aportaciones de Descartes, Newton o Robert Boyle desde posiciones cristianas no intransigentes. Es, por tanto, una visión moderna de la religión, en la que reconoce la libertad de elección como objetivo que debe prevalecer en el cristianismo del siglo XVIII, para lo cual recurre a unos amplios conocimientos científicos empleados en defensa y reclamo de esa tolerancia religiosa; una actitud que, a pesar de requerir grandes dosis de prudencia, acabaría por derribar la intransigencia religiosa del Santo Oficio en nuestro país.

**Palabras clave:** Tolerancia religiosa, ciencia, Ilustración, siglo XVIII.

**Nota biográfica:**

Licenciado en Farmacia, doctor en Historia de la Ciencia por la Universidad de Santiago. Participación en Congresos y publicaciones relacionadas con la vida monástica: “Botica del monasterio de Santa María de Sobrado: del siglo XVII a la Desamortización de Mendizábal”. Cuadernos de Estudios Gallegos (IEGPS – CSIC), Volumen LXI, 2014. “Estudio de la composición del botamen farmacéutico conservado en el monasterio de Santa María la Real de Oseira (Ourense), Ágora do Orcellón nº 31, 2016. Congreso anual de ENCIGA (Asociación de Ensinantes de Ciencias de Galicia): Aportación de Juan Caramuel Lobkowitz a las matemáticas del siglo XVII: Mathesis bíceps y Architectura civil recta y oblicua. Silleda, 2009. Bibliografía científica en los fondos de la biblioteca del monasterio de San Martín Pinario (Santiago de Compostela). Sarria, 2015. Participación en el IV Congreso Internacional sobre el Císter en Portugal y Galicia, (Braga, 2009), con la comunicación: La antigua botica de Oseira; reseña histórica y proceso de restauración en 2009. Participación en el I Congreso Internacional Cluny y el Camino Franco, (Samos 2010) con la comunicación: Reconstrucción de la antigua botica monástica de Samos. Ponente en los Cursos de Verano (2012) de la Universidad de Santiago de Compostela, (Sarria, Lugo) con la comunicación: Las huertas medicinales y las farmacias monásticas: centros de atención sanitaria. Participación en las XXVI Xornadas da Rota do Románico en Ferreira de Pantón, (Lugo, 2013), con la comunicación: Boticas monásticas y sus huertos medicinales. Colaboración con la Academia de Farmacia de Galicia en el proyecto de recreación de las antiguas boticas monásticas de Oseira, (Ourense, 2008) y Samos (Lugo, 2010).

**“Oh como está de angústias combatida”. O tema da *compassio mariae* no memorial da paixão de cristo**

**Geise Teixeira (CITCEM)**

**Resumo:**

Esta comunicação propõe analisar a figura da Virgem Maria no Memorial da Paixão de Cristo, poema épico escrito provavelmente em finais do século XVI por Soror Maria de Mesquita Pimentel, religiosa cisterciense professora no

Mosteiro de São Bento de Cástris, em Évora. Nessa obra, que ainda permanece inédita (mas cuja edição já está a ser ultimada), ao passo em que são narradas as cenas da prisão, flagelação, crucificação e sepultamento de Jesus, assiste-se, com particular intensidade e riqueza emotiva, ao «drama» da compaixão da Virgem, ao pé da cruz, a proferir seus longos e doloridos lamentos. Nesses lamentos, que atualizam o realismo expressivo do *Planctus medieval*, deparamo-nos não com a imagem de uma mãe silenciosa e de gestos contidos, mas dotada de um protagonismo em que sobressaem – na expressividade dolorista de seus lamentos – a sua dimensão sofredora e compassiva. À luz da doutrina da *Compassio Mariae*, tema que adquiriu especial relevo sobretudo com S. Bernardo de Claraval, nesta comunicação interessa-nos particularmente refletir sobre a participação emotiva da Virgem Maria – através de sua dor e compaixão – no sacrifício redentor de Cristo, partindo da perspectiva de que o martírio interior por ela experimentado diante da Paixão e morte de seu filho, pode ser comparado, tal como define S. Bernardo, com o martírio físico de Cristo na cruz.

**Palavras-chave:** Virgem Maria; Compaixão; São Bernardo.

**Nota biográfica:**

Geise Teixeira é licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e mestre em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é doutoranda em Estudos Literários, Culturais e Interartísticos na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigadora do CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória -, vinculada ao research group “Sociabilidades e Práticas Religiosas”.

**Pensamento Bernardino e “estética cisterciense”: Alcobaça e a formação do gótico no território português**  
*Catarina Madureira Villamariz (Universidade Nova de Lisboa)*

**Resumo:**

A introdução ao estudo da arte cisterciense, incluindo as manifestações arquitectónicas, engloba problemas de enquadramento histórico, filosófico e

até mesmo teológico, uma vez que se procura assimilar toda a essência desta arte de forma a compreender como ela irá reflectir-se no nosso território.

Para o entendimento destes conceitos é fundamental uma análise do pensamento de São Bernardo de Claraval, figura lapidar do século XII e um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento de uma estética artística habitualmente designada “estética cisterciense”. A sua aprovação de uma determinada forma de construção levou mesmo a definir um estilo arquitectónico adoptado em várias casas da Ordem, o denominado “plano bernardino”.

Uma das questões que surgem ao abordar a influência da arquitectura cisterciense no Gótico é saber se, de certa maneira, São Bernardo não será um dos responsáveis directos pelo *opus novum*, ou se irá “apenas” influenciar um estilo já emergente. De facto, com a sua crítica ao luxo excessivo nos santuários, São Bernardo pugna por uma arquitectura despojada em termos decorativos, onde a pureza da construção e a proporção das formas são essenciais (o referido “plano bernardino”). Sendo estas premissas fundamentais da arte gótica, é importante esclarecer qual foi, efectivamente, o papel dos cistercienses e do seu líder espiritual.

Na realidade, ainda que de forma indirecta, o Abade de Claraval parece ter tido um papel muito forte no desenvolvimento da arte gótica. Claramente, São Bernardo não inventou o Gótico. Mas as circunstâncias históricas e artísticas mostram-nos que o nascimento desta arte se produz em paralelo com a existência deste monge, que de alguma maneira acabará por intervir na formação do novo estilo.

Em Portugal, tal influência materializa-se de forma particular na Abadia de Santa Maria de Alcobaça, monumento que marca um novo período da arquitectura nacional. Esta abadia cisterciense, apesar da sua grandeza programática irrepetível, marcou a arte gótica portuguesa com a sua estética despojada. Contudo, diversas questões se colocam na avaliação do papel de São Bernardo na arquitectura gótica europeia. No que se refere a Portugal, emanam ainda diversas interrogações em torno da descendência alcobacense. A análise do pensamento Bernardino e de uma estética cisterciense, cruzadas com a leitura da Abadia de Santa Maria de Alcobaça e do seu significado no gótico nacional, permite-nos estabelecer novas leituras na procura desse entendimento.

**Palavras-chave:** “estética” cisterciense, espiritualidade cisterciense, arquitectura gótica



**Nota biográfica:**

Catarina Madureira Villamariz has a PhD in History of the Art by the FCSH/UNL, with thesis entitled Religious Gothic Architecture in Portugal in the Fourteenth Century: the Time of Experimentalisms. She is a Professor at the Department of Conservation and Restoration of the FCT/UNL where she has been teaching, since 2002, Classical History of the Art and Medieval History of the Art. She is a full member of VICARTE, Glass and Ceramic for the Arts – where she has joined different projects – and of the Institute of Art History at the FCSH/UNL, where she taught, in 2015 and 2017, History of the Romanesque and Gothic Art in Portugal and History of International Gothic Art. Between 1998 and 2002 she collaborated with the Libraries and Reading Support Department of Fundação Calouste Gulbenkian, having lectured several Courses of Portuguese Art History and History of Portugal in the Foundation libraries. Between 1999 and 2001 she worked at Palácio Nacional de Sintra as Responsible for the Heritage Inventory. During the last sixteen years her activity has been centered in teaching and investigation, having participated in and co-organized international conferences, as well as published texts about medieval art.

# Cister e turismo cultural



Casa do Monge Lagareiro, Ataija de Cima (foto A. Maduro)



**O papel das associações na defesa do património local: o caso da Associação dos Amigos do Mosteiro de Santa Maria de Seça**  
*Ana Duque (Doutoranda em Turismo)*

**Resumo:**

O Mosteiro de Seça localiza-se na freguesia do Paião, concelho da Figueira da Foz, na região Centro de Portugal. A construção do Mosteiro remonta ao século XII e terá sido D. Afonso Henriques, a doar as terras para a sua construção.

A importância histórica deste edifício é incontornável e já foi trabalhada em diversas obras publicadas sobre o tema. Seça é um legado cisterciense, único no concelho e um dos dois existentes no distrito de Coimbra, sendo que a outra referência é o Mosteiro do Lorvão (em Penacova).

Nos últimos anos têm sido publicados vários trabalhos sobre a história do local, que serão devidamente referidos no artigo, quando for feita uma breve contextualização histórica. O principal objetivo deste artigo passa pela divulgação do trabalho que tem sido desenvolvido pela associação local SMS, dos Amigos do Mosteiro de Santa Maria de Seça, que tem como principal missão a preservação e a salvaguarda deste edifício histórico, que atualmente se encontra num estado avançado de degradação.

Esta Associação foi criada em 2013 e tem desde então reunido esforços para defender este local, através da realização de estudos e investigações em diversas áreas, com a promoção de iniciativas que visam a divulgação do significado histórico do local e através da colaboração com instituições locais, regionais e nacionais em atividades e decisões relacionadas com a melhoria de condições de vida daquela região.

Neste trabalho será dado particular destaque à importância da sociedade civil, nomeadamente das associações locais e o seu contributo na defesa do património. Serão dados exemplos de associações cuja missão é a salvaguarda de património cultural e a revitalização dos espaços, sendo dado particular ênfase à Associação SMS e o trabalho desenvolvido no património cisterciense de Seça.

**Palavras-chave:** Mosteiro de Seça; Associação dos Amigos do Mosteiro de Seça; salvaguarda do património.

**Nota biográfica:**

Natural da Figueira da Foz é licenciada em Turismo, Lazer e Património. Atualmente é estudante do Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura, ramo do Património e Cultura, na Universidade de Coimbra, estando a desenvolver uma tese subordinada ao tema da satisfação turística. Já publicou vários artigos, um dos quais sobre Seíça, no I Congresso Internacional Santuários: Cultura, Arte, Romarias, Peregrinações, Paisagens e Pessoas (2014).

Membro dos órgãos dirigentes da Associação dos Amigos do Convento de Seíça.

**Turismo e património cultural. Do resgate do passado  
à economia da memória**

***Eduardo Cordeiro Gonçalves (Instituto Universitário da Maia  
– ISMAI Portugal)***

**Resumo:**

Em muitos territórios começa a afirmar-se a ideia de impulsionar e desenvolver o turismo a partir das suas especificidades sociais, culturais e naturais, tónica que caracteriza o mercado turístico-cultural hodierno. Desde finais de novecentos que se tem ampliado a construção de infraestruturas patrimoniais e museológicas, cuja justificação resulta principalmente de critérios turísticos económicos. Esta tendência foi fortemente favorecida pela globalização que fomenta o critério mercantil e competitivo, mesmo a nível do património cultural. No quadro europeu, diversas diretrizes e fundos estruturais, aprovados pela Comissão Europeia, impulsionam ainda mais a atribuição de valor aos bens culturais seguindo critérios eminentemente económicos. Generaliza-se, pois, a equação: Património – Turismo – Desenvolvimento. Demais, esta temática perpassa o desenvolvimento do turismo cultural e os processos decorrentes das imposições do sistema turístico nas políticas culturais e da administração patrimonial visando a “comercialização da cultura”. A questão nuclear está na forma como “o consumo do turismo cultural influencia a produção e localização das atrações culturais”. Do mesmo modo, devemos enfatizar as relações entre turistas e locais a propósito do dinamismo cultural estratégico, da imposição do sistema turístico e da autenticidade.

Assim, com recursos a uma metodologia qualitativa/dedutiva e a técnicas abertas de coleta de dados, propomos refletir as formas de orientação do

destino turístico em articulação com a preservação dos valores patrimoniais (com especial incidência no valor universal e excecional dos sítios portugueses Património da Humanidade). Pretende-se, pois, averiguar o modo como aquele tem proporcionado o reforço dos valores do património e garantido que o desenvolvimento desse mesmo turismo não compromete o valor do património cultural para o desenvolvimento sustentável/ responsável a longo prazo. A um tempo, a proteção, a conservação, a interpretação e a apresentação do património e da diversidade cultural de cada lugar assume um contributo relevante no desenvolvimento das regiões. Pese embora a contingência da eventual objetivação da cultura e do património cultural, o Heritage Tourism tem vindo a contribuir para a revitalização de identidades culturais, do sentido da autenticidade e do endógeno, a que se associa o benefício da proteção e desenvolvimento económico. Aliás, a própria Convenção do Património Mundial, apesar dos seus objetivos de proteção e promoção dos monumentos, conjunto e locais de interesse, há muito que reconhece o interesse turístico dos sítios com a chancela UNESCO. Por conseguinte, o consumo de património cultural como estratégia, amiúde, de auto sobrevivência e autodefinição do “local” que vende o pensado como “autêntico” leva-nos a falar em “economia da memória e da paisagem natural”. O património cultural passa também a respaldar a recomposição de identidades culturais porquanto pode ser tido como “cultura de permanência” num tempo marcado pelo transitório e servir para conservar e preservar bens culturais a que acresce ao económico também uma rentabilidade social e política.

**Palavras-chave:** Turismo; Património cultural; Mercantilização da cultura; autenticidade.

#### **Nota biográfica:**

Eduardo C. Cordeiro Gonçalves – Doutor em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2003) e doutorando em Turismo na Universitat de Rovira i Virgili, Espanha (2016-...); é Professor no Instituto Universitário da Maia, onde coordena a Licenciatura em Turismo, o Mestrado em Turismo, Património e Desenvolvimento e dirige o Centro de Estudos de Desenvolvimento Turístico. É investigador principal no CETRAD - Centro de Estudos Trans-disciplinares para o Desenvolvimento (I&D 4011 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia/FCT - Portugal), onde coordena – Grupo 1: Tourism, Identities & Cultural Heritage (RG-4011-1525/ FCT – Portugal). É professor visitante na

Universidade da Coruña (Espanha). Editor-in-chief da revista PASOS. Journal of Tourism and Cultural Heritage (presente na Web of Science; "ISI". Autor de vários livros e artigos científicos dedicados à temática do Turismo Cultural, da governança turística e da gestão do destino turístico, coordenou ainda vários projetos de investigação fundamental e aplicada, tendo sido corelator da candidatura do Bom Jesus do Monte (Braga) a Património da Humanidade (UNESCO). Atua na área das Ciências Sociais cujos temas mais frequentes são: Turismo, Enoturismo, Douro, Turismo Cultural, Património. Presentemente é Vice-Reitor do Instituto Universitário da Maia – ISMAI (Portugal).

**Cister: a marca indelével cultural e turística de Alcobaça.**

**Da herança ao modelo de desenvolvimento.**

***Alberto Guerreiro (CIDHEUS/UE); [alberto.guerreiro@gmail.com](mailto:alberto.guerreiro@gmail.com)***

**Resumo:**

O turismo cultural incorpora hoje uma actividade multidimensional cujas valências económicas encerram mecanismos dinâmicos para o crescimento e desenvolvimento das regiões. Nesta assunção, a região acarreta em si um aparato cultural de consolidação de uma "marca" conferindo um sentido estratégico potenciador de um modelo suportado por políticas de planeamento integrado e optimização patrimonial. O turismo passa aqui a constituir uma janela de oportunidade, alicerçando bens culturais que aliciem e mantenham um nível de fluxo de visita à região que seja suficientemente consistente de modo que as próprias políticas públicas e as acções da sociedade civil, formem um enlace solidário sob o denominador comum da cultura.

O património alcobacense possui uma matriz histórica que o singulariza no todo nacional. Neste campo de acção, tanto do ponto de vista local, como nacional, o Mosteiro de Alcobaça (património da humanidade) é a primeira referência patrimonial cisterciense. A sua escala monumental, perspectiva-o como sendo uma "âncora estratégica" promovida por um modelo de programação e de gestão que seja capaz de reunir e potenciar uma oferta que já é por si diferenciadora. Contudo, carece ainda de complementaridade em relação à sua extensão no terreno, reclamando uma nova perspectiva, integradora, que o obrigará a assumir definitivamente uma feição que tarda em cumprir enquanto motor sociocultural e económico. A imponência atestada pela escala do monumento cuja absorvência tem vindo a centralizar neste, políticas

e investimentos institucionais relevantes, tem tido, todavia, uma repercussão pouco potenciadora ao não ter beneficiado, simultaneamente, os testemunhos cistercienses inscritas na sua envolvente. Estes não beneficiaram do mesmo alcance político e estratégico no que toca às opções prioritárias da salvaguarda e da divulgação patrimonial. Como exemplo, é de evocar a importância de projectos como o Museu dos Coutos de Alcobaça, que se propõe reportar às marcas da relação multisecular e transconcelhia entre esta região e o Mosteiro de Alcobaça, bem como aspectos significativos da actividade anterior ou posterior à presença cisterciense. Este caso apesar de se apresentar como, porventura, a solução mais coerente e promissora do ponto de vista museológico teme-se que, ao fim de mais de uma década de trabalho no terreno, se conclua efémera. Perante este panorama, a noção de território ganha centralidade onde a dinamização das manifestações socioculturais formam um compêndio icónico cisterciense que deve ser facilmente reconhecido. Contudo, esta posição estratégica tem sido sucessivamente preterida por outras soluções de índole mais imediatista ou institucionalmente construídas que não tendo uma expressão (i)material identitária no território, se perspectiva pouco reconhecível enquanto potenciador do desenvolvimento integrado da região (ex. Pedro & Inês ou Dê lugar ao Amor). Será antes o reconhecimento a operar de forma endógena e exógena através de uma cadeia de préstimos patrimoniais em torno da sua marca singular (Cister), que permitirá, para além de conferir o porte histórico, atribuir o próprio valor turístico do produto. Esta possibilidade implica uma política do património fortalecendo quer a sua relação com o meio, quer associando uma oferta turístico-cultural a opera em rede com outras instâncias já posicionadas no espaço de acção patrimonial.

Deste modo, a presente comunicação propõe uma abordagem analítica e crítica sobre as potencialidades desta “marca” indelével, cultural e turística, de Alcobaça que é Cister. Tem como objectivo identificar a dimensão do território enquanto elemento que, para além de fundador, se torna estratégico para a preservação da herança patrimonial e para o próprio desenvolvimento integrado da região. Abordará o entendimento destas duas dimensões: herança (de feição imaterial) e território (de compleição material), e como estas determinam a constituição um modelo que assume o património cultural como o seu principal vínculo. É finalmente, proposto tratar as questões do património cisterciense na inscrição do território através dos temas do desenvolvimento e do turismo numa lógica de oportunidades e riscos.



**Palavras-chave:** Cister; Alcobaça; Turismo.

**Nota biográfica:**

Alberto Guerreiro (n 1969) é antropólogo e museólogo. Doutorando em História da Universidade de Évora. Investigador da equipa do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora e colaborador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e do Centro de Estudos e Desenvolvimento Turístico do Instituto Universitário da Maia. Coordenador técnico e científico dos museus municipais de Alcobaça: t.c. Museu do Vinho de Alcobaça (Museu Nacional do Vinho). Membro da comissão instaladora do Museu dos Coutos de Alcobaça e do Museu do Vinho de Alcobaça. As suas áreas de especialização são a programação e a gestão de museus, bem como a etnologia (tecnologia) e a programação de exposições (curadoria). Tem vindo a desenvolver investigação corrente sobre o património alcobacense, nomeadamente, no que toca às políticas patrimoniais de desenvolvimento cultural e turístico. Dedica investigação inscrita no programa de doutoramento centrada no estudo dos modelos de programação e gestão museológica, tendo como objecto de análise a autonomia de gestão dos museus portugueses. Membro do International Committee of Museums – Portugal (ICOM), Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI) e da Association of Critical Heritage Studies (ACHS).

**O mosteiro de Alcobaça e o turismo cultural nos guias de viagem  
(séc. XIX-XX)**

***Miguel Dias Santos (CEIS XX/UC)***

**Resumo:**

O turismo cultural reflete o interesse pela identidade histórica e cultural de um povo ou comunidade. Campo hoje massificado, o turismo cultural é uma construção histórica e social que tem a sua génese, como o turismo moderno, no *Grand Tour*. O liberalismo, as identidades nacionais e a «invenção» do património renovaram o interesse pela cultura dos povos, motivando a expansão do turismo ao longo do século XIX. Em Portugal, o mosteiro de Alcobaça era visto pelos viajantes como o mais notável edifício arquitetónico, e tanto os guias como a literatura de viagens o sugeriam como destino obri-

gatório. O objetivo desta comunicação é analisar a evolução do turismo em Alcobaça na sua pré-história, isto é, antes da massificação da segunda metade do século XX. Partindo das fontes referidas e do caso do mosteiro de Alcobaça, procura-se compreender a emergência do campo cultural como central nas dinâmicas do turismo.

**Palavras-chave:** Turismo cultural; Património; Mosteiro de Alcobaça; viagens.

**Nota biográfica:**

Miguel Dias Santos é doutorado em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. É membro Integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra, e do CETRAD-CEDTUR, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

**Un recorrido cultural por las huellas del cister en Galicia**

***Miguel Alvarez Soaje (Doctor en Historia de la Ciencia)***

**Resumen:**

Esta comunicación propone un recorrido por los monasterios que la orden cisterciense estableció en Galicia (España) desde la Edad Media hasta la Desamortización del siglo XIX, acontecimiento que marca la desaparición material e histórica de casi todos ellos. No es una lista breve, sino todo lo contrario, pues Galicia es una región pequeña en la cual se han asentado hasta dieciséis monasterios adscritos al Cister (aparte, sus prioratos y granjas) algunos de los cuales, como Sobrado y Oseira figuran entre los más grandes de la península ibérica, aunque otros, como A Franqueira o Toxosoutos no son hoy más que pequeñas iglesias de carácter rural. Entendemos que la huella del Cister en nuestra Comunidad ha sido suficientemente relevante como para mantener actualizado su recuerdo y para ello proponemos este recorrido por la Galicia del Cister entendiéndolo como una ruta turística y cultural basada en el legado histórico – artístico que dejaron los monasterios cistercienses. En este sentido cabe recordar que en Junio de 2010 el Consejo de Europa declaró el Itinerario Cultural Europeo de las abadías cistercienses, y dentro de este itinerario, Galicia cuenta con los dieciséis ejemplos que hemos mencionado y que conforman el siguiente recorrido,

cuyo comienzo y final proponemos en Santiago de Compostela; el itinerario aproximado sería el siguiente: Santiago de Compostela – Aciveiro – Oseira – Sobrado – Monfero – Meira – Penamaior – Pantón – Montederramo – Espadañedo – Bóveda – San Clodio – Melón – Franqueira – Oia – Armenteira – Toxosoutos – Santiago de Compostela.

Se trata, por tanto, de una propuesta de recorrido por Galicia cuyo hilo conductor sea el legado cisterciense, de tal forma que quien quiera pueda llevar a cabo una parte concreta de nuestra propuesta, o toda ella si así lo desea. Nuestra propuesta no es la única posible entre el conjunto de monasterios pero entendemos que es la más apropiada desde el punto de vista lúdico y cultural porque no sólo referenciamos los monasterios cistercienses sino que proponemos al viajero descubrir otros puntos de interés que se encuentran en las inmediaciones de esta ruta; hablamos de conocer, por ejemplo, otros monasterios que pertenecieron a la orden benedictina y que, no siendo el motivo de esta ruta, sí pueden ofrecer al viajero un atractivo importante en determinados trayectos de la propuesta. Descubrir todo lo que ofrece una región como Galicia no entra dentro de nuestros objetivos pero sí acercarnos a conocer una parte importante de su patrimonio histórico y cultural sirviéndose del legado cisterciense que, tal y como hemos comentado anteriormente, es uno de los más importantes de la península ibérica.

La vinculación del Cister y Galicia tiene sus orígenes en el reinado de Alfonso VII, hacia el año 1140; por aquella época se incorporan los monasterios de Sta. M<sup>a</sup> de Sobrado (1142), Oseira (circa 1141), Monfero (1147), Meira (circa 1151) o Melón (1158) y todas ellas bajo una serie de pautas arquitectónicas pero con un estilo propio, adaptándose a las peculiaridades de cada lugar y momento pero siempre caracterizadas por una destacada austeridad en su decoración. En cualquier caso, no es el objetivo de este autor ni de esta comunicación ofrecer una guía histórico-artística de la arquitectura cisterciense en Galicia sino compilar o reunir bajo un recorrido cultural los numerosos ejemplos que de aquella arquitectura se conservan en la actualidad en nuestra comunidad, profundizando con ello en el conocimiento de otros ejemplos del patrimonio natural y artístico.

Por otro lado, valoramos la posibilidad de confeccionar una ruta GR (Gran Recorrido) para senderistas y ciclistas, con una longitud de unos 185 km entre los monasterios de San Clodio y Monfero, un recorrido balizado y señalizado, que estuviera homologado por la Federación Galega de Montañismo. La ruta se llevaría a cabo en etapas de unos 15 km que unirían

cuatro de los más emblemáticos ejemplos del Cister en Galicia como son San Clodio, Oseira, Sobrado y Monfero.

**Palabras clave:** Cister; monasterios; rutas turísticas; Galicia.

**Nota biográfica:**

Licenciado en Farmacia y doctor en Historia de la Ciencia por la Universidad de Santiago. Participación en Congresos y publicaciones relacionadas con la vida monástica: “Botica del monasterio de Santa María de Sobrado: del siglo XVII a la Desamortización de Mendizábal”. Cuadernos de Estudios Gallegos (IEGPS – CSIC), Volumen LXI, 2014. “Estudio de la composición del botamen farmacéutico conservado en el monasterio de Santa María la Real de Oseira (Ourense), Ágora do Orsellón n.º 31, 2016. Congreso anual de ENCIGA (Asociación de Ensinantes de Ciencias de Galicia):

– Aportación de Juan Caramuel Lobkowitz a las matemáticas del siglo XVII: Mathesis bíceps y Architectura civil recta y oblicua. Silleda, 2009. Bibliografía científica en los fondos de la biblioteca del monasterio de San Martín Pinario (Santiago de Compostela). Sarria, 2015. Participación en el IV Congreso Internacional sobre el Cister en Portugal y Galicia, (Braga, 2009), con la comunicación: La antigua botica de Oseira; reseña histórica y proceso de restauración en 2009. Participación en el I Congreso Internacional Cluny y el Camino Franco, (Samos 2010) con la comunicación: Reconstrucción de la antigua botica monástica de Samos. Ponente en los Cursos de Verano (2012) de la Universidad de Santiago de Compostela, (Sarria, Lugo) con la comunicación: Las huertas medicinales y las farmacias monásticas: centros de atención sanitaria. Participación en las XXVI Xornadas da Rota do Románico en Ferreira de Pantón, (Lugo, 2013), con la comunicación: Boticas monásticas y sus huertos medicinales. Colaboración con la Academia de Farmacia de Galicia en el proyecto de recreación de las antiguas boticas monásticas de Oseira, (Ourense, 2008) y Samos (Lugo, 2010).



## *Índice*

Nota introdutória .....	5
Comissões .....	7
Conferência inaugural .....	9
Programa .....	11
Painéis temáticos .....	13
 Resumos da comunicações .....	 15
História da Ordem de Cister .....	17
Património e Arte cistercienses .....	53
Agricultura e Indústria cistercienses .....	89
Espiritualidade cisterciense e o pensamento de S. Bernardo .....	117
Cister e turismo cultural .....	129









## ORGANIZAÇÃO

---



## PATROCÍNIOS

---



## APOIOS

---



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE  
CISTER - ALCOBAÇA



Escola Profissional de Agricultura  
e Desenvolvimento Rural de Cister  
ALCOBAÇA

